

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

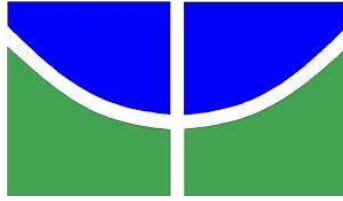
Tese de Doutorado

“Agora Eu Sou Uma Mãe Sozinha?”:

Compreensões Sobre as Vivências de Mães Solo

Isadora Oliveira Rocha

Brasília, novembro de 2025



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

“Agora Eu Sou Uma Mãe Sozinha?”:

Compreensões Sobre as Vivências de Mães Solo

Isadora Oliveira Rocha

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de
Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do
título de Doutora em Psicologia Clínica e Cultura
Orientadora: Profa. Dra. Isabela Machado da Silva

Brasília, novembro de 2025

“Agora Eu Sou Uma Mãe Sozinha?”:

Compreensões Sobre as Vivências de Mães Solo

Isadora Oliveira Rocha

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Isabela Machado da Silva - Presidente

Profa. Dra. Angela Helena Marin (UFRGS/UnB) – Membro Interno

Profa. Dra. Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ) – Membro Externo

Profa. Dra. Normanda Araújo de Moraes (UNIFOR) – Membro Externo

Prof. Dr. José Fernando Patiño Torres (UnB) – Membro Suplente

“Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre (...).”

(Maria, Maria – Milton Nascimento)

Dedico esta tese à minha filha, Mel.

Agradecimentos

Agradeço a toda minha família pelo amor e incentivo à educação que sempre recebi. Agradeço ao Pedro, meu esposo, pela presença e por todo apoio. A Mel, minha filha, fonte transformadora de vida e força. A Izaldete, minha mãe, que me auxilia em tantas etapas da pesquisa (e da vida). Ao meu pai, Ulysses, o professor mais importante que tenho. Ao meu irmão, Murilo, e cunhada, Andrêssa, agradeço pela torcida afetuosa. Meus agradecimentos também a minha sogra Simone, meu sogro Ricardo, minha cunhada Eduarda e meu cunhado João Lucas pelo carinho.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Isabela Machado da Silva, cujas orientações fizeram meu caminhar mais leve, possível e resiliente e me apresentou novas possibilidades de construção teórica e profissional. Agradeço a companhia e amizade que serei sempre grata.

As minhas amigas e meus amigos, Letícia, Juliana, Fernanda, Eduardo, Mônica, Fabrício, José Victor, Lázaro, Aline, Francielle, Jackeline, Joice, Lady Daiane, Regiana e Marcelo. Em tantos momentos pude me sentir fortalecida pelo carinho e incentivo que emanaram durante o doutorado.

Às minhas ex-alunas e meus ex-alunos dos cursos de Psicologia da UNA-Catalão, Universidade Federal de Catalão (UFCat) e das disciplinas obrigatórias de estágio em docência do curso de Psicologia na Universidade de Brasília, porque muito das nossas trocas deságuam neste estudo.

Agradeço as minhas professoras e professores da graduação em Psicologia, em especial ao Prof. Dr. Fernando César Paulino-Pereira e a Profa. Dra. Janaina Cassiano Silva, por seus ensinamentos ressoarem vivos em mim, por terem me apresentado a importância de a psicologia ser política e combater conformidades e neutralidades.

A profa Dra Gláucia Diniz, minha orientadora no mestrado, a quem me apresentou

as teorias feministas e me acompanhou com tanto afeto no início da minha caminhada na pós-graduação.

Agradeço também a banca examinadora composta pela Profa. Dra. Angela Helena Marin, Profa. Dra. Edna Lúcia Tinoco Ponciano, Profa. Dra. Normanda Araújo de Moraes e Prof. Dr. José Fernando Patiño Torres. Estendo os agradecimentos a Profa. Dra. Fabiana Verza que compôs a banca examinadora na qualificação, junto ao Prof. Dr. José Fernando Patiño Torres.

A todos os professores do PPGPsiCC, em especial aos que tive a honra de ser aluna no período do doutorado: Profa. Dra Maria Inês Gandolfo, Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes, Profa. Dra Marlene Marra, Prof. Dr. Wladimir Porreca, Prof. Dr. Fabio Iglesias, Prof. Dr. Sérgio Oliveira, Profa. Dra Larissa Polejack e Profa. Elizabeth Queiroz. A Profa. Dra Silviane Barbato e Profa Dra Mônica Neves do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PED), e Profa. Dra Fatima Sousa, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC).

Ao Antônio Marcolino por sua ajuda sempre solícita em momentos de precisão.

Agradeço as participantes do estudo não somente pelo aceite em contribuir com a pesquisa, mas também pela confiança e disponibilidade. Às enfermeiras Keteriny e Izaldete, as Agentes Comunitárias de Saúde Patrícia, Cleide e Wanda, fundamentais para a condução da coleta de dados.

Agradeço, por fim, a CAPES pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

Resumo

A maternidade solo que não parte inicialmente da escolha da mulher, mas sim em decorrência da ausência paterna é realidade de muitas famílias monoparentais femininas brasileiras. O objetivo geral da tese foi evidenciar a maternidade solo que ocorre em razão da ausência do homem que é pai, em discussões no campo da terapia familiar feminista. Enquanto objetivos específicos: (a) Acessar as experiências vividas pelas mulheres diante da maternidade solo e de seus respectivos lares monoparentais; (b) Discutir interseccionalidades de raça e classe, somadas a gênero, que atravessam as vivências de mulheres que se tornaram mães solo no Brasil contemporâneo. A tese é composta por três estudos qualitativos, sendo o diálogo com o construcionismo social privilegiado nos dois últimos. O primeiro estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, o segundo de uma revisão integrativa de literatura, e no terceiro foram realizadas entrevistas narrativas com mulheres que são mães solo, acompanhadas do preenchimento de um questionário sociodemográfico e da construção de um genograma. A pesquisa nos auxilia a reconhecer questões que afetam mulheres que são mães solo, ao considerar vulnerabilidades sociais, a precarização do trabalho, a transgeracionalidade da monoparentalidade feminina e aspectos solitários desta vivência, intensificadas pelos marcadores sociais de raça e classe, bem como violências. O fator gênero também está presente em toda a pesquisa, tendo em vista a construção dos rígidos papéis sociais esperados das mulheres e homens diante da conjugalidade e parentalidade. Enquanto os cuidados são esperados da mãe, ainda que não se saiba se ela tem os meios necessários para isso, a ausência do pai é permitida e, por vezes, naturalizada, em uma sociedade que pode invisibilizar as necessidades das mães solo. Também identificamos estratégias de sobrevivência construídas via processos de resiliência pelas mães solo, que, principalmente através do apoio de outras mulheres (e) de suas famílias, seguem na construção de vidas e relações

possíveis. Mulheres que se tornaram mães solo precisam de cuidados específicos às suas demandas e realidades, e é fundamental a formulação de políticas públicas que atendam e assegurem o bem-estar destas mulheres e suas famílias. No campo do cuidado psicológico, é necessário a construção de olhares que se debrucem em compreender as especificidades das vivências dessas mulheres, possibilidades de cuidado que se atentem aos demarcadores de raça, gênero e classe e suas intersecções, bem como as influências nas construções parentais e monoparentais, em famílias brasileiras.

Palavras-chave: mães solo, maternidade solo, terapia familiar feminista, terapia familiar sistêmica, monoparentalidade feminina.

Abstract

Solo motherhood that does not arise from a woman's choice, but rather from paternal absence, is the reality of many female-headed single-parent families in Brazil. The main objective of this thesis was to highlight solo motherhood that occurs as a result of the father's absence, within discussions in the field of feminist family therapy. The specific objectives were: (a) to access the lived experiences of women facing solo motherhood and their respective single-parent households; and (b) to discuss the intersections of race and class, together with gender, that shape the experiences of women who have become solo mothers in contemporary Brazil. The thesis is composed of three qualitative studies, in which the dialogue with social constructionism is emphasized in the last two. The first study consists of a narrative literature review; the second, a integrative literature review; and the third conducted narrative interviews with women who are solo mothers, accompanied by the completion of a sociodemographic questionnaire and the construction of a genogram. This research contributes to recognizing the issues that affect women who are solo mothers, by considering social vulnerabilities, labor precariousness, the transgenerationality of female single parenthood, and the solitary aspects of this experience, elements intensified by social markers of race, class, and forms of violence. Gender is also a cross-cutting factor throughout the research, given the construction of rigid social roles expected of women and men within conjugality and parenthood. While care is expected from mothers, even if it is not known whether she has the necessary means to provide it, the father's absence is often allowed and, at times, naturalized in a society that can make the needs of single mothers invisible. We also identified survival strategies built through resilience processes by solo mothers who, mainly through the support of other women and their families, continue to build possible lives and relationships. Women who have become solo mothers require care that is specific to their demands and realities, and it is essential to formulate public policies that ensure their

well-being and that of their families. In the field of psychological care, it is necessary to develop perspectives that seek to understand the specificities of these women's experiences, as well as possibilities of care that attend to the intersections of race, gender, and class, and their influence on parental and single-parent constructions within Brazilian families.

Keywords: single mothers, solo motherhood, feminist family therapy, systemic family therapy, female single parenting

Sumário

Introdução	14
Estudo 1: Maternidade Solo no Brasil: Reflexões a partir de Dados Contemporâneos ..	26
Método	27
A Diversidade de Configurações Familiares no Brasil	28
As Famílias Chefiadas por Mulheres: Recortes de Classe e Raça	32
A Vulnerabilidade Socioeconômica das Mães Solo	34
A Vulnerabilidade das Mães Solo Negras.....	35
Mães Solo Brasileiras diante da Ausência Paterna	37
Estudo 2: Monoparentalidade Feminina, Gênero e Família: Tecendo Relações	50
Método	52
Resultados e Discussão.....	53
Papeis de Gênero e Repercussões na Monoparentalidade Feminina	62
Ciclo de Vida Familiar, Mães Solo e as Relações Familiares.....	66
A Sobrecarga das Mulheres nas Famílias Monoparentais Femininas e a Importância do Apoio Social.....	71
Considerações Finais.....	74
Referências	75
Estudo 3: “Não escolhi viver assim”: Experiências de mães solo diante da ausência da figura paterna	83
Método	86
Participantes	86
Procedimentos	87
Instrumentos	88
Considerações Éticas.....	90

	12
Análise de Dados.....	91
Resultados e Discussões	92
“Nunca Sonhei em Ser Mãe”: Caminhos Para a Maternidade (Solo).....	95
“E Simplesmente Ele Foi, Sabe?”: Nasce(u) um Filho, Desaparece(u) um Pai....	100
“Se Dar em Dobro” e os Caminhos para a Sobrecarga de Mães Solo	103
(Des)Encontro Consigo: O que Tem de Mulher na Mãe?.....	115
“Sei Bem como É Não Ter Pai”: Repetições e Perdas na Maternidade Solo não Escolhida	121
“Eu Realmente não Sei o que Seria de Mim”: Redes de Apoio, Redes de Resiliência	125
Considerações Finais.....	133
Referências	137
Considerações Finais.....	149
Referências	154
Anexos	156
Anexo A - Roteiro das Entrevistas Narrativas.....	156
Anexo B - Genograma da Participante Lavínia.....	157
Anexo C - Genograma da Participante Alice.....	158
Anexo D - Genograma da Participante Talita.....	159
Anexo E - Genograma da Participante Aurora	160
Anexo F - Genograma da Participante Elen.....	161
Anexo G - Perguntas Norteadoras para Construção do Genograma	162
Anexo H - Questionário Sociodemográfico.....	163
Anexo I - Parecer Favorável para Realização da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS)	166

Anexo J - Parecer Favorável para Realização da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (UFCAT)	170
Anexo K - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	179

Introdução

A presente pesquisa foi construída com o intuito de destacar a maternidade solo vivida a partir do abandono paterno. Assim, a jornada pela monoparentalidade da mulher ocorre pelo rompimento da relação, seguido da ausência do ex-companheiro que opta por não exercer a parentalidade. Por entender que existem diferentes contextos que resultam na maternidade solo, ressalto o necessário recorte.

O objetivo principal da pesquisa é evidenciar a maternidade solo que ocorre em razão da ausência do homem que é pai, em discussões no campo da terapia familiar feminista. Os objetivos específicos se concentram em: (a) Acessar as experiências vividas pelas mulheres diante da maternidade solo e de seus respectivos lares monoparentais; b) Discutir interseccionalidades de gênero, raça e classe, que atravessam as vivências de mulheres que se tornaram mães solo no Brasil contemporâneo.

A tese é composta por três estudos qualitativos. No primeiro, *Maternidade Solo no Brasil: Reflexões a Partir de Dados Contemporâneos*, foi desenvolvida uma revisão de literatura narrativa a respeito do protagonismo feminino na chefia de famílias atualmente no Brasil. No segundo, *Monoparentalidade Feminina, Gênero e Família: Tecendo Relações*, uma revisão integrativa da literatura foi conduzida a fim de compreender a monoparentalidade feminina em uma perspectiva sistêmica e de gênero, através do acesso a pesquisas no campo da psicologia brasileira nos últimos dez anos. No terceiro, *“Não Escolhi Viver Assim”: Experiências de Mães Solo Diante da Ausência da Figura Paterna*, foi conduzida uma pesquisa empírica com mães solo, que objetivou compreender as suas vivências, configurações familiares, desafios e recursos de enfrentamento possíveis.

O campo de estudos da terapia familiar auxilia a construção teórica desta pesquisa. A terapia de família surge na pluralidade, vide suas inúmeras abordagens e não

apresentava desde seu início um sistema unificado de crenças compartilhadas (Grandesso, 2009). Na verdade, evoluções conceituais constantes e distintas foram ocorrendo dentro de cada campo, buscando compreender e intervir em questões específicas das famílias. Ao promover um “salto qualitativo e paradigmático” (Grandesso, 2009, p. 106), por ir além da compreensão do ser humano individual e considerar, principalmente, suas relações e contextos de inserção, a prática da terapia familiar pode ser vista como um empreendimento interdisciplinar. Não é possível compreender as pessoas sem considerar seus contextos familiares e sociais, contudo dissociar essas compreensões da experiência interna é um equívoco (Minuchin et al., 2011). São essas reflexões que me auxiliaram, desde um primeiro momento de construção da temática da pesquisa para trabalhar a complexidade da maternidade solo, bem como a intenção de ouvir as histórias que essas mulheres contavam sobre suas experiências.

A referida pluralidade da terapia familiar nos leva a situar a pesquisa em termos epistemológicos. O pensamento sistêmico novo-paradigmático difere e se opõe ao paradigma da ciência tradicional, à predominância dos princípios de simplicidade, estabilidade e objetividade. A partir dessa travessia epistemológica – ou ultrapassagem, como Vasconcellos aponta (2019), as ideias de complexidade, instabilidade e a intersubjetividade refletem o pensamento sistêmico novo-paradigmático.

Essas ideias imprimem a noção de que nenhum fenômeno está em um vácuo estático, e que o conhecimento objetivo do mundo não é possível. Assim, a complexidade contextualiza o fenômeno e compreende as relações que o acompanha; trata-se de uma “teia de fenômenos recursivamente ligados” (Vasconcellos, 2019, p. 151). A instabilidade refere a um sistema autônomo, dinâmico e “em processo de tornar-se” e não pressupõe um mundo estável (p. 119). Por fim, a intersubjetividade propõe que o/a pesquisador/a reconheça a sua própria participação no processo de constituir a realidade estudada. Para

além da observação (objetiva) há, assim, a atuação. A mudança do pensamento e estrutura conceitual em terapia familiar está relacionada à cibernética de segunda ordem e ao construcionismo social (Anderson & Goolishian, 2006).

É importante situar que as propostas pioneiras no campo terapia familiar foram influenciadas pela teoria sistêmica e cibernética, ao enfatizarem os conceitos de sistema, causalidade circular, homeostase e retroalimentação negativa e positiva (em um primeiro e segundo momentos, respectivamente). Noções sistêmicas em psicologia contribuíram para que a família passasse a ser considerada como um todo, na intenção de compreender comportamentos disfuncionais ou saudáveis (Grandesso, 2009). Esse movimento levou ao trabalho com famílias em uma perspectiva de unidade de tratamento.

Inicialmente, no contexto da cibernética de primeira ordem, na primeira cibernética os profissionais buscavam a funcionalidade dos sintomas e seus desvios originados por erros da/na organização familiar. O sintoma “só poderia ser compreendido no contexto da família”, ou seja, não apenas em um nível individual (Grandesso, 2009, p. 107). Os avanços na segunda cibernética, modificaram as noções anteriores de que os desvios do sistema eram corrigidos visando ao seu funcionamento (morfoestase), sendo os sintomas tentativas do sistema de retomar o seu equilíbrio (homeostase). A segunda cibernética, ainda no contexto da cibernética de primeira ordem, oferece novos caminhos de compreensão da família e novas formas de funcionamento, a partir de noções que possibilitavam o funcionamento via mudança na organização sistêmica (morfogênese). Há necessidade, portanto, de que os sistemas ampliem suas possibilidades diante da vida (Grandesso, 2009), afinal “um mundo concebido como estável é um ‘mundo que já é’, isento de um processo de tornar-se” (Vasconcellos, 2019, p. 85).

Com a cibernética de segunda ordem, a mudança paradigmática, tanto no campo teórico quanto prático da terapia familiar, indicou a possibilidade de os sistemas vivos

produzirem suas próprias mudanças, sendo que a organização do sistema limita ou conduz tais transformações (Grandesso, 2009). À medida que as transformações acontecem, o modelo anterior de um “terapeuta interventor (...) que buscava a solução dos problemas que a família vivia” (Grandesso, 2009, p. 109) também é modificado. A figura do/a terapeuta era central, de especialista e a ele/a cabia a sabedoria em organizar o sistema familiar (Grandesso, 2009), assim a eles/as cabiam a observação e às famílias serem observadas (Hoffman, 2006).

Essa mudança paradigmática está relacionada ao construcionismo social e suas práticas colaborativas. A hermenêutica e as teorias interpretativistas são fundamentais nesse cenário de mudanças pós-modernas e das ideias do construcionismo social (Anderson & Goolishian, 2006; Hoffman, 2006). Neste, o mundo é compreendido a partir dos artefatos sociais, produtos de trocas historicamente situadas entre as pessoas (Gergen, 2003). Dessa forma as memórias, ideias e conceitos passam a ser compreendidos com uma ênfase na linguagem, que media as trocas sociais (Hoffman, 2006). O conhecimento é construído entre as pessoas, em um processo dialógico (Hoffman, 2006), e sua compreensão é resultado das relações pessoais, estas, ativas e cooperativas (Gergen, 2003).

As mudanças teóricas e práticas na terapia familiar também transformaram as posturas dos terapeutas que, antes se preocupavam em ser observadores, distantes e/ou resolutivos diante das famílias e de seus conflitos. Passaram a se destacar perspectivas de atuações mais colaborativas, que permitissem a construção de alternativas à luz da junção dos conhecimentos dos terapeutas e dos membros da família (Grandesso, 2009; Minuchin et al., 2011). A partir da cibernética de segunda ordem e do construcionismo social, são possibilitadas posturas que diferem da ciência positivista e da separação tradicional entre terapeuta e cliente (Anderson & Goolishian, 2006), afastando o/a terapeuta da posição de

salvador/a (Hoffman, 2006). A transformação é notável: no contexto terapêutico, passaram a ser valorizadas as múltiplas vozes, ao invés da voz de um/a especialista (Hoffman, 2006).

A prática sistêmica está em constante evolução (McGoldrick & Hardy, 2019). Já proporcionou perspectivas corretivas ao compreender e tratar famílias, em termos múltiplos de níveis sistêmicos, ao considerar tanto o familiar e biológico como o social e o cultural. É importante, assim, considerar as implicações terapêuticas desses diferentes sistemas e contextos, “dado que a nossa ideologia dominante sobre quem define os parâmetros da conversa em nossa sociedade não tem sido aberta a questionamento ou revisão” (McGoldrick & Hardy, 2019, p. 5).

Em acréscimo, por pensar na importância da condução de pesquisas que dialoguem com a realidade dos locais onde os estudos são realizados, questões de nossa sociedade invisibilizadas por opressões naturalizadas precisam ser destacadas, iluminando problemáticas diversas. Reside aqui a importância de teorias e pesquisas no âmbito da terapia familiar que vão além daquelas que aplicam um modelo universal de família (geralmente, famílias nucleares, de classe média, de pessoas brancas e localizadas nos Estados Unidos), como McGoldrick e Hardy (2019) indicam.

Considero fundamental a discussão proposta neste estudo ser conduzida à luz das teorias feministas em terapia familiar, em especial as que considerem interseccionalidades. Afirmo, a partir da compreensão de que a articulação do sexismo, racismo, preconceitos de classe e colonialismo contribuem para os altos índices de mulheres que vivenciam a maternidade solo no Brasil (Thurler, 2009), bem como a impossibilidade de entender as pessoas ao desconsiderar seu contexto familiar e social (Minuchin et al., 2011). No âmbito da terapia familiar feminista, há o comprometimento com o empoderamento das mulheres e a mudança social. A cientificidade, por muito

tempo, atrelada a noções positivistas tradicionais, era distante de aspectos como a subjetividade e as lutas políticas (Narvaz & Koller, 2007). Eram privilegiados olhares tidos como científicos, racionais, neutros e objetivos, os quais frequentemente se mostravam androcêntricos – de autoria masculina e sobre o mundo masculino (McGoldrick & Hardy, 2019; Narvaz & Koller, 2007).

O feminismo é um campo amplo de problematizações, cuja abrangência teórica-epistemológica acompanha tal vastidão (Narvaz & Koller, 2007). Na verdade, entendemos que é importante falar das metodologias e epistemologias feministas no plural, visto que não há só um caminho para a produção de ciência nesse campo e muito menos vivências únicas ao estudar gênero (Narvaz & Koller, 2007).

Diante de perspectivas feministas que consideram e se debruçam sobre aspectos raciais e culturais, a teoria e prática da terapia familiar pode ser repensada pelo reconhecimento e a denúncia das opressões e relações desiguais entre os gêneros (Rehder & Borges, 2024). A oposição à normatização patriarcal dominante, que impõe papéis rígidos e diferenciados no âmbito familiar com base em estereótipos sexistas (Narvaz & Koller, 2007), remete à reflexão de Hoffman (2006), para quem o patriarcado não é uma coleção de homens dedicados a oprimir as mulheres, mas um modo de expressar e experienciar ideias sobre gênero, herdada culturalmente. Entendo que assim se dá a construção desta pesquisa: ao considerar a complexidade dos elementos culturais e históricos bem como suas repercussões nas relações e individualidades das maternidades solo.

Penso que desconsiderar raça e classe é um desserviço ao mundo acadêmico e à comunidade fora deste universo. A história do movimento feminista (nacional e internacional) privilegiou os “setores mais avançados da classe média branca, [e] geralmente ‘se esquece’ da questão racial” (Gonzalez, 2020, p. 102) Por conseguinte,

ignorar raça e classe ao falar sobre discrepâncias de direitos e poder ao trabalhar gênero (e aqui, menciono no âmbito da parentalidade, inclusive), é reforçar e replicar a dominação de um sistema racista e classista, que subordina as pessoas negras e pobres (Crenshaw, 1991).

A postura de reconhecer interseccionalidades que busco trabalhar na condução dos estudos que compõem esta tese, visa não ser conivente com perspectivas científicas apolíticas no campo da psicologia sistêmica e/ou terapia familiar. Entendo, a partir de Akotirene (2019), que o estudo com pessoas demanda sensibilidade analítica e é este o movimento proposto ao considerar as interseccionalidades. Inicialmente pensados por feministas negras ao vivenciarem o racismo por setores que ignoraram e invisibilizavam suas reivindicações e vivências (Akotirene, 2019), os estudos interseccionais são essenciais para analisar e revelar discriminações associadas a sistemas variados de subordinação (Crenshaw, 2002). Assim, a interseccionalidade, na busca por acessar consequências dinâmicas e estruturais no processo de interação de dois ou mais “eixos de subordinação”, ilumina noções de que o racismo, o patriarcado e a opressão de classe (dentre outros) fomentam desigualdades básicas dentre as pessoas em nossa sociedade (Crenshaw, 2002, p. 177).

Ao caminhar para a finalização desta primeira seção, elucido que utilizamos diferentes pessoas do discurso na construção desta tese. A escolha em escrever essas noções introdutórias da pesquisa em primeira pessoa, parte de um reconhecimento da minha trajetória profissional, que levou a uma inquietação inicial em estudar sobre a maternidade solo por refletir sobre a possibilidade de modos de atenção à saúde mental dessas mulheres. À medida em que os anos no doutorado passavam, houve um fortalecimento de uma intenção em contribuir para o campo de pesquisa em psicologia (clínica e também social), mais especificamente, da terapia familiar, a partir de um

pensamento novo-paradigmático, voltando-se às mulheres que se tornaram mães solo, bem como às suas vozes, vidas e experiências.

A importância do autoconhecimento é saber que o/a terapeuta é tendencioso e preconceituoso, de acordo com Minuchin et al. (2011). Pesquisadores/as também seriam assim, acredito. A postura novo paradigmática vai além, e parte do princípio da intersubjetividade. O/a pesquisador/a é elemento fundamental na construção da pesquisa, visto que cada um/a, com sua forma de pesquisar, apresenta uma visão única para uma dada questão de pesquisa. Logo é interessante um relato (final) neste momento (inicial) da pesquisa, de uma breve trajetória profissional (um pouco misturada ao pessoal), que influencia os desenhos anteriores da pesquisa e de seus objetivos, bem como o seu desenvolvimento.

Enquanto psicóloga com atuações voltadas a atendimentos clínicos, no fazer comunitário e na docência no ensino superior, entendo que meus contatos com mães solo se conectaram nestes três locais de atuação. Ainda assim, foi enquanto psicóloga de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que o tema da pesquisa foi inicialmente pensado. Esse movimento se deu a partir de grupos realizados com mães vinculadas à Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF)¹, a maioria delas negras, chefes de lares monoparentais e pobres. Discutíamos sobre os desafios que enfrentavam enquanto mulheres pobres de uma cidade interiorana, com escassas oportunidades de emprego e grandes obrigações em seus lares. Ser mãe solo em razão da opção do pai biológico em não cumprir com as responsabilidades paternas, era tópico de tímida verbalização, por vezes, um assunto velado – e delicado, em diferentes sentidos.

A Psicologia enquanto ciência, profissão e pesquisa, faz sentido para mim sob a perspectiva da construção de condições de cuidado possíveis, ao buscar (re)conhecer,

¹ Programa que visa promover qualidade de vida e realizar ações preventivas ao núcleo familiar, direcionado a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2012).

considerar e denunciar as desigualdades existentes em nossa sociedade. Em referência às tendências e aos preconceitos (Minuchin et al., 2011), em minha pesquisa durante o mestrado, estudei as violências contra as mulheres. O intuito era compreender se existiam e quais seriam seus impactos em adolescentes que presenciavam suas mães em situações de violência doméstica. Ainda no desenvolver inicial da presente pesquisa, ocorreu-me que houve um dado não trabalhado no estudo de mestrado: todas as mulheres participantes eram mães solo e os ex-companheiros haviam se ausentado das relações familiares após os rompimentos conjugais. Notei que a característica me perturbou por eu poder tê-la naturalizado ignorado ou não percebido em algum momento.

Como apresentado anteriormente, esta é uma pesquisa qualitativa e, dentre as potencialidades de estudos nesta orientação, consta a valorização da subjetividade dos/as pesquisadores/as enquanto fonte da pesquisa e na elaboração de sentidos (Braun & Clarke, 2020). Logo, desenvolver uma pesquisa de doutoramento acerca da maternidade solo também ocorreu em meio à gestação da minha primogênita e aos seus primeiros quase três anos de vida. Por ser uma psicóloga e pesquisadora feminista, que ao longo do processo no doutorado se descobre e se identifica guiada por práticas articuladas ao construcionismo social, acredito ser importante demarcar o desenvolvimento deste trabalho a partir da minha própria vivência na maternidade. Influências gestacionais, puérperas e relacionais que vêm me acompanhando ao longo dos últimos três anos importam e devem ser pontuadas por mim neste momento. É uma pesquisa feita por uma mulher que se tornou mãe durante este caminhar da pesquisa, portanto.

Refletir sobre o campo dos direitos das mulheres é tarefa (ainda) desafiadora no contexto brasileiro. Um desafio que demanda esforços contínuos. Dada a sua complexidade, penso na importância em trabalhar as problemáticas que afetam essas mulheres e pensar em estratégias de cuidado. Esse movimento é mediado pelas próprias

vozes femininas, em um fazer científico preocupado em explicar os processos nos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem elas próprias (Gergen, 2003). A trajetória geralmente é longa. São realizadas articulações teóricas, olhar cuidadoso para/com as realidades plurais e os sistemas desiguais, atuação intersetorial, conhecimento histórico e cultural, disponibilidade e habilidade em conhecer e repensar verdades absolutas. Realizo essas afirmações com base nas violências cotidianas sofridas por mulheres em diferentes etapas e setores da vida e com um intuito de contribuir cientificamente às mulheres que são mães solo e suas famílias.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Anderson, H., & Goolishian, H. (2006). The client is the expert: A not-knowing approach to therapy. In S. McNamee & K. L. Gergen (Eds.), *Therapy as social construction* (pp. 25-39). SAGE Publications.

Brasil. (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF: Vol. 1 – O serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (1ª ed.).

<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf>

Braun, V., & Clarke, V. (2020). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling and Psychotherapy Research, 21*(1), 37–47.
<https://doi.org/10.1002/capr.12360>

- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
<https://doi.org/10.2307/1229039>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Gergen, K. J. (2003). Knowledge as socially constructed. In M. Gergen & K. J. Gergen (Eds.), *Social construction: A reader* (pp. 15-17). SAGE Publications Ltd.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos* (F. Rios & M. Lima, Eds.). Zahar
- Grandesso, M. A. (2009). Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In L. C. Osorio & M. E. P. Valle (Eds.), *Manual de terapia familiar* (pp. 104-118). Artmed.
- Hoffman, L. (2006). A reflexive stance for family therapy. In S. McNamee & K. L. Gergen (Eds.), *Therapy as Social Construction* (pp. 7-24). SAGE Publications.
- McGoldrick, M. & Hardy, K. The Power of Naming. (2019). In M. McGoldrick & K. V. Hardy (Eds.), *Re-visioning family therapy* (pp. 3-27). The Guilford Press.
- Minuchin, S., Nichols, M. O., & Lee, W. (2011). *Evaluación de familias y parejas: Del síntoma al sistema*. Paidós.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A terapia feminista da família: Por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), 117-131.
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v19n2/a09v19n2.pdf>
- Rehder, E. G. K., & Borges, L. S. (2024). Ampliando as lentes na terapia familiar: Perspectivas de gênero e sociocultural na prática clínica. *Fragmentos de Cultura -*

Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, 34(5), 6-15.

<http://doi.org/10.18224/frag.v34.i5.14699>

Vasconcellos, M. J. E. (2019). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência* (11ª Ed.). Papyrus.

Estudo 1: Maternidade Solo no Brasil: Reflexões a partir de Dados

Contemporâneos

Resumo: Esta revisão narrativa trabalha o protagonismo feminino na chefia de famílias no Brasil contemporâneo, enfatizando a monoparentalidade feminina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de análises em psicologia feminista e interseccional. Foram coletados dados de três principais fontes: Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo dos dados acessados auxiliou na elaboração de três tópicos de discussão: (a) A diversidade de configurações familiares no Brasil; (b) As famílias chefiadas por mulheres: recortes de classe e raça; (c) Mães solo brasileiras diante da ausência paterna. Pretendemos contribuir para discussões no campo de estudos em família e, em específico, ao investigar a maternidade solo enquanto configuração familiar de significativa expressão no Brasil. O incentivo a práticas de garantia de direito(s) às famílias monoparentais chefiadas por mulheres que não escolheram tal configuração, também é aspecto componente do estudo. Concluimos ao enfatizar a relevância em visibilizar a maternidade solo imbricada por aspectos desiguais de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: famílias, monoparentalidade feminina, maternidade solo, ausência paterna.

Esta é uma pesquisa sobre famílias brasileiras, cujo objetivo é desenvolver uma revisão narrativa acerca do protagonismo feminino na chefia de famílias no Brasil contemporâneo, com ênfase na monoparentalidade feminina. Nesse sentido, discutiremos (a) Os dados dos dois últimos Censos Demográficos (2010 e 2022), no que se refere à configuração dos lares no Brasil, enfatizando o recorte da maternidade solo; (b) Os dados

atualizados referentes à monoparentalidade feminina no Brasil; e (c) O não-registro paterno no Brasil e suas implicações à monoparentalidade não escolhida pela mulher.

Família é um conceito amplo, mutável e construído historicamente. Para estudar/discorrer sobre as famílias é preciso situá-las em um tempo específico, evidenciando influências e desigualdades sociais que caracterizam as pessoas que compõem esses núcleos. Pensar a família em seu contexto é fundamental. Entender que a definição de família se diversificou, também (Wagner et al., 2011).

Pesquisas destacam os lares chefiados por mães solo no Brasil e seus índices crescentes (Barbosa et al., 2023; Costa & Marra, 2013). Em um movimento de multiplicidade de configurações familiares, a família se transforma e não se enfraquece, porque é adaptável (Cervený & Berthoud, 2009). Ao passo em que “pesquisas censitárias nos mostram o cenário brasileiro em toda sua complexidade e diversidade” (p. 29), este estudo busca destacar informações em um panorama recente sobre as chefias femininas, ao considerar a atualidade brasileira e as desigualdades sociais.

Método

Desenvolvemos um estudo qualitativo, no qual uma revisão de literatura narrativa foi conduzida. Na revisão narrativa, busca-se mapear o conhecimento sem que sejam esgotadas as fontes de busca, ao possibilitar um panorama geral sobre a temática proposta (Andrade, 2021).

Foram consultadas produções de três fontes de dados. São elas: Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha por essas referências se deu em razão da natureza recente de suas publicações, o que permite um estudo com dados atualizados no que concerne à temática proposta. O conteúdo buscado nos documentos utilizados foi orientado pelos objetivos da

pesquisa.

Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, em diálogo com teorias feministas interseccionais em Psicologia. A interlocução dessas perspectivas, mostra-se necessária, em nossa visão, por dois pontos fundamentais. O primeiro: ao se tratar de minorias e grupos marginalizados, não há uma uniformidade de experiências, nem se considerarmos questões em comum que são vivenciadas (Alvesson & Sküldeberg, 2012). O segundo: é necessário compreender as desigualdades sociais existentes e como elas contribuem para atribuir a determinados grupos posições sociais desprivilegiadas e vulneráveis (Alvesson & Sküldeberg, 2012). Norteamos a pesquisa a partir da ideia de que cabe à ciência o papel social de favorecer a visibilização das disparidades sociais.

Com esse intuito, este estudo divide-se em três seções: (a) A diversidade de configurações familiares no Brasil; (b) As famílias chefiadas por mulheres: Recortes de classe e raça; e (c) Mães solo brasileiras diante da ausência paterna.

A Diversidade de Configurações Familiares no Brasil

A composição familiar dos lares brasileiros, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024), é constituída por mais de um modelo. Dentre os mais frequentes, temos: (a) Família Nuclear (64,13%); (b) Família Unipessoal (18,94%); (c) Família Estendida (15,4%); e (d) Família Composta (1,54%). São elas:

unidades domésticas unipessoais são aquelas com apenas um morador, as nucleares [...] possuem somente um casal, ou somente um casal com filho(s), ou somente uma pessoa com filho(s), sem a presença de nenhum membro. Já as espécies estendidas [...] existe a presença de algum outro parente, enquanto nas compostas existe a presença de algum não parente (IBGE, 2024, p. 37).

Quando os lares são caracterizados pela coabitação entre os cônjuges, as porcentagens indicam que, em 57,55% dos lares, esses cônjuges são de sexo diferentes e,

em 0,54%, do mesmo sexo. Em 41,91% dos lares brasileiros, não há coabitação com um cônjuge (IBGE, 2024).

Não há, portanto, uma única composição familiar no Brasil no século XXI – e questionamos se algum dia houve. Tomemos como exemplo as organizações familiares dos povos originários que foram subjugadas, visto que “diziam que havia um único casamento verdadeiro, o cristão monogâmico, e que os povos indígenas não eram evoluídos, pois eram dissidentes da monogamia colonial” (Núñez, 2023, p. 108). Na verdade, a monogamia colonial imposta durante o Brasil Colônia apoiada pela Igreja Católica com base no “tipo patriarcal”, era “apenas uma das formas de organização familiar ... dos domicílios. Nos demais ... predominavam outras formas de composição, o que significa que as famílias ‘extensas’ [ou patriarcais] eram representativas apenas em um segmento da população” (Samara, 2002, s./p.). Alguns exemplos de outras composições familiares da época são: concubinatos, famílias e filhos ilegítimos, mulheres chefes dos lares – muitas destas celibatárias (Silva & Papali, 2023).

É fundamental ressaltar que entendemos a família enquanto um grupo de pessoas que apresentam proximidade e que compartilham crenças, vivências e histórias. Não almejamos, por conseguinte, defender e/ou definir uma única concepção familiar.

As composições familiares foram se diversificando com o passar do tempo em razão de impactos econômicos e sociais (Fuster & Ochoa, 2000; Walsh, 2016). Portanto, “a definição de ‘família’ precisa ser expandida para abranger um amplo espectro e a remodelação fluida dos padrões relacionais e domésticos” (Walsh, 2016, p. 16). Família é, portanto, um aglomerado de interpretações e significados que evoca multiplicidade e diversidade (Fuster & Ochoa, 2000).

Ideias de “normalidade” associadas a um suposto ideal de família devem ser cuidadosamente questionadas e analisadas, visto que tendem a refletir os pré-conceitos

de quem as defende, sem retratar a pluralidade existente (Walsh, 2016). Persiste, em parcelas de nossa sociedade, uma concepção cis-heteronormativa do que é família, definida exclusivamente pelas relações legal e religiosamente estabelecidas entre um homem e uma mulher, para a constituição do matrimônio (Fuster & Ochoa, 2000).

A ideia de matrimônio em que se sustenta essa concepção de família é caracterizada por papéis historicamente pré-estabelecidos, segundo os quais as mulheres precisam ser mães, cuidar, agradar e apresentar “pudor ‘intrínseco’, perfeitamente lapidado, com um ar doce e angelical”, enquanto aos homens cabe “mandar, conquistar e realizar” (Ivo et al., 2019, pp. 54–55). Trata-se de uma concepção de família que se baseia em valores ditos tradicionais (Fuster & Ochoa, 2000) e que impõe um modelo de configuração e dinâmica familiar excludente, que não retrata a pluralidade de famílias que compõem o nosso país, além de reforçar padrões de opressão sobre as mulheres.

É fundamental destacar que os papéis de gênero determinam distinções sobre o que deve(ria) ser um homem e uma mulher em suas respectivas casas, relações e em sociedade. Gênero é uma categoria construída culturalmente, em uma concepção binária cis-heteronormativa (Scott, 1995). A importância de nomear essas diferenças impostas, reside no fato de que quem as constrói são, historicamente, homens, visto que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens ... criado nesse e por esse mundo masculino” (Scott, 1995, p. 75). São visões predominantemente masculinas que dominaram os cenários científicos, definindo as organizações familiares e suas normas baseadas na diferenciação (de papéis e poderes) entre os sexos.

Discursos e/ou crenças acerca de um modelo familiar dito tradicional ganharam força e destaque em anos recentes no país (Dias, 2017). Estes, também podem ser considerados como fenômenos sociais que propagam e naturalizam violências associadas ao meio familiar (Saffioti, 2015), vide seu caráter excludente.

A história das famílias no Brasil é atravessada pelo processo de colonização, que envolveu a imposição de valores europeus, segundo uma perspectiva social escravagista, exploratória e latifundiária. Em outras palavras, vigorou um processo de imposição e naturalização de valores patriarcais (Saffioti, 1976). No aspecto social ou familiar, a “posição da mulher [...] desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social” (Narvaz & Koller, 2006, p. 51).

Entende-se por patriarcado o poder de um homem-pai em evidência na vida pública e privada. O contrato estabelecido pelo patriarcado institui diferenças sociais e políticas de acordo com o sexo, uma vez que se exprime em liberdade para o homem e sujeição para a mulher (Saffioti, 2015). Narvaz e Koller (2006) destacaram a vigência do patriarcado moderno em detrimento do tradicional, o qual:

baseia-se na ideia de que não há mais os direitos de um pai sobre as mulheres na sociedade civil. No entanto, uma vez mantido o direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, como se cada homem tivesse o direito natural de poder sobre a esposa, há um patriarcado moderno (Narvaz & Koller, 2006, p. 50).

Falamos aqui, portanto, da dominação masculina enquanto ideologia de dominação-exploração dos corpos, dos trabalhos e vidas femininas (Narvaz & Koller, 2006; Saffioti, 2015). O patriarcado impõe um discurso normativo acerca dos papéis familiares (Narvaz & Koller, 2006) e interfere em toda a sociedade a partir de uma estrutura hierárquica e rígida de poder, em que predomina um “direito patriarcal”, tanto na sociedade civil quanto no Estado (Saffioti, 2015, p. 57).

Movimentos religiosos e políticos que ganharam visibilidade no Brasil nos últimos anos, defenderam a ideia de que seria necessário “proteger” e “defender” um modelo de família que se caracteriza por uma estrutura binária cis-heteronormativa, com papéis fixos a serem desempenhados por homens e mulheres, destacando-se o objetivo da

procriação (Dias, 2017). Ao afirmarem que a família deve ser composta exclusivamente por um homem e uma mulher, esses discursos misturam religião e Direito, além de reforçarem relações de dominação e poder, visto que promovem a divisão social e do trabalho entre mulheres e homens (Narvaz & Koller, 2006). Buscam, ainda, excluir outras configurações familiares do acesso aos direitos que, segundo a Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), deveriam ser garantidos a todos (Dias, 2017). Walsh (2016) ressalta que esse ideal de “família tradicional” tornou-se defasado diante das variadas realidades sociais emergentes. Dentre todos os modelos de família existentes, como ficarão os direitos, já escassos, das famílias monoparentais chefiadas por mulheres no Brasil?

Ao ampliar-se o conceito de família e reconhecer sua relevância na sociedade, há a demanda para “aceitar e conviver” com modelos familiares diferentes dos ditos tradicionais (Wagner et al., 2011, p. 20). Essa aceitação e convivência também se relacionam ao reconhecimento dos direitos dessas famílias (que são plurais) perante o Estado e ao acesso a serviços que garantam a qualidade de vida e assistência em âmbitos diversos da vida (saúde, assistência social, jurisprudência, dentre outros).

Assim, ao se entender e defender a família a partir de um modelo estático (em sua composição e/ou em um momento histórico vivido), ignora-se que a realidade e a vida das famílias e das pessoas que compõem esses núcleos são mutáveis e imprevisíveis, privilegiando-se um ideal que não atende às necessidades contemporâneas (Walsh, 2016). Essa defesa também nega os direitos daqueles/as que fazem parte de diferentes configurações familiares, uma vez que não há a legitimação das muitas formas possíveis de se construir laços familiares.

As Famílias Chefiadas por Mulheres: Recortes de Classe e Raça

Houve significativa mudança no percentual de homens e mulheres responsáveis pela unidade doméstica, se comparados os Censos Demográficos de 2010 e 2022. No

Censo anterior, os homens eram responsáveis por 61,3% dos lares brasileiros e as mulheres por 38,7% (IBGE, 2010). Já no último Censo, dentre os responsáveis pelos lares brasileiros, 50,9% eram homens e 49,1%, mulheres (IBGE, 2024). No Censo Demográfico de 2010, 29,7% das mulheres eram descritas como cônjuge do responsável pelo lar (IBGE, 2010). Por outro lado, no Censo Demográfico de 2022, esse número reduziu para 25%, enquanto 34,1% das mulheres ocupavam a posição de responsável pelo lar. É a primeira vez que há mais mulheres ocupando a posição de responsável pelo lar do que de cônjuge. Em três cenários há mais mulheres do que homens ocupando a posição de responsável pelo lar: (a) Famílias com dois cônjuges e, ao menos, um filho de apenas um deles (3,84% x 3,37%); (b) Sem cônjuge e com filhos ou enteados (14,23% x 2,23%); e (c) Outras composições (12,99% x 12,47%)².

Nos perguntamos: quem são essas mulheres responsáveis pelos lares? O conjunto representado por mulheres pardas (44,5%) e pretas (11,9%) é maior do que às mulheres brancas (42,8%). A proporção das pardas enquanto as maiores responsáveis nesta categoria, principalmente em comparação com as brancas, é distinta dos resultados dos homens, uma vez que, em um recorte sexo e raça, homens brancos são os maiores responsáveis, com 44,3%, seguidos pelos pardos (43,2%) e pretos (11,5%; IBGE, 2024).

Os lares chefiados por mulheres possuem renda inferior em comparação com os de chefia masculina em todas as categorias avaliadas pela PnadC, referente ao terceiro trimestre de 2022 e associadas à renda de trabalho per capita (IBGE, 2022). Em especial, destacamos os lares compostos pela mulher e seus filhos ou enteados, ou seja, aqueles caracterizados pela monoparentalidade feminina, que apresentam a menor renda: R\$ 789,00 (DIEESE, 2023). Vulnerabilidades socioeconômicas não são, necessariamente,

² Nas outras duas categorias avaliadas, com cônjuge sem filhos e com cônjuge e apenas filhos de ambos, há mais homens como responsáveis pelos lares, sendo respectivamente, 13,04% x 7,18% e 19,77% x 10,89%.

uma realidade comum a todas as mulheres que vivenciam a maternidade solo (Anderson, 2016; Soares & Pereira, 2022). No entanto, esse é um fator de risco que não deve ser desconsiderado, porque é elemento atual e componente da realidade brasileira. A vulnerabilidade socioeconômica das famílias monoparentais femininas pode ser relacionada a dois fatores principais: (a) A maior vulnerabilidade socioeconômica das mulheres e (b) A maior vulnerabilidade socioeconômica dos negros e, especialmente, das mulheres negras.

A Vulnerabilidade Socioeconômica das Mães Solo

As desigualdades sociais entre homens e mulheres são também percebidas no contexto do trabalho remunerado. Segundo Thurler (2009), “homens empregados com carteira de trabalho assinada, ainda que minoritários no setor, representam mais do que o dobro das trabalhadoras” (p. 158). Há um processo de estigmatização e exploração das mulheres, uma vez que seus trabalhos são os mais expostos à precarização (Thurler, 2009). Trabalhos informais e iniciados em idade precoce são elementos associados à feminização da pobreza (Raiher, 2016). A inserção precoce no mercado de trabalho, motivada pela necessidade de sobrevivência, mantém as mulheres em ocupações com salários menores e subempregos.

A feminização da pobreza é uma realidade (não exclusiva ao território brasileiro, ainda que expressiva neste) que precisa ser encarada como um processo que se encontra em crescimento (Raiher, 2016). Os números aqui expostos referentes, em especial, as discrepâncias entre os lares chefiados por homens e mulheres corroboram essa afirmação. A feminização da pobreza, contribui para o aumento das vulnerabilidades dessas mulheres e mães, precisando ser analisada com criticidade e urgência.

Esse contexto pode ser agravado quando o outro genitor não assume suas responsabilidades parentais. Quando não contam com apoio material e/ou assistencial

por parte do outro genitor, essas mulheres podem recorrer a ações governamentais ou a outros membros da sua rede de apoio, tais como familiares e amigos, quando disponíveis. No entanto, são frequentes as vivências de exclusão, isolamento e, conseqüentemente, desamparo e solidão emocional e econômica (Anderson, 2016; Thurler, 2009), bem como desumanização, preconceito e humilhação - aqui, em depoimentos de mães solo pobres (Barbosa et al., 2023).

A sobrecarga de responsabilidades é uma realidade observada no acúmulo de papéis desempenhados por mulheres que chefiam seus lares (Costa & Marra, 2013). Elas são a principal fonte de renda para a subsistência de suas famílias, mas a sociedade cobra que elas também sejam capazes de equilibrar as diversas necessidades dos diferentes membros da família. Essa cobrança também é internalizada pelas próprias mulheres, pois a mão-de-obra feminina, remunerada ou não, é construída socialmente a partir de uma “socialização sexuada”, marcada pela “ideologia do servir, do serviço - ao marido, aos filhos, aos outros” (Thurler, 2009, p. 158).

Portanto, é possível dizer que muitas dessas mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social, visto que necessitam trabalhar em jornadas exaustivas (seja em razão da quantidade de horas dedicada à ocupação ou à necessidade de atuar em mais de uma atividade laborativa), conciliando o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Segundo Costa e Marra (2013), elas “encontram-se em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação)” (p. 149).

A Vulnerabilidade das Mães Solo Negras

Mulheres negras representam 56,5% dos lares monoparentais femininos (DIEESE, 2023). Além do patriarcado, o racismo age como mecanismo de controle e dominação de corpos. Dessa forma, é de suma importância considerar a

interseccionalidade de raça e gênero, visto que “desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Para falarmos sobre maternidade solo, devemos recorrer ao questionamento fundamental de Carneiro (2003): “De que mulheres estamos falando?”. Existem experiências históricas distintas do discurso clássico de opressão das mulheres brancas. A opressão sofrida, por exemplo, por mulheres negras, é oriunda de profunda violência, em razão do histórico e persistente racismo no contexto brasileiro, não é reconhecida pelo “discurso clássico sobre a opressão da mulher”, assim como Carneiro (2003) indicou. E, desta forma, não concebe a “diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras” (p. 01).

As repercussões das opressões sofridas impactaram a identidade feminina de mulheres negras, portanto. Mulheres negras, historicamente, não são tratadas enquanto frágeis, dóceis e/ou doces. São mulheres que, por muito tempo, exerce(ra)m atividades de trabalho a serviço de outra(s) pessoa(s), seja escravizadas nas lavouras ou como empregadas domésticas em condições de trabalho insalubres (Carneiro, 2003).

A vulnerabilidade econômica se mostra associada, em nosso país, à vivência de povos historicamente marginalizados, como os negros, pardos e indígenas, assim como à região de domicílio (Norte, Nordeste e regiões rurais). Ao somar a quantidade de mulheres que se autodeclaram negras e pardas, nota-se que o Brasil é majoritariamente composto por elas, pois representam 57 milhões de pessoas (Brasil, 2024a). O Norte é o estado brasileiro com “a maior proporção de pessoas negras, com quase 76% da população se declarando preta ou parda, seguida da região Nordeste” (Brasil, 2024b, p. 06).

As regiões em que se destaca a condição de pobreza dos lares chefiados por

mulheres são justamente a Norte e a Nordeste do país. Dessa forma, é necessário compreender essas desigualdades sociais e retomar a perspectiva de interseccionalidade, considerando-se a sobreposição de múltiplos estressores, tais como o machismo, o racismo, a xenofobia e as dificuldades estruturais que devem garantir o acesso aos direitos básicos dessas famílias (Raiher, 2016).

Mães Solo Brasileiras diante da Ausência Paterna

As famílias monoparentais chefiadas por mulheres são constituídas por diversas razões, podendo ser fruto de uma decisão da mulher ou resultado de fatores alheios à sua vontade. No caso de mulheres que optam por ter filhos independentemente de terem ou não uma relação romântica, a adoção e as técnicas de reprodução assistida podem ser o caminho para a maternidade (Anderson, 2016). Por outro lado, a monoparentalidade feminina pode decorrer da interrupção de uma relação conjugal, a partir do divórcio ou viuvez, bem como ser fruto do fim de um namoro ou de uma relação casual.

Quando a maternidade solo não se deve a uma escolha da mulher e há uma situação de ausência paterna, a condição de vulnerabilidade pode se tornar ainda maior. Esse grupo se caracteriza pelo não reconhecimento paterno do/a filho/a e, conseqüentemente, por uma não responsabilização financeira e emocional do genitor, uma realidade infelizmente frequente em nosso país (Thurler, 2009; Soares & Pereira, 2022). Nesse contexto, as mães são responsabilizadas não apenas pelo desenvolvimento de seu/sua(s) filho/a(s), o que já seria suficientemente complexo e desafiador (Costa & Marra, 2013; Soares & Pereira, 2022). Suas responsabilidades também englobam ser a única provedora das suas condições de subsistência.

Uma forma de acessar a ausência paterna é através das certidões de nascimento cujo registro paterno é inexistente. A consulta ao sítio eletrônico do Registro Civil Brasileiro garante a localização de dados dos últimos nove anos (2016 - 2025) (ARPEN,

2024). De um total de 26.578.052 certidões, aquelas com pais ausentes representam 1.411.120 ou 5,31%. A fim da exposição de dados recentes, optamos pelo levantamento dos últimos cinco anos. Desta forma, do dia 1º de janeiro de 2019 a 27 de outubro de 2025, constam 18.070.431 de certidões de nascimento no Brasil, destas 1.026.730 não tinham registro do pai (5,68%). A Tabela 1 apresenta as diferenças nos Estados brasileiros quanto ao número de certidões de nascimentos e ausência de registro paterno nestas:

Tabela 1

Certidões de nascimento e ausência do registro paterno no Brasil: Recorte por Estados Brasileiros

Região	Nascimentos	Certidões com pais	% de ausência
		ausentes	paterna
Sul	2.541.244	113.016	4%
Sudeste	6.938.673	350.293	5%
Centro-Oeste	1.566.473	82.991	5%
Nordeste	5.008.749	315.693	6%
Norte	2.015.292	164.737	8%

Em termos de vivência em sociedade, documentos e identificações formais representam relações de poder (Thurler, 2009). Os registros civis, ao lado da carteira profissional, do cadastro de pessoa física (CPF), do título de eleitor e outros, estabelecem limites, poderes, deveres e direitos, uma vez que “são símbolos materializadores de quem somos no sistema” (Thurler, 2009, p. 76).

É possível afirmar que são expressivos os números de registros dos quais não constam o nome do pai e que, assim, demonstram o não reconhecimento paterno. O reconhecimento paterno contribuiria, segundo Thurler (2017), para os processos de

socialização da criança: “a autonomia e a relação positiva consigo mesmo dependem também de relações intersubjetivas de reconhecimento condicionadas pelas relações sociais” (p. 336). Dessa forma, o reconhecimento paterno nos registros oficiais e/ou na vida cotidiana tende a promover a confiança e o respeito consigo próprio/a, assim como a valorização social, a partir das respectivas relações de reconhecimento (Thurler, 2017).

Ao considerar a diversidade socioeconômica e cultural característica (e relevante) no contexto brasileiro (Raiher, 2016), é importante destacar as especificidades das diferentes regiões do país. Percentualmente, as regiões Norte e Nordeste são aquelas com maiores números de certidões em que falta o registro paterno (8% e 6%, respectivamente). Seguidas pela região Centro-Oeste, Sudeste (ambas com 5%) e Sul (4%), (ARPEN, 2025).

O Norte e Nordeste do país são, justamente, as regiões em que se destacam os números de famílias chefiadas por mulheres em situação de pobreza (IBGE, 2020). A marginalização de renda no Brasil é associada a aspectos geográficos, de gênero e raciais (Raiher, 2016). Somados, esses elementos influenciam a “formação de grandes bolsões de pobreza”, nos referidos territórios (Raiher, 2016, p. 122). É notável: as mulheres, sendo a maioria delas negras, estão significativamente associadas aos índices de pobreza no país e há o crescimento dessa relação ao longo dos anos.

Ao construir discussões no campo da maternidade solo, trabalho e interseccionalidades de raça, gênero e classe, percebe-se que a sobrecarga dessas mulheres é manifestação de “relações de poder historicamente desiguais” (Narvaz & Koller, 2006, p. 51). O levantamento feito pelo último Censo que indica que mulheres negras são maioria na vivência da maternidade solo (DIEESE, 2023; IBGE, 2022). A ausência paterna pode ser encarada como mais uma forma de expressão das violências vividas por elas. Como sugeriu Thurler (2012), são “incontáveis” as realidades das

mulheres e mães brasileiras que “humilhantemente, buscam durante dez, quinze anos o reconhecimento da paternidade de suas crianças, quadro que se constitui em uma forma a mais de violência contra as mulheres, recaindo especialmente sobre mulheres não brancas” (p. 130).

A legislação brasileira tem avançado no reconhecimento e na garantia de direitos a essas famílias. A Constituição Brasileira (Brasil, 1988), em seu Artigo 226, Parágrafo 4º, conceituou, como entidade familiar, a “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (p. 132). Legitimou, assim, os direitos das famílias monoparentais, bem como garantiu a elas a proteção do Estado, por serem a “base da sociedade” (p. 131). A Lei nº. 8.560/1992 regulamentou a investigação da paternidade fora do âmbito do casamento (Brasil, 1992). O reconhecimento paterno de filho/a(s) foi indicado na lei como “irrevogável” e realizado a partir de registro de nascimento, escritura pública (ou particular), testamento e/ou manifestação expressa. A Lei nº. 13.112/2015 alterou o registro de nascimento dos filhos (Brasil, 2015). Anteriormente, cabia exclusivamente ao pai o registro de seu/sua(s) filho/a(s), sendo que mãe poderia realizá-lo apenas diante da impossibilidade de o pai fazê-lo. No entanto, muito ainda falta para que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres tenham acesso a todos os seus direitos, em sua vida cotidiana.

Compreender os desafios e recursos das famílias monoparentais chefiadas por mulheres é uma atividade complexa em razão da heterogeneidade das composições dos lares e histórias dessas famílias (Anderson, 2016). Tais grupos podem apresentar obstáculos similares e, paradoxalmente, empecilhos singulares de sua “versão particular de família monoparental”, uma vez que a realidade de cada família é permeada por “uma gama de fatores de risco individuais, familiares e comunitários e resiliência” (Anderson, 2016, p. 164).

No tocante a resiliência, a nossa compreensão parte de um paradigma que entende a habilidade das famílias em sobreviver diante das dificuldades, mas também em prosperar enquanto despontam dessas experiências (Hawley, 2013). A resiliência é, também, elemento que merece atenção ao se tratar da monoparentalidade feminina, inclusive, na possibilidade de pensar em políticas voltadas aos desafios em comum e aos particulares de cada vivência das mulheres que são mãe solo.

Entende-se que a maternidade e a paternidade são permeadas por elementos culturais, sociais, históricos e políticos (Thurler, 2009). Dessa forma, o abandono paterno não é uma prática neutra. Ao abandonarem seus filhos, financeira e/ou afetivamente, os pais “ensinaram a lição de que, socialmente, o homem poderia recusar a/o filha/o que engendrou” (Thurler, 2009, p. 144) enquanto a mulher deve suportar as ausências e sobrecargas que passam a caracterizar sua condição de ser mulher.

A noção de que ser mulher é ser mãe é predominante nas sociedades ocidentais. Opera-se, deste modo, o conceito de *dispositivo materno*, desenvolvido por Zanello (2018). É necessário o entendimento de que a maternidade é uma construção social, introjetada em um ideal de ser mãe distinto daquele esperado ao ser pai. Falamos aqui da “performance do cuidar” de uma forma naturalizada às mulheres (Zanello, 2018, p. 150). De acordo com a autora, transforma-se a visão social da mulher enquanto ‘sereia, diabo, perigosa’, presente nos séculos XVI, XVII, para uma “essencialmente materna (boa) e disponível a cuidar” (p. 128). Às mulheres, mesmo as que não são mães, cabem atos de cuidado direcionados a outras pessoas – e não a elas próprias.

A partir do século XVIII, em razão do funcionamento biológico (capacidade de procriação) e da função social do cuidado (em outras palavras, de *maternar*), há um processo de naturalização de um sentimento materno associado ao amor incondicional, que, por sua vez, fora (e é) fabricado, exaltado e também penalizado, julgado, social e

juridicamente quando não cumpre o ideal (Zanello, 2018). Tais olhares não são direcionados às realidades masculina e aos seus papéis no tornar-se e ser pai. Na verdade, “raramente escutamos reprimendas a pais”, ainda nos casos em que estes sejam “abandonantes ou ausentes” (p. 156).

Em razão da mentalidade cristã patriarcal e a crença de que são funções esperadas das mulheres os cuidados do(s) filho(s), ao trabalho doméstico e ao marido, domina ainda nos dias atuais a relação e cobrança entre “felicidade feminina à maternidade e ao estado civil” (Barbosa et al., 2023, p. 31). Ao se tratar de mães solo, estas encontram-se em uma posição social de desvalorização e desigualdade(s), influenciada, também, pelo status social de não ser casada. Aqui, recorreremos a ideia de *dispositivo amoroso* desenvolvida por Zanello (2018), apresentada na subjetivação da mulher mediada pelo olhar do homem que a escolheu e ao reconhecimento da sociedade acerca de seu estado civil.

É fundamental entender que as vivências de monoparentalidade feminina são influenciadas por diferentes variáveis, como, por exemplo, raça, classe, território, sexualidade e idade (Barbosa et al., 2023). Noções populares que referem mães solo enquanto “guerreiras” ou *pães*³, romantizam esta configuração da maternidade enquanto o abandono paterno caracteriza tal forma de maternar. A responsabilização do homem que opta pelo abandono é, por conseguinte, minorada, visto que a força da mulher que precisa equilibrar todas as funções de ser quem é, é elemento de destaque. Além da necessidade de ser forte, o que mais as mães solo são? E o que pensam sobre elas mesmas e sobre suas próprias histórias? Há importância em contatar essas narrativas, para resgatar junto a elas quais estratégias são vividas e quais podem ser aprimoradas, no que diz respeito a prevenção e promoção de cuidado às mulheres e as suas famílias.

Considerações Finais

³ Termo comumente utilizado no território brasileiro para se referir às mães que exercem, sozinhas, o papel de mãe e pai do(s) filho(s).

O estudo demonstra a importância de reiterarmos as diversas possibilidades de ser e fazer parte de famílias. Ainda, a partir do recorte construído, enfatiza discussões sobre a existência da maternidade solo no Brasil em tempos atuais, ao contribuir para o destaque de suas possíveis vulnerabilidades e salientar essa composição familiar para o campo da ciência psicológica. A complexidade do tema indica que o diálogo entre áreas diversas do conhecimento, tais como a Psicologia, o Serviço Social, a Educação e o Direito, é imprescindível. Dessa forma, será possível ampliar nossa compreensão acerca dos possíveis desdobramentos da monoparentalidade às mulheres que possuem essa vivência, sendo possível contribuir para ações interventivas em cuidado às suas necessidades, bem como ao desenvolvimento de políticas públicas que se mostrem efetivas a essa população.

No decorrer da pesquisa, foram identificadas limitações. Dentre elas, citamos:

(a) O sub-registro de dados, uma realidade já apontada por Thurler (2009, 2012) e que contribui para as desigualdades sociais no que se refere à proteção à cidadania (Thurler, 2009); (b) A desatualização e restrição de acesso aos dados em dois campos; o último Censo Demográfico do IBGE foi realizado em 2022 e os dados ainda não foram inteiramente disponibilizados e, nos Registros Cíveis via sítio eletrônico, constam, no presente momento, apenas dados dos últimos oito anos (de 2016 até a data atual). Essas limitações apresentam implicações políticas, uma vez que contribuem para dificultar o acesso a informações que dizem da realidade de múltiplas famílias brasileiras.

A promoção de ações que promovam e garantam a manutenção dos direitos dessas famílias precisa ocupar maior espaço em todas as esferas da agenda governamental, em diferentes níveis – saúde, assistência social, educação e no âmbito do trabalho. A partir de práticas conscientes e ativas de profissionais que lidam cotidianamente com núcleos familiares em situação de vulnerabilidade(s),

transformações sociais podem ser construídas de forma a superar perspectivas passivas, retrógradas e naturalizantes ainda presentes em nossa sociedade. Estas, que muitas vezes cultivam expectativas normativas sobre as famílias e sua(s) dinâmica(s).

As contribuições no campo da psicologia podem ser vastas direcionadas as famílias monoparentais femininas. A partir de olhares que reconheçam a sua pluralidade, o campo da terapia familiar, por exemplo, é lugar fecundo para construir possibilidades interventivas em diferentes contextos, tanto na clínica psicológica e/ou em setores públicos de cuidado. Noções estas, que sejam críticas e saibam considerar os contextos destas famílias, bem como as desigualdades que as atravessam cotidianamente, o que leva a necessidade de reconhecê-las para, enfim, buscar superá-las.

Referências

- Alvesson, M., & Sküldeberg, K. (2012). Language/gender/power: Discourse analysis, feminism and genealogy. In M. Alvesson & K. Sküldeberg (Eds.), *Reflexive methodology. New vistas for qualitative research* (pp. 227–262). SAGE.
- Anderson, C. M. (2016). A diversidade, pontos fortes e desafios das famílias monoparentais. In F. Walsh (2016), *Processos normativos da família* (4. ed., pp. 164–187). Grupo A.
- Andrade, M. C. R. (2021). *O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia* (Editorial, *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14 (n. esp.), 1-5.
<https://doi.org/10.36298/gerais202114e23310>
- Associação dos Registradores de Pessoas Naturais. (2025). *Portal da transparência, Registro Civil*. <https://transparencia.registrocivil.org.br/registros>

- Barbosa, C. F., Pires, E. O., & Di Gregório, M. F. A. (2023). Mães solo: Disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. *ODEERE*, 8(2), 19–40. <https://doi.org/10.22481/odeere.v8i2.13341>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República.
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- Brasil. (1992). *Lei n.º. 8.560, de 29 de dezembro, de 1992*. Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18560.htm
- Brasil. (2015). *Lei n.º. 13.112, de 30 de março de 2015*. Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei n.º. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113112.htm
- Brasil. (2024). *Informe Ministério da Igualdade Racial (MIR) - Monitoramento e avaliação - n.º. 3 - Edição Censo Demográfico 2022*.
<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf>
- Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka, Empreendimentos sociais & Takano cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49–58). Takano.

- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In L. C. Osorio & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (pp. 25–37). Artmed.
- Costa, F. Á. O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: Risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141–153.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>
- Dias, T. B. (2017). A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. *Mandrágora*, 23(1), 49–70. <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v23n1p51-72>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2023). *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. DIEESE.
<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>
- Fuster, E. G., & Ochoa, G. M. (2000). *Psicologia social de la familia*. Paidós.
- Hawley, D. R. (2013). The ramifications for clinical practice of a focus on family resilience. In D. S. Becvar (Ed.), *Handbook of family resilience* (pp. 31–50). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3917-2>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo demográfico 2022 - Composição domiciliar e óbitos informados, Resultados do universo*. IBGE.
<https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Composicao%20domiciliar%20e%20obitos%20informados%20-%20Resultados%20do%20universo%20-%2020241024.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico*.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9665&t=sobre>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. IBGE.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Indicadores IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Terceiro Trimestre de 2022*.

IBGE.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_3tri.pdf

Ito, R., Conceição, M. I. G., & Silva, I. M. da. (2019). Conjugalidade ontem e hoje. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, Neubern, M. & Queiroz, E. (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea - Volume 4* (pp. 53–70).

Technopolitik.

Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49–55.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>

Núñez, G. (2023). As monoculturas como violação da singularidade. *Jornal de*

Psicanálise, 56(105), 107–120. <https://doi.org/10.5935/0103-5835.v56n105.08>

Raiher, A. P. (2016). Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira.

Informe Gepec, 20(1), 116–128. <https://doi.org/10.48075/igepec.v20i1.13531>

Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Vozes.

Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência* (2. ed.). Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo.

- Samara, E. de M. (2002). O que mudou na família brasileira?: Da colônia à atualidade. *Psicologia USP*, 13(2), 27–48. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200004>
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Silva, V. C. O. R. & Papali, M. A. C. R. (2023). *Revisando a versão tradicional da família colonial brasileira: Novas evidências de dinâmicas familiares no período da colonização* [Apresentação de trabalho]. XXVII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, XXIII Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação e XIII Encontro de Iniciação à Docência, Universidade do Vale do Paraíba. <https://dx.doi.org/10.18066/inic0935.2>
- Soares, G. S., & Pereira, A. C. C. (2022). Possibilidades de criação monoparental feminina em contexto de vulnerabilidade social. *Conjecturas*, 22(8), 512–536. <https://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1235>
- Thurler, A. L. (2009). *Em nome da mãe: O não reconhecimento paterno no Brasil*. Mulheres.
- Thurler, A. L. (2012). Paternidades como práticas políticas. *Revista Jurídica da Presidência*, 14(102), 117–137. <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2012v14e102-121>
- Thurler, A. L. (2017). Violências ocultas sob o não-reconhecimento paterno: Fala de uma mulher negra. In C. Stevens, S. Oliveira, V. Zanello, E. Silva & C. Portela (Orgs.), *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 321–340). Technopolitik.

- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea – Revisitando conceitos. In A. Wagner (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea - Pesquisas e reflexões* (1. ed., pp. 20–35). Artmed.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In F. Walsh (Org.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (4. ed., pp. 15–76). Artmed.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1. ed.). Appris.

Estudo 2: Monoparentalidade Feminina, Gênero e Família: Tecendo Relações

Resumo: Este estudo objetivou compreender a monoparentalidade feminina que ocorre a partir da dissolução de uma relação amorosa heterocisnormativa anterior. Conduziu-se uma revisão integrativa da literatura sobre estudos publicados na área da psicologia nos últimos 10 anos, cujos resultados foram discutidos a partir de perspectivas sistêmico-feministas. As buscas foram realizadas nas bases de dados BVS-Saúde, Oasis e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os termos de busca e os critérios de inclusão estabelecidos levaram à recuperação de 17 estudos. A análise de dados foi feita a partir da análise de conteúdo qualitativa e, assim, foram construídas três categorias: (a) Papéis de gênero e repercussões na monoparentalidade feminina; (b) Ciclo de vida familiar, mães solo e as relações familiares; (c) A sobrecarga das mulheres nas famílias monoparentais femininas e a importância do apoio social. As desigualdades de gênero atuam diretamente nas construções de maternidades solo, bem como nos desafios que as mulheres enfrentam em seu maternar e na busca por equilibrar outras funções. Os estudos incluídos indicaram que a monoparentalidade feminina que sucede a separação do casal caracteriza um cenário de sobrecarga às mulheres e ausência dos homens que são pais, diante das responsabilidades parentais. Esse movimento, é reforçado pelas expectativas culturais sobre as funções sociais e parentais desempenhadas de modos distintos entre mulheres e homens. O apoio social é fundamental para que as mães solo consigam equilibrar os papéis que conciliam, bem como a manutenção dos lares, e o bem-estar próprio e do/a(s) filho/a(s). Entendemos a relevância da temática ao considerar a monoparentalidade feminina crescente no país, bem como a importância de estudos interdisciplinares que aprofundem nas questões múltiplas que podem envolver a maternidade solo.

Palavras-chave: monoparentalidade feminina, mãe solo, gênero, família.

Este estudo tem, como objetivo, compreender a monoparentalidade feminina a partir da perspectiva sistêmica-feminista. Deste modo pretendeu-se revisar pesquisas publicadas no campo da psicologia brasileira, nos últimos dez anos.

A família no Brasil é percebida por suas transformações contínuas e sua organização por laços de afeição, que tendem a se sobrepor às hierarquias tradicionais (Cervený & Berthoud, 2009). É, assim, um fenômeno complexo, multidimensional, que se relaciona às mudanças culturais e socioeconômicas (Benatti et al., 2021), devendo ser compreendida à luz de momentos históricos específicos (Minuchin et al., 2008).

A monoparentalidade feminina é o formato de constituição familiar estudado na presente pesquisa. Por definição, a família monoparental é aquela em que há apenas uma pessoa responsável que vive com o/a filho/a em um mesmo domicílio, podendo estar relacionada a ele por laços biológicos ou afetivos (Sousa, 2008). Independentemente da motivação dessa configuração familiar (viuvez, rompimento de uma composição familiar nuclear anterior, escolha em viver a parentalidade em formato solo, dentre outras), as famílias monoparentais são chefiadas, em sua grande maioria, por mulheres (IBGE, 2024; Sousa, 2008), o que justifica a monoparentalidade ser estudada sob as lentes da maternidade, nesta pesquisa.

É importante destacar que o presente estudo é desenvolvido com o recorte da maternidade solo resultada pela dissolução de uma relação amorosa heterocisnormativa anterior, havendo, portanto, uma prévia relação conjugal e/ou amorosa em que o parceiro era um homem. Faz-se relevante essa informação, visto que cada vivência e construção da monoparentalidade carrega especificidades próprias (Anderson & Anderson, 2014) e não pretendemos abarcar toda a ampla gama de possibilidades de maternidade solo existentes no Brasil.

O pensamento sistêmico novo-paradigmático nos auxilia a entender a temática por intermédio dos princípios da complexidade, instabilidade e intersubjetividade, que favorecem uma visão sistêmica do fenômeno estudado (Vasconcellos, 2019). Para tal, utilizamos de referenciais que dialogam com a terapia familiar feminista, ao considerar seu comprometimento com a mudança social e o empoderamento de mulheres, problematizando ideias tradicionais de família (Narvaz & Koller, 2007). Como as teorias sistêmicas em psicologia se atentam aos processos e relações intersubjetivas (ou seja, fatores relacionais e contextuais), as terapias familiares feministas “destacam as relações de poder estruturantes das relações de gênero constitutivas das relações familiares e sociais” (Narvaz & Koller, 2007, p. 124).

Ao desenvolver um estudo com enfoque na monoparentalidade feminina, destacamos a importância de a temática ser desenvolvida no campo das teorias sistêmicas, dada a sua ênfase nos contextos sociais e culturais dos quais essas famílias fazem parte. Nesse sentido, devemos considerar que as famílias monoparentais femininas podem vivenciar preconceitos (Lima & Férez-Carneiro, 2021), desvalorização quanto ao seu status de família (Narvaz & Koller, 2007) e a exposição a fatores de risco específicos, o que pode contribuir para um maior estado de vulnerabilidade (Barreto et al., 2016). A perspectiva sistêmica também contribui para a compreensão das inter-relações dos membros do sistema familiar e das relações de poder e desigualdades existentes (McGoldrick & Hardy, 2019).

Método

Foi realizada uma revisão integrativa de literatura a partir das bases de dados BVS-Saúde, Oasis e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Desenvolvemos, portanto, uma “pesquisa planejada”, cujos critérios objetivaram “buscar e selecionar os estudos a serem sintetizados” (Andrade, 2021, p.2), de acordo com o

intuito da pesquisa. Utilizamos os seguintes termos de busca: “monoparentalidade feminina”, “maternidade solo”, “família monoparental” e “mães solo”, combinadas com “psicologia”, a partir do operador booleano AND. A busca incluiu (a) pesquisas empíricas brasileiras, (b) que tratavam sobre maternidade solo, (c) foram publicadas nos últimos 10 anos e (d) apresentavam diálogo com o campo do saber psicológico⁴. Foram excluídas pesquisas que abordavam a monoparentalidade adotiva bem como pesquisas repetidas ou parcialmente disponibilizadas *online*.

A análise de dados foi feita a partir da análise de conteúdo qualitativa. Esta visa transformar uma determinada quantidade de dados em um sumário organizado e conciso dos principais resultados da pesquisa (Erlingsson & Brysiewicz, 2017). Foram seguidas três etapas para a sua realização: (a) Leitura e releitura dos dados acessados, com a finalidade de compreensão geral; (b) Divisão do texto em pequenas partes, para construção de unidades de sentido/significado; (c) Nomeação das unidades de sentido/significado para formular códigos, que seriam posteriormente agrupados em categorias. É importante reforçar que esse foi um processo reflexivo, cuja realização se deu através de um processo contínuo de codificação – categorização (Erlingsson & Brysiewicz, 2017).

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada a leitura integral dos estudos incluídos. A organização dos dados foi guiada pela construção de uma planilha Excel com as seguintes informações das pesquisas: (a) título; (b) nome dos/as autores/as; (c) ano da publicação; (d) natureza da publicação; (e) resultados relacionados à monoparentalidade feminina dentro do campo de estudos em Psicologia.

Resultados e Discussão

⁴ Este explicitamente indicado no corpo do texto (Resumo, Introdução ou Método) ou por vínculo com programas de pós-graduação em psicologia (no caso de dissertações e teses) ou graduação em psicologia.

Foram localizadas 273 pesquisas a partir das combinações dos termos de busca utilizados. A Tabela 2 especifica esses achados iniciais:

Tabela 2

Levantamento inicial dos dados

Termos utilizados na busca	BDTD	BVS	Oasis
“monoparentalidade feminina” AND “psicologia”	14	04	19
“maternidade solo” AND “psicologia	54	31	08
“família monoparental” AND “psicologia	24	12	26
“mae solo” AND “psicologia	47	34	0

A partir da leitura dos títulos e resumos, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, resultando 17 estudos. Na Tabela 3, apresentamos dados descritivos sobre esses estudos. A organização dos estudos seguiu como critério o ano de publicação, em ordem cronológica crescente.

Tabela 3*Breve apresentação dos estudos incluídos*

Título	Autores/as	Ano da publicação	Natureza da publicação	Objetivo	Abordagem metodológica
<i>Arranjos Familiares e Possibilidades Terapêuticas em um Serviço de Saúde Mental Infantil</i>	Bustamante, V. & Santos, I.	2015	Artigo científico	Caracterizar os arranjos das famílias que frequentam um serviço que atende crianças acompanhadas de suas famílias e refletir sobre as principais demandas trazidas.	Estudo misto
<i>Mãe, Mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar</i>	Verza, F., Sattler, M. K. & Strey, M. N.	2015	Artigo científico	“(…) compreender como se organizam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres e de que forma questões de gênero se atravessam nas intervenções em Terapia Familiar” (p. 46).	Estudo qualitativo
<i>A Função do Avô na Família Monoparental Feminina</i>	Viturino, M. M.	2017	Dissertação	“(…) descrever a função do avô na família	Estudo qualitativo

<i>A Experiência de Mães em Ocupações de Moradia: Um Olhar Político e Fenomenológico</i>	Fischer, A. B.	2019	Dissertação	monoparental feminina, na sua perspectiva” (p. 8) “(…) compreender a experiência de ser mãe solo para mulheres usuárias de um Centro de Referência em Assistência Social na cidade de Natal/Rio Grande do Norte” (p. 11).	Estudo qualitativo
<i>“Quando vem uma Mãe Chefe de Família Para A Terapia”: A Ótica de Terapeutas de Família Sobre a Monoparentalidade Feminina</i>	Verza, F. & Strey, M. N.	2019	Artigo científico	“Investigou-se a percepção de cinco terapeutas de família acerca da monoparentalidade feminina e o papel dos estudos de gênero em sua formação profissional.” (p. 575).	Estudo qualitativo
<i>Maternidade Solo: As Vivências de Maternidade de Mulheres-Mães</i>	Lima, A. C. F.	2020	Trabalho de Conclusão de Curso	“investigar a maternidade solo de um grupo de mulheres-mães que cuidam do(s) seu(s) filho(s) com pouca ou nenhuma participação ativa dos pais” (p. 4).	Estudo qualitativo

<i>Redes Pessoais Significativas de Mulheres Responsáveis por Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social</i>	Machado, M. S. & Pereira, C. R. R.	2020	Artigo científico	“(…) compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para a maternidade em famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social” (p. 399).	Estudo qualitativo
<i>A Paternidade na Percepção de Mulheres Responsáveis por Famílias Monoparentais em Situação de Vulnerabilidade Social</i>	Machado, M. S., Cousseau, B. F., Teixeira, K. S., Rigão, G. S. & Pereira, C. R. R.	2021	Artigo científico	“(…)conhecer os significados atribuídos à paternidade na visão de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas vivendo em situação de vulnerabilidade social” (p. 399).	Estudo qualitativo
<i>Maternidade Solo e Interseccionalidades: Práticas de Cuidado no Contexto da Atenção Básica</i>	Nascimento, A. M. V. S., Martins, D. M. B., Bonfim, C. B. &	2022	Artigo científico	“(…)conhecer os significados atribuídos à paternidade na visão de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas vivendo em situação de vulnerabilidade social” (p.2). “Compreender a percepção de psicólogas(os) acerca de suas práticas, junto a mulheres mães solo na Atenção Básica,	Estudo qualitativo

	Bernardo, K. J. C.			com atenção às questões de gênero, raça e interseccionalidades” (p. 1).	
<i>A Experiência da Maternidade Solo Para Mulheres Usuárias do Centro de Referência em Assistência Social</i>	Santos, A. C. D.	2022	Dissertação	“(…) compreender a experiência de ser mãe solo para mulheres usuárias de um Centro de Referência em Assistência Social na cidade de Natal/Rio Grande do Norte” (p. 11).	Estudo qualitativo
<i>Maternidade ‘Solo’, Decolonialidade e Modos de Subjetivação</i>	Lima, A. C. B.	2023	Tese	“(…) tecer uma análise feminista decolonial das maternidades “solo”/”solteiras” em produção no Brasil, tomando o cuidado de construir um estudo artesanal, experencial ⁵ e que de maneira nenhuma visa esgotar o assunto, mas minimamente representar	Estudo qualitativo

<i>A Experiência de Ser Filho(a) Adolescente em Famílias Monoparentais Femininas</i>	Alves, V. A.	2023	Dissertação	diferentes mulheres em territórios distintos do País, que possam somar suas perspectivas a uma construção teórica que respeite e não unifique a efervescência de seus conflitos” (p. 39). “(…) compreender a experiência de ser filho(a) adolescente em famílias monoparentais femininas” (p. 8).	Estudo qualitativo
<i>Ação Grupal com Mulheres-Mães Universitárias Como Estratégia de Promoção de Saúde Mental</i>	Ferreira, M. S. C. G.	2023	Dissertação	“refletir sobre situações de vulnerabilização ao sofrimento psíquico e fortalecer fatores de proteção psicossocial a partir do desenvolvimento de um programa grupal, de caráter psicoeducativo e emancipatório,	Estudo qualitativo

<i>Ser Mãe em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental: Desafios e Estratégias de Enfrentamento</i>	Pina, S. B.	2023	Dissertação	voltado para a proteção e promoção à saúde mental de mães universitárias” (p. 8). “(…) analisar a experiência da maternidade para mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental na perspectiva da relação pessoa-ambiente.” (p. 7).	Estudo qualitativo
<i>Autoeficácia de Mães Chefes de Famílias Monoparentais</i>	Brandão, R. N.	2024	Dissertação	“(…) investigar a autoeficácia de mães chefes de família monoparentais atendidas nos Centros de Assistência Social (CRAS) do município de Vitória, ES, Brasil” (p. 8).	Estudo qualitativo
<i>Monoparentalidade Feminina: Um Estudo Online Sobre Autoestima e</i>	Rodrigues, A. S., Moura, D. P. F.,	2024	Artigo científico	“(…) investigar a relação entre autoestima e os estilos parentais,	Estudo quantitativo

<i>Estilos Parentais de Mães Solo Brasileiras</i>	Vieira, C. A. L. & Lourenço, M. S.			tomando como público-alvo as mães solo brasileiras.” (p. 128)	
<i>Contos de Dor, Amor e Alegria: Representações Sociais da Maternidade Solo</i>	Araújo, M. H. P. O. & Amorim, B. M. O.	2025	Artigo científico	“(…) analisar as Representações Sociais da maternidade solo no contexto da pobreza” (p. 1).	Estudo qualitativo

Papeis de Gênero e Repercussões na Monoparentalidade Feminina

Diferenciar os papéis conjugais dos parentais é um dos maiores desafios para uma família separada que tem filho/a(s) (Juras & Costa, 2016). Na ocasião de rompimento do relacionamento amoroso quando há existência de filho/a(s), as repercussões dessa separação tornam-se ainda mais delicadas para as mulheres brasileiras que, na maior parte das situações, precisam lidar sozinhas com as responsabilidades da (mono)parentalidade (Machado & Pereira, 2020).

A partir dos estudos incluídos na presente revisão de literatura, notamos que a categoria gênero é presente em todas as pesquisas. É válida a problematização da dimensão de gênero, em razão das construções sociais sobre as atividades relacionadas a um ou outro sexo, o que, por sua vez, é produzido socialmente e demarca posicionamentos distintos para homens e mulheres, em contextos diversos, tais como o familiar e o profissional (Figueiredo & Diniz, 2018).

A perspectiva de gênero nos permite entender que homens e mulheres são colocados em uma posição de oposição binária (Scott, 1995). Tal diferenciação contribui para a desigualdade de poder entre eles e elas. Gênero é, assim, “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995, p. 21). Influencia, assim, a política, ciência, religião, justiça e educação (Scott, 1995).

Papeis de gênero são construídos e, assim, reforçados pela cultura, sendo transmitidos de forma transgeracional (McGoldrick et al., 2014; Verza et al., 2019). Recuperamos as expectativas dos papéis parentais ao considerar a monoparentalidade feminina retratada em duas das pesquisas incluídas, a fim de exemplificação. Em Machado et al. (2021), as mulheres discorreram sobre o protagonismo feminino na atividade parental em detrimento do masculino. A presença paterna foi referida pelas participantes como “pouco necessária e não ocupando um lugar de referência para os

filhos” (Machado et al., 2021, p. 10). Na pesquisa de Santos (2022), a naturalização dos papéis masculinos e femininos pôde ser observada a partir das verbalizações das participantes da pesquisa, visto que os cuidados com o/a(s) filho/a(s) e os lares são exclusivos delas.

Questões de gênero atravessam o funcionamento e a lógica da estrutura familiar quando esta não é construída na biparentalidade (Verza et al., 2019). Em uma cultura que naturaliza a ausência paterna, a sobrecarga materna é um resultado dessa dinâmica e um dado apontado em todas as pesquisas incluídas. A sobrecarga dessas mulheres ocorre em contextos distintos, sejam eles o financeiro, a gestão e o cuidado domiciliar, os processos educacionais com os/as filhos/as e outros, afetando mães solo de grupos heterogêneos no que se refere à raça, ao nível socioeconômico e à região do Brasil onde moram.

Dentre os papéis de gênero imputados aos homens, há a necessidade de prover, ou seja, de dispende cuidados financeiros à, sua família e filho/a(s) (Figueiredo & Diniz, 2018). Ainda assim, o não cumprimento dessa prescrição parece ser visto como natural. Às mulheres é reservada a crença de que são mais capazes para desempenhar atividades de cuidado, educação e socialização do/a(s) filho/a(s) (Borges, 2020). Torna-se importante ressaltar que, ainda que haja a dissolução da união conjugal e/ou relacional, a atuação na parentalidade não é – ou, ao menos, não deveria ser – finalizada (McGoldrick et al., 2014). Entretanto, há a hipótese de que persiste em nossa sociedade, o entendimento de que a separação conjugal pode levar à interrupção das responsabilidades e dos laços parentais daquele que não reside na mesma casa com o/a(s) filho/a(s) (Juras & Costa, 2016).

No caso da ausência total do homem que é pai, os desfechos são ainda mais difíceis para as mães solo, ao incluir a necessidade de “dar conta de tudo” (Verza et al., 2015), sendo elas e suas famílias expostas a maiores vulnerabilidades financeiras (Pina,

2023; Machado et al., 2021), o que requer um auxílio fortalecido e constante vindo das redes de apoio (Lima, 2020).

Mesmo nas situações em que os homens não estão totalmente ausentes, sua participação parece ser insuficiente sob os olhares das mães solo (Araújo & Amorim, 2025; Ferreira, 2023; Pina, 2023). Essa presença ausente repercute em sentimentos de decepção e chateação nas participantes da pesquisas (Ferreira, 2023).

Localizamos uma única representação positiva da atuação paterna, que rompe com os estereótipos de gênero e com a referida naturalização do abandono paterno aqui trabalhada. Ela se encontra no estudo de Lima (2023) e ocorre quando uma das participantes relata um episódio de adoecimento e como ela se sentiu cuidada e apoiada pelo pai de sua filha durante esse processo, mesmo eles estando separados e ela vivenciando a monoparentalidade. Esse dado, ainda que seja uma exceção dentre os demais resultados, indica o potencial de mudança nos estereótipos tradicionais que predeterminam socialmente os papéis sexuais (Figueiredo & Diniz, 2018).

Foi observado a prevalência de mães solo em situações de vulnerabilidade social (Machado et al., 2021), em razão de dificuldades econômicas e trabalhos precarizados (informais, sem vínculos trabalhistas), o que pode tornar essencial os benefícios de programas governamentais de auxílio e complemento de renda (Araújo & Amorim, 2025; Machado & Pereira, 2020). Entendemos, a partir de Scott (1995), que a categoria gênero não é exclusiva das relações de parentesco, e, na verdade, impacta também a organização política, a sociedade e a realidade econômica das pessoas, em especial das mulheres que vivenciam a maternidade solo.

São “estruturas não faladas” aquelas que limitam as vidas das pessoas e fundamentam a nossa sociedade moderna (McGoldrick & Hardy, 2019, p. 7). Para a autora e o autor é preciso que os terapeutas familiares se atentem as hierarquias de gênero,

mas também a sua aliança que reforça a exclusão e violência(s) através de outras hierarquias de classe, raça e cultura. Herança histórica de olhares que privilegiam o mundo masculino, heterossexual e de uma classe média/alta, há a tendência teórica de que essa sobreposição de aspectos de opressão seja desconsiderada, inclusive no campo da terapia familiar (McGoldrick & Hardy, 2019).

Famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras foram retratadas com certa frequência nos estudos incluídos (Araújo & Amorim, 2025; Ferreira, 2023; Fischer, 2019; Lima, 2023; Machado & Pereira, 2020; Nascimento et al., 2022; Rodrigues et al., 2024; Santos, 2022). Este dado, nos leva a exemplificar que, como identificado nas pesquisas, famílias chefiadas por mulheres negras enfrentam estressores que vão além das questões restritas as desigualdades de gênero. Ocorre a “sobreposição da opressão”, tendo em vista a sociedade machista que vivemos, mas também seu caráter racista (Brandão, 2024, p. 28). Assim, notamos que se fez presente nos estudos relatos que denotam um equilíbrio das mulheres em suas funções diante da monoparentalidade, interpeladas por situações cotidianas de racismo, que colocam as mulheres em situações constrangedoras e/ou excludentes, percebidas pelas participantes como tal (Araújo & Amorim, 2025; Fischer, 2019; Lima, 2023; Santos, 2022).

As pesquisas incluídas no presente estudo não são exclusivas ao campo da terapia familiar. Ainda assim, consideramos interessante analisar o fato de que nem todas exploraram aspectos como classe e raça, ainda que estes sejam apresentados enquanto características das participantes das pesquisas, como podemos observar em Machado e Pereira (2020) e Rodrigues et al. (2024). O modo em que esses elementos influenciam na construção identitária das/os participantes, bem como na forma em que as relações familiares e sociais são construídas, são desconsiderados. O reconhecimento destes marcadores sociais (gênero, raça e classe) é essencial, ao considerar os sistemas desiguais

que vivemos. Famílias em situações de vulnerabilidade, precisam contar com olhares técnicos e teóricos que compreendam como o estigma social e o acesso limitado a recursos e direitos impactam em suas vidas e possibilidades de adoecimento(s) (McGoldrick & Hardy, 2019).

Ciclo de Vida Familiar, Mães Solo e as Relações Familiares

As relações familiares passam por transições no decorrer da vida. O ciclo de vida familiar oferece um conceito flexível de estágios da vida. Estes são previsíveis, mas dependem do momento/fase familiar, bem como de sua estrutura, período histórico e cultura, apresentando repercussões emocionais diversas às famílias e aos seus membros. Os estágios do ciclo de vida familiar não são, portanto, idênticos para todas as famílias (McGoldrick et al., 2014).

Ao estudar a monoparentalidade feminina, é importante entender o indivíduo, a(s) mãe(s) solo, no contexto da família, bem como o impacto da variação cultural durante as etapas do ciclo de vida, tanto para as famílias como para os seus membros (McGoldrick et al., 2014). Esta categoria do estudo engloba tanto as perspectivas individuais das mães solo como as de outros membros das famílias, também retratados nas pesquisas. É conduzida em diálogo com as possibilidades do ciclo de vida familiar e a contextualização cultural refletida pelas pesquisas incluídas.

A compreensão do ciclo de vida familiar baseia-se em dois eixos. O eixo vertical reflete tanto a história social e cultural (dinâmicas desiguais de poder, hierarquia social, estereótipos) quanto a familiar. Deve-se considerar, assim, o histórico familiar e seus impactos na vida familiar, no que se inclui tanto a herança biológica quanto os valores e padrões de relacionamento familiar. No eixo horizontal, estão as influências desenvolvimentais e imprevisíveis que impactam a família no decorrer da vida, ou seja, o desenvolvimento da família no intermeio dos acontecimentos do tempo, com as

transições e os desafios que ocorrem no ciclo de vida familiar a partir desses eventos.

Durante o ciclo de vida familiar, existem transições que são mais ou menos previsíveis (McGoldrick et al., 2014). Como, por exemplo, aquelas relacionadas às seis fases que compõem o ciclo vital familiar da classe média americana segundo McGoldrick et al. (2014): Saindo de casa: jovens solteiros; A união de famílias no casamento: o novo casal; Famílias com filhos pequenos; Famílias com adolescentes; Lançando os filhos e seguindo em frente; Famílias no estágio tardio da vida. Também podemos nos referir às quatro fases propostas por Cerveny e Berthoud (2009) a partir de estudos que enfocam a realidade brasileira: fase de aquisição, família adolescente, fase madura e fase última.

Dentre as transições possíveis, destacamos a transição para a parentalidade. Esta, caracterizada por mudanças significativas, novas responsabilidades, aprendizagens e desafios que muitas vezes são conflitantes com visões romantizadas do que o imaginário social entende deste momento de transição (Carter et al., 2014). As autoras se referem a parentalidade, em especial aos primeiros meses e anos, a partir da ideia da “montanha russa” que pode vir a causar surpresa naqueles/as que se encontram diante destes novos papéis (Carter et al., 2014, p. 203).

Ainda que sejam assumidos novos papéis e redefinidos outros (Carter et al., 2014), a transição para a parentalidade “desafia ainda mais os papéis de gênero tradicionais e os padrões familiares multigeracionais” (McGoldrick, 2014a, p. 186). Dentre as responsabilidades parentais que acompanham esse período de transição, a exposição à culpa e ao remorso em razão das expectativas sociais acerca da responsabilidade primária feminina no cuidado do/a(s) filho/a(s) é comum (McGoldrick, 2014a). Há também a tendência de um retorno a divisão de papeis mais tradicional, na qual a manutenção doméstica é atribuição feminina, bem como o planejamento e cuidado com o/a(s) filho/a(s). Ainda assim, diante da transição para a parentalidade, cada família carrega sua

própria história e valores, bem como os papéis de gênero (Carter et al., 2014).

Os estresses causados no decorrer da transição para a parentalidade, podem impactar na satisfação conjugal, na negatividade relacionada a um dos parceiros e a percepções de “caos” na vida do casal (Driver et al. 2016)), o que pode suscitar na separação deste (Carter et al., 2014). Esta sobreposição de estressores é comum e pode ser problemática diante de períodos desafiadores - inclusive, aqueles de transição como a chegada de um novo membro a família (Driver et al. 2016).

Como reforçado, a monoparentalidade feminina que abordamos parte da separação do casal. Essa é uma situação que pode ocorrer em qualquer momento do ciclo de vida familiar, o que contribui para desequilíbrios e crises (Ahrns, 2014). Essa sobreposição de estressores pode atrapalhar, desta forma, o funcionamento de um sistema familiar, e repercutir em seus membros e nos relacionamentos (Walsh, 2016).

Dentre os estudos incluídos houve prevalência de participante(s) que passaram por processos de divórcio (Araújo & Amorim; Brandão, 2024; Bustamante & Santos, 2015; Ferreira, 2023; Fischer, 2019; Lima, 2020; Lima, 2023; Machado et al., 2021; Pina, 2023; Rodrigues et al., 2024; Santos, 2020; Verza et al., 2015). Entender o divórcio através das lentes das dinâmicas familiares é iluminar o fato de que esse é um processo multidimensional de mudança familiar (Ahrns, 2014). Cada membro da família será afetado pelo divórcio, uma vez que tem “raízes em algum lugar do passado (...), e carrega consigo efeitos que se estendem ao futuro” (Ahrns, 2014, p. 292).

Quando abordamos a maternidade solo ocasionada pelo rompimento de uma relação afetiva anterior, falamos de uma mudança abrupta no sistema familiar. Essa transição não é uma tarefa simples, visto que a (mono)parentalidade é vivenciada em concomitância à separação. Períodos de transições para a família são momentos de crise, marcados por maior estresse (Minuchin, 1974) e vulnerabilidade pessoal (Ahrns, 2014).

Os momentos de transição familiar requerem a negociação de novas regras familiares (Minuchin, 1974). Deste modo, recuperamos as fronteiras familiares enquanto demarcações de limites, sejam eles flexíveis ou aqueles que não podem ser cruzados (Juras & Costa, 2016), são as regras que indicam quem irá participar de cada subsistema e como essa participação ocorrerá (Minuchin, 1974). Diante da separação em famílias com filho/a(s), as fronteiras precisam passar por processos de redefinição pelo par parental, visando ao bem-estar do/a(s) filho/a(s) (Ahrns, 2014; Juras & Costa, 2016). É necessário que haja um relacionamento entre os membros do ex-casal para a manutenção do vínculo e envolvimento parental (Juras & Costa, 2016).

Ao estabelecer as regras (fronteiras) em viver separados, enfocamos a importância daquelas relacionadas ao(s) filho/a(s) do ex-casal. Faz-se necessário considerar os subsistemas coparental, o mãe-filho/a(s) e o pai-filho/a(s), na construção dessas regras (Ahrns, 2014). O que notamos nas pesquisas é a ausência parcial ou total dos pais, nos cenários de convivência com seus/uas filho/as (Machado et al., 2021).

A respeito do subsistema mãe-filho(a), as falas dos/as adolescentes de famílias monoparentais femininas retratam relações positivas com suas mães, com “dependência afetiva” delas e cuja referência é absoluta em suas vidas – ocupando os papéis de cuidadora principal, mãe, pai, amiga, como é retratado pelos/as participantes (Alves, 2023, p. 91). É uma proximidade que, de acordo com Juras e Costa (2016), “aumenta a influência e o controle materno” sobre os filhos e, ao mesmo tempo, contribui para a sobrecarga dessas mulheres, em especial aquelas de baixa renda. Por outro lado, no que se refere ao subsistema pai-filho, as participantes relataram baixo envolvimento paterno nos cuidados e responsabilidades com os/as filhos/as (Machado et al., 2021).

Para além da questão da falta (e, ao mesmo tempo, ao considerá-la), apontamos dois estudos que retratam a problemática sob a perspectiva dos/as filho/as. O estudo de

Bustamante e Santos (2015) acessou repercussões desfavoráveis da separação dos pais seguida do afastamento paterno em uma criança que vivenciava um processo de luto diante da falta do pai. O emocional fragilizado da criança e seu desenvolvimento no ambiente escolar (é apontado o baixo desempenho e relações frágeis construídas nesse contexto), são resultados encontrados na pesquisa e influenciados diante do referido sentimento de luto. Esse sentimento de perda e a vivência de luto é comum em crianças com pais divorciados (Ahrns, 2014). Assim, recuperamos que o processo de adaptação diante da diminuição ou ausência da participação de um membro familiar, também é gerador de estresse (Minuchin, 1974), o que demanda a atenção específica para esse enfrentamento familiar.

Na pesquisa de Alves (2023), os/as adolescentes, ao falarem sobre os papéis familiares no ambiente domiciliar, apresentaram valores e crenças igualitárias sobre as tarefas familiares, sem significativa distinção por categoria de gênero. Contudo demonstraram dificuldade em discorrer sobre o papel paterno desempenhado no contexto familiar. Um dos participantes disse: “Pois é, como eu não tive essa presença paterna, eu não sei te responder isso” (Alves, 2023, p. 64). Assim, a experiência pessoal da ausência paterna, impacta suas maneiras de ver e falar sobre o mundo, ainda que eles/as avancem em compreensões sobre papéis de gênero no contexto de seus lares (Alves, 2023).

O que as pesquisas nos mostram é: à medida que o relacionamento amoroso é findado, as funções parentais também são impactadas (e minoradas), no que se refere aos homens (Machado et al., 2021). Há, de fato, uma predominância desse cenário no que se refere ao cumprimento das responsabilidades paternas em falhar em oferecer o que Ahrns (2014) indica enquanto a bimonoparentalidade, ou seja, a divisão adequada entre as responsabilidades parentais dos pais, para/com seu/ua(s) filho/a(s), com ciclos de convívio com as famílias materna e paterna, inclusive.

A confusão entre os papéis conjugais e parentais (Juras & Costa, 2016) parece influenciar as dinâmicas da monoparentalidade feminina, no que se inclui o acúmulo de funções das mulheres, e a escolha do homem em se ausentar do subsistema parental e pai-filho/a(s). A referida confusão resulta em “conteúdos da parentalidade que ainda refletiam aspectos não resolvidos da conjugalidade” (Juras & Costa, 2016, p. 7). A hipótese é que, diante de relações e termos difíceis, segue uma espécie de “punição” que os ex-companheiros direcionam às mulheres ao não cumprirem acordos relacionados ao/(s) filho/a(s) e às funções paternas.

A Sobrecarga das Mulheres nas Famílias Monoparentais Femininas e a Importância do Apoio Social

A monoparentalidade proporciona um contexto de perda: da relação, de uma família com dois pais, ou de ideias tradicionais sobre o contexto familiar (Anderson & Anderson, 2014). A partir do diálogo com as categorias anteriores, e ao considerar a relação afetiva entre a mulher e o homem, entendemos que, para as mulheres, essa perda é ainda mais significativa em comparação a dos homens (Ahrons, 2014), visto que “a centralidade da relação mãe-filho e o amor materno demarcaram a identidade feminina e, em alguns casos, o sentimento da maternidade torna-se uma recompensa em suas vidas (Machado et al., 2021, p. 11).

Ao discorrerem sobre a transição para a parentalidade, Carter et al (2014, p. 204) falam da pintura de um “quadro brilhante”, principalmente no que se refere a mãe e filho/a(s), representação esta recorrente desde “tempos imemoriais”, tanto em sistemas religiosos quanto culturais. A ideia difundida sobre a plena realização da mulher a partir do amor (e) da maternidade, contribui para o desenvolvimento do conceito de dispositivo materno de Zanello (2016), que atua criticamente na construção social do “ser mãe” enquanto característica e desejo inato nas mulheres. É destacado assim que as mulheres

são “cuidadoras natas” (p. 114), ao passo que os homens são incapazes de exercer o cuidado ou destituídos da legitimidade para cuidar. Deste modo, a sociedade exige esta performance do cuidado das mulheres, sendo a sua socialização voltada para o desempenho deste papel.

Ao retomarmos a questão da perda, esta também significa a sobrecarga da mulher em diferentes esferas dessa nova experiência na maternidade solo. A responsabilidade predominante e/ou exclusiva das mulheres na manutenção dos relacionamentos familiares, em outros subsistemas de que participam (pais, avós, tios/as ou outros; McGoldrick et al., 2014) também foi observada nos estudos incluídos (Machado & Pereira, 2020; Viturino, 2017). Assim, essas mulheres vivenciam um maior estresse devido à sobrecarga de afazeres e também a questões financeiras e sentimentos de abandono e/ou solidão (Rodrigues et al., 2024).

Entendemos que a sobrecarga materna também ocorre por influência de todas as responsabilidades que as mulheres precisam manejar, ao mesmo tempo em que precisam “provar à sociedade (que nem sempre lhe favorece)” suas capacidades em lidar sozinha com todas as questões específicas de suas respectivas maternidades, relações, subjetividades, atuações profissionais e tantos outros fatores que compõem suas vivências (Verza et al., 2019, p. 48). Famílias que não se enquadram no modelo normativo nuclear são passíveis de sofrimento e culpa por viver configurações alternativas de família (Narvaz & Koller, 2007; Verza et al., 2015). A exposição a preconceitos e estigmas sociais em razão de ser mãe solo são elementos localizados em Santos (2022), Fischer (2019), Pina (2023) e Lima (2023). Em relação à culpa, Araújo e Amorim (2025) e Pina (2023) contaram com participantes que verbalizaram o sentimento no desenvolver de suas respectivas maternagens. Ainda que a culpa materna seja um sentimento apontado por McGoldrick (2014a) em momentos de transição (como para a parentalidade), há

necessidade de estudos que explorem de modo mais aprofundado e contextualizado a relação entre a culpa e a monoparentalidade feminina.

As pesquisas acessadas indicam outros fatores que podem influenciar a vivência da maternidade e a sobrecarga dessas mulheres: situação de drogadição dos filhos (Santos, 2022), violência cometida pelo ex-parceiro (Brandão, 2024; Fischer, 2019; Lima, 2023) e atividades laborativas no mercado informal de trabalho (Araújo & Amorim, 2025; Ferreira, 2023; Lima, 2023; Santos, 2022).

Um importante elemento que auxilia as mulheres que são mães solo diante da sobrecarga de funções são as relações que possuem, o que Machado e Pereira (2020) trabalham a partir da noção de redes sociais significativas (Sluzki, 2006). Nesse sentido, as autoras indicam as relações familiares (com membros próximos ou da família extensa), relações de trabalho ou estudo, relações de amizade e membros da comunidade enquanto representações de apoio para a monoparentalidade feminina. As funções dos vínculos se relacionam a ajuda material e de serviços, companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social e acesso a novos contatos (Machado & Pereira, 2020). A presença de uma rede social confiável, sensível, ativa e estável, de fato, representa um fator protetivo para as pessoas (Sluzki, 2006).

Outra fonte de apoio para as mulheres que vivenciam a monoparentalidade, reside na relação com os avôs e a participação destes em suas vidas. A figura do avô é destacada nessas configurações familiares, no estudo de Viturino (2017). As entrevistas focaram no subsistema avô-neto/a(s), mas consideraram também o subsistema pai-filha e pai-filho. Os avôs entrevistados, que, em sua maioria, não residiam na mesma casa que os/as filho/as/neto/a(s), demonstraram contribuir financeiramente ao lar, em aspectos educacionais e de socialização aos neto/as (como, por exemplo, na transmissão de valores, tradições e ritos familiares). Em um caso, a filha estava desempregada, morava ainda com

o pai e ele (o avô) era o principal responsável pela família. Diante da separação conjugal, outra pessoa pode assumir a função materna ou paterna (Ahrns, 2014) e a figura de avó/avô aparece nesse contexto, enquanto apoio financeiro, educacional, psicológico (McGoldrick et al., 2014), como pôde ser observado nos relatos dos oito avôs entrevistados na pesquisa de Viturino (2017).

As múltiplas responsabilidades e obrigações que as famílias monoparentais femininas vivenciam demonstram a importância da construção de potenciais contatos de ajuda que ofereçam apoio (emocional e prático), tanto para as mães, quanto para o/a(s) filho/a(s) (Anderson & Anderson, 2014). A socialização do cuidado é necessária e possível, visto que pode contribuir para a diminuição da sobrecarga das mulheres mães (Santos, 2022). Reconhecer que essas famílias vivenciam uma “falha social macro sistêmica” é fundamental, e precisam contar com a sua inclusão em ações de apoio e assistência via políticas públicas atentas às desigualdades sociais (Machado et al., 2021, p. 20).

O atendimento psicológico que considera desigualdades sociais, principalmente referentes a raça, classe e gênero, voltado às mulheres que são mães solo e suas reais necessidades em diferentes momentos da vida (da gestação ao nascimento do/a bebê e seu desenvolvimento) é a discussão proposta na pesquisa de Nascimento et al (2022). Ao entrevistar oito profissionais de psicologia atuantes na atenção básica, as autoras acessaram a escassez de políticas públicas operantes na assistência a esse grupo. Revelaram, portanto, “as lacunas no entendimento e ausência de ações direcionadas às mulheres mães solo” e uma configuração que confirma “mais uma entre as tantas ausências de cuidado e atenção a estas mulheres” (p. 10).

Considerações Finais

Na busca por acessar as contribuições recentes no campo da psicologia brasileira referentes à maternidade solo no Brasil, esta revisão de literatura foi desenvolvida ao privilegiar olhares capazes de retratar as desigualdades de gênero diante da monoparentalidade feminina e suas repercussões nas vidas e relações das mulheres. Diferentes histórias, características pessoais, familiares e culturais fazem parte das mulheres que vivenciam a monoparentalidade. É importante que esses aspectos sejam considerados ao falar sobre essas vivências.

O desenvolvimento da pesquisa nos auxiliou na percepção de que a produção de estudos em psicologia sobre a monoparentalidade feminina é, ainda, incipiente. Ao que se refere a terapia familiar no Brasil, os estudos são também escassos. Reforçamos a relevância da temática e a importância de que mais estudos sejam conduzidos. É uma limitação do estudo o critério de inclusão que estabeleceu que os estudos precisariam tecer diálogos com a ciência psicológica. A construção da pesquisa iluminou a noção de que a temática evoca o diálogo com outras áreas do saber, em razão do seu caráter complexo.

O reconhecimento das especificidades da maternidade solo em nosso país é essencial para que possamos atuar junto a essas famílias e desenvolver políticas que permitam o atendimento às suas necessidades. São necessários, em especial, estudos que visem compreender as reais demandas das famílias monoparentais femininas bem como as repercussões da ausência intencional paterna em diferentes momentos da vida familiar (Nascimento et al., 2022).

Referências

- Ahrons, C. R. (2014). Divorce: An unscheduled family transition. In M. McGoldrick, B. Carter & L. Garcia-Preto (Orgs.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4. ed.; pp. 290–304). Pearson.

- Alves, V. A. (2023). *A experiência de ser filho(a) adolescente em famílias monoparentais femininas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório Digital da UFSM. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29534>
- Anderson, C. M., & Anderson, M. E. (2014). Single parent families: Strengths, vulnerabilities, and interventions. In: M. McGoldrick, B. Carter, & L Garcia-Preto (Eds.), : *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4^a ed.; pp. 305-314). 4^a Edição, Pearson.
- Andrade, M. C. R. (2021). *O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia (Editorial, Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 14 (n. esp.), 1-5.* <https://doi.org/10.36298/gerais202114e23310>
- Araújo, M. H. P. O., & Amorim, B. M. O. (2025). Contos de dor, amor e alegria: Rrepresentações sociais da maternidade solo. *Psicologia e Sociedade, 37*, 1-16. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37289724>
- Barreto, D. J., Balani, C. L., & Braz, P. S. (2016). Problematizações entre a dinâmica familiar preconizada pela Assistência Social brasileira e a família monoparental feminina. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 11(2)*, 295-309. https://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/1771/1255
- Benatti, A. P., Campeol, Â. R., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). Famílias monoparentais: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão, 41(spe3)*, e209634. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209634>
- Borges, L. (2020). Mãe solteira não, mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade, 1(1)*, 1–23. <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>

- Brandão, R. N. (2024). *Autoeficácia de mães chefes de famílias monoparentais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório UFES. <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/dc42d181-ddca-4f49-994c-359443f64ad7/content>
- Bustamante, V., & Santos, I. (2015). Arranjos familiares e possibilidades terapêuticas em um serviço de saúde mental infantil. *Pensando Famílias*, 19(2), 115-131. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a10.pdf>
- Carter, B., McGoldrick, M., & Petkov, B. (2014). Becoming parents: The family with young children. In M. McGoldrick, B. Carter, & L Garcia-Preto (Eds.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4ª ed.; pp. 203-223). Pearson.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Eds.), *Manual de terapia familiar* (pp. 25–37). Artmed.
- Driver, J., Tabares, A., Shapiro, A. & Gottman, J. M. (2016). Couple interaction in happy and unhappy marriages: Gottman laboratory studies. In F. Walsh (Ed.), *Normal family Processes: growing diversity and complexity* (4ª ed.; pp. 57-77. The Guilford Press.
- Erlingsson, C., & Brysiewicz, P. (2017). A hands-on guide to doing content analysis. *African Journal of Emergency Medicine*, 7, 93-99. <https://doi.org/10.1016/j.afjem.2017.08.001>
- Ferreira, M. S. C. G. (2023). *Ação grupal com mulheres-mães universitárias como estratégia de promoção de saúde mental* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. TEDE UFRRJ. <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6768>

- Figueiredo, M. G. de, & Diniz, G. R. S. (2018). Mulheres, casamento e carreira: Um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(60), 100-119. Recuperado de <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v27n60/v27n60a08.pdf>
- Fischer, A. B. (2019). *A experiência de mães em ocupações de moradia: Um olhar político e fenomenológico* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. TEDE PUCSP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22522>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo demográfico 2022 - Composição domiciliar e óbitos informados, Resultados do universo*. IBGE. <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Composicao%20domiciliar%20e%20obitos%20informados%20-%20Resultados%20do%20universo%20-%2020241024.pdf>
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2016). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(n. esp.), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne215>
- Lima, A. C. F. (2020). *Maternidade solo: As vivências de maternidade de mulheres-mães* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório UFU. <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30696/1/MaternidadeSoloViv%C3%A4ncias.pdf>
- Lima, A. C. B. (2023). *Maternidade 'solo', decolonialidade e modos de subjetivação* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54320>
- Lima, A. C. F. (2020). *Maternidade solo: As vivências de maternidade de mulheres-mães* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório UFU.

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30696/1/MaternidadeSoloViv%C3%A0Ancias.pdf>

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2021). Experiência subjetiva no exercício da monoparentalidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(2), 709-729. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61065>

Lima, T. A. (2021). “Mãe solo é mãe sozinha”: tecendo vivências de mães negras, em Fortaleza – CE e região metropolitana [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira]. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63971/3/2021_dis_talima.pdf

Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2020). Redes pessoais significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 399-411. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20200040>

Machado, M. S., Cousseau, B. F., Teixeira, K. S., Rigão, G. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A paternidade na percepção de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. *Psicologia e Argumento*. 39(103), 01-24. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO01>

McGoldrick, M., & Hardy, K. (2019). The Power of naming. In M. McGoldrick & K. V. Hardy (Eds.), *Re-visioning family therapy* (pp. 3-27). The Guilford Press.

McGoldrick, M. (2014a). Becoming a couple. In M. McGoldrick, B. Carter, & L Garcia-Preto (Eds.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4^a ed.; pp. 185-202). Pearson.

McGoldrick, M. (2014b). Women and the family life cycle. In M. McGoldrick, B. Carter, & L Garcia-Preto (Eds.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4^a ed.; pp. 46-62). Pearson.

- McGoldrick, M., Carter, B., & Garcia-Preto, N. (2014). Self in context: Human development and the individual life cycle in systemic perspective. In M. McGoldrick, B. Carter, & L. Garcia-Preto (Eds.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4^a ed.; pp. 21-44). Pearson.
- Minuchin, S. (1974). *Families & family therapy*. Harvard University Press.
- Minuchin, S., Lee, W.-Y., & Simon, G. M. (2008). *Dominando a terapia familiar*. Artmed.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A terapia feminista da família: Por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), 117-131.
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v19n2/a09v19n2.pdf>
- Nascimento, A. M. V. S., Martins, D. M., B., Bonfim, C. B., & Bernardo K. J. C. (2022). Maternidade solo e interseccionalidades: Práticas de cuidado no contexto da atenção básica. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4393.
<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e4393>
- Pina, S. B. (2023). *Ser mãe em situação de vulnerabilidade socioambiental: Desafios e estratégias de enfrentamento* [Dissertação de mestrado, Universidade de Fortaleza]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_559b3b8994afa043eaf2fe52effe2125
- Rodrigues, A. S., Moura, D. P. F., Vieira, C. A. L., & Lourenço, M. S. (2024). Monoparentalidade feminina: Um estudo *online* sobre autoestima e estilos parentais de mães solo brasileiras. *Id on Line. Revista Psicologia*, 18(72), 128-146.
<https://doi.org/10.14295/idonline.v18i72.4029>
- Santos, A. C. D. (2022). *A experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do Centro de Referência em Assistência Social* [Dissertação de Mestrado, Universidade

- Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN.
<https://repositorio.ufrn.br/items/83410e42-895a-4154-bcf9-853f9a821aa1>
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Sluzki, C. E. (2006). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas* (3ª ed). Casa do Psicólogo.
- Sousa, A. P. de. (2008). *Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: A influência do genitor no desenvolvimento familiar* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. Repositório UNESP.
<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/042f6adf-64fe-43f6-b886-272a2bb3b6c5/content>
- Vasconcellos, M. J. E. (2019). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência* (11ª Ed.). Papyrus.
- Verza, F., & Strey, M. N. (2019). Quando vem uma mãe chefe de família para a terapia: A ótica de terapeutas de família sobre a monoparentalidade feminina. *Psicologia em Revista*, 25(2), 575-592.
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: Perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 46-60.
- Viturino, M. M. M. (2017). *A função do avô na família monoparental feminina* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pernambuco]. TEDE UNICAP.
<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1379>

Walsh, F. (2016). A family developmental framework: Challenges and resilience across the life cycle. In T. L. Sexton & J. Lebow (Eds.), *Handbook of family therapy* (pp. 30–47). Routledge.

Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: Desafios para a Psicologia. In V. Zanello & M. Porto (Eds.), *Conselho Federal de Aborto e (não) desejo de maternidade(s): Questões para a Psicologia* (pp. 103–122). CFP.

Estudo 3: “Não escolhi viver assim”: Experiências de mães solo diante da ausência da figura paterna

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender as vivências de mulheres diante da maternidade solo relacionada ao abandono, seguido da ausência do homem diante do exercício da parentalidade. Realizou-se um estudo exploratório qualitativo, do qual participaram cinco mulheres de baixo nível socioeconômico, dentre as quais duas se autodeclararam pretas; duas, pardas; e uma, branca. Foram realizadas entrevistas narrativas, bem como a construção de genograma e o preenchimento de um questionário sociodemográfico. A partir da análise temática reflexiva, construímos seis temas que visaram retratar conteúdos trazidos pelas participantes da pesquisa. As participantes apresentaram, em seus relatos, as contribuições de redes sociais significativas, os desafios diante de momentos específicos do ciclo de vida familiar bem como as dificuldades e estratégias de resiliência desenvolvidas. A partir do rompimento das relações amorosas, seus ex-companheiros se tornaram indisponíveis para uma parentalidade que fora pensada pelo casal. A maternidade dessas participantes foi atravessada por expectativas sociais relacionadas aos estereótipos de gênero e por questões de raça e classe. Destacaram-se dinâmicas violentas que naturalizam o abandono paterno e a sobrecarga de mães solo, assim como a transgeracionalidade da experiência de maternidade solo. Mostra-se necessário elaborar estratégias de cuidado às mulheres que se tornaram mães solo em um cenário não planejado, considerando suas reais demandas e experiências assim como o desenvolvimento de políticas públicas que efetivamente protejam seus direitos e qualidade de vida, assim como de suas famílias.

Palavras-chave: mães solo, ausência paterna, família, monoparentalidade feminina

A maternidade solo decorrente da ausência paterna é uma realidade vivida por muitas mulheres brasileiras. Não é fenômeno recente na história das famílias (Garcia et al., 2023; Thurler, 2009). Contudo, nos últimos anos, houve um aumento dos lares monoparentais chefiados por mulheres (IBGE, 2024a).

A variedade de recursos e desafios enfrentados por famílias monoparentais faz com que compreendê-los seja um trabalho complexo (Anderson, 2016). São variadas as circunstâncias da monoparentalidade, como, por exemplo, mães ou pais solteiros por escolha, separação, divórcio ou viuvez; genitores com diferentes níveis de estabilidade financeira, assistência e apoio material do outro/a genitor/a; dentre outros contextos. A monoparentalidade pode apresentar obstáculos em comum nessas diferentes composições, bem como outros peculiares a cada uma delas ao considerar “a interação de uma gama de fatores de risco individuais, familiares e comunitários e resiliência” (Anderson, 2016, p. 164).

A presente pesquisa aborda a monoparentalidade a partir das vivências de mulheres que são mães. É comum que fatores que possam dificultar a rotina na maternidade sejam associados à estrutura social desigual e sexista herdada de uma ordem capitalista patriarcal (Narvaz & Koller, 2006). Caminhos desviantes da chamada “maternidade normativa” estão associados à atribuição à(s) mulher(es) de uma falha individual, desassociada de um contexto cultural, social e histórico (Narvaz & Koller, 2006). Para o desenvolvimento deste estudo, nossa postura é a de reconhecimento das desigualdades sociais existentes no que concerne a gênero, raça e classe, para discorrer sobre as mulheres que são mães solo. Perspectivas sistêmicas, feministas e interseccionais auxiliam a condução e construção da pesquisa. A interseccionalidade possibilita que haja criticidade política nos estudos feministas, ao buscar entender a “fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às

opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (Akotirene, 2019, p. 24). É diante desse mesmo movimento que caminhamos à compreensão das narrativas de mães solo, a partir do construcionismo social (McNamee & Gergen, 2006). Entendemos a partir dele que as memórias, ideias e conceitos são desenvolvidos através das trocas e relações sociais, mediadas pela linguagem (Hoffman, 2006). A terapia familiar feminista nos orienta a compreensão de que as relações sociais são mediadas por desigualdades de poder entre os gêneros, reforçadas histórica e culturalmente (Narvaz & Koller, 2006), em um formato de ordem opressiva social (Goodrich, 2003).

A família é viva, “instituição pulsante, sempre em mutação”, segundo Cerveny e Berthoud (2009, p. 33). Como o comportamento humano é primordialmente estruturado pelo contexto social (Nichols & Schwartz, 2007), a família, enquanto local de formação de pessoas e cidadãos, detém relevância social no movimento de estudar os contextos, as dinâmicas e interações.

Optamos por utilizar a terminologia “mãe solo” ao longo da pesquisa. A decisão busca romper com os estereótipos relacionados às mulheres anteriormente denominadas “mães solteiras”. Essa denominação, amplamente reforçada no Brasil ao longo dos anos, se referia às mulheres que não estavam em relacionamento conjugal e, ainda assim, experienciavam a maternidade (Borges, 2020). A conjugalidade, portanto, era considerada como um aspecto determinante no complexo processo de tornar-se mãe (Borges, 2020; Ito et al., 2019).

O objetivo principal deste estudo é compreender as vivências de mulheres diante da maternidade solo decorrente da ausência paterna. Enquanto objetivos específicos, temos: (a) investigar as relações transgeracionais dessas mulheres; (b) investigar as dificuldades diante da maternidade solo, bem como os recursos de enfrentamento possíveis.

Método

Esta é uma pesquisa qualitativa exploratória, que se orienta pelo questionamento e identificação de suposições profundamente enraizadas, que reproduzem formas dominantes de entendimento do mundo e das relações (Eakin, 2016). Diante da pesquisa qualitativa, privilegiamos olhares criativos e críticos, envoltos no processo de análise dos dados e compreensão de mundo. Mundo este que necessita de contextualização e da valorização da noção das relações desiguais de poder, socialmente mediadas e situadas (Eaking, 2016). Há importância em situar a pesquisa no contexto cultural, político e social de quem a realiza e com quem é realizada, assim como a importância da “reflexão ou ‘presença’ dos pesquisadores” na forma de relatar e construir o estudo (Creswell, 2014, p. 50).

É teoricamente orientada pela terapia familiar feminista e o construcionismo social, com atenção a perspectivas interseccionais e decoloniais. Ao dialogar com perspectivas sistêmicas novo-paradigmáticas, nos baseamos em Minuchin et al. (2007) para afirmar que se trata de um modo de pensar, um guia que facilita refletir e formular mudanças.

Participantes

São cinco mulheres mães solo cuja monoparentalidade se deu em decorrência da escolha paterna de se ausentar. Enquanto critérios de inclusão, determinamos: mulheres adultas, heterossexuais, com um filho ou mais de zero a cinco anos, vinculadas ao serviço público de saúde via Unidade Básica de Saúde, no município de Catalão, Goiás. A escolha em realizar a pesquisa com cinco participantes ocorreu devido ao tempo disponível para a realização e o objetivo de trabalhar as contribuições das participantes de modo detalhado, com profundidade (Patton, 2002). Os nomes utilizados durante a presente pesquisa são fictícios e escolhidos pelas próprias participantes.

Procedimentos

O desenvolvimento da pesquisa precisou passar por modificações no decorrer de sua realização. Utilizamos, assim, da flexibilidade e adaptabilidade (Eakin, 2016) da pesquisa qualitativa. Inicialmente, a pesquisa seria realizada com usuárias dos serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF CAIC), em Catalão, Goiás. Catalão é uma cidade interiorana de médio porte, localizada no sudeste goiano. A UBSF CAIC atende à população de doze bairros da cidade, em sua grande maioria, economicamente vulnerável. A escolha pela realização na UBSF CAIC se deu porque esta é a UBSF da cidade com maior número de assistências e bairros de abrangência. Na tentativa de contatar mulheres que atendessem aos critérios de inclusão da pesquisa, obtivemos auxílio da enfermeira e coordenadora da instituição e das agentes comunitárias de saúde (ACs). Ao utilizar os conhecimentos das ACs acerca da população de abrangência da UBSF, combinamos que elas levariam o convite às possíveis participantes e, caso estas demonstrassem interesse, o seu número do telefone celular seria compartilhado conosco, para que a pesquisa pudesse ser explicada de maneira mais detalhada e as entrevistas pudessem ser agendadas.

Após um período de três meses com variadas tentativas, conseguimos o aceite de apenas duas mulheres assistidas pela instituição, por meio do contato das ACs. Esse fato se deu por diversos motivos: ao entrar em contato, algumas mulheres não atendiam às ligações ou não respondiam às mensagens; outras combinavam a participação e não estavam presentes no dia e horário combinado repetidas vezes. Pensamos, portanto, em adaptações: a primeira foi sugerida pela Enfermeira da UBSF-Caic e consistia em solicitar apoio à Coordenação da Creche Municipal Irmã Iolanda Vaz, visto que é uma instituição que divide espaço com a UBSF e que assiste muitas mães solo. Após reunião com a coordenadora da instituição e espera de um mês, não tivemos retorno acerca dos nomes e

contatos das mulheres que poderíamos procurar.

Assim, como alternativa, recorreremos à Unidade Básica de Saúde João Moreira de Castro. Trata-se de também de uma instituição cujo fluxo de atendimentos à comunidade é alto. Com a ajuda da enfermeira da unidade, obtivemos o aceite de mais três mulheres para participar da pesquisa, alcançando o número inicialmente estabelecido.

Precisamos adaptar, também, o modo de realização das entrevistas, que inicialmente seriam presenciais. Quatro participantes demonstraram preferência pela realização de entrevistas em formato *online*, em razão de suas rotinas de cuidado com o(s) filho/a(s). Desse modo, uma entrevista foi realizada presencialmente e as demais, remotamente, via ligação de vídeo.

O áudio de todas as entrevistas foi gravado e posteriormente transcrito. Procedemos com as transcrições a partir das orientações de Braun e Clarke (2012) e registramos as palavras ditas pelas entrevistadas, longas pausas, momentos de risada e emoção (demonstrados por lacrimejar ou choro), assim como murmúrios da entrevistadora (*aham, uhum*). As entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro de 2024. Como escolhido pelas participantes, a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a resposta aos três instrumentos se deram em um mesmo dia/período, tendo os encontros durado, em média, 1h30min.

Instrumentos

Entrevista Narrativa. Entrevistas narrativas são aquelas em que o/a entrevistador/a “convida e encoraja” o/a entrevistado/a a relatar história(s) sobre um acontecimento ou evento que se pretende estudar (Pachá & Moreira, 2022). Elas facilitam o acesso à experiência narrada e vivida e também a ressignificação desta, por meio da narrativa do/a participante.

As entrevistas narrativas foram conduzidas de forma colaborativa e interativa (Creswell, 2014; Pachá & Moreira, 2022). Foi estimulado, assim, o diálogo entre a entrevistadora e as participantes a partir de um roteiro construído previamente (Anexo A), sem se ater estritamente a ele. A fim de ir além da dinâmica de pergunta-resposta, direcionou-se as participantes para que elas próprias pudessem definir “sua orientação de raciocínio e o caminho necessário para abordar o assunto” (Pachá & Moreira, 2022, p. 160). Ainda segundo Pachá e Moreira (2022), “é nessa interação que o processo da pesquisa se instrumentaliza” (p. 160).

Genograma. O genograma, enquanto um dos instrumentos utilizados, auxiliou a visualização e o acesso à configuração familiar, bem como a história transgeracional das participantes da pesquisa (Anexos B, C, D, E e F). Perguntas norteadoras/auxiliares (Anexo G) foram utilizadas para a construção dos genogramas e, desse modo, desenvolvemos, em conjunto com as participantes, uma “representação gráfica que mostra o desenho ou mapa da família” (Wendt & Crepaldi, 2007, p. 302).

A partir da confecção do genograma, a história, a configuração e os padrões familiares são acessados com maior facilidade (McGoldrick & Gerson, 1995). Na pesquisa, buscamos representar três gerações familiares das participantes, até suas respectivas avós/avôs maternas e paternas, portanto. Através das perguntas disparadoras, objetivamos nos aprofundar na complexidade das composições familiares das participantes, ultrapassando o alcance dos dados sociodemográficos oriundos do preenchimento dos questionários (Wendt & Crepaldi, 2007).

Questionário Sociodemográfico. Como grande parte da coleta de dados precisou ser adaptada para o formato remoto, o preenchimento do questionário sociodemográfico precisou ser conduzido por nós, tanto no que se refere à leitura quanto no assinalar e preencher as informações solicitadas. O instrumento elaborado visou coletar dados

referentes a características das participantes, condição de trabalho atual, bem como a renda pessoal e familiar (Anexo H).

Considerações Éticas

A pesquisa foi avaliada e aprovada por dois comitês de ética: o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (CAAE: 61721122.0.0000.5540, Anexo I) e o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (CEP/UFCAT; CAAE: 61721122.0.3001.0164, Anexo J). Inicialmente, a submissão do projeto da pesquisa via Plataforma Brasil foi feita para o CEP/CHS (UnB). Após aprovação deste, a Plataforma encaminhou o projeto ao CEP/UFCAT, visto que a IES seria a mais próxima do local de coleta de dados da pesquisa e poderia assistir as participantes caso fosse solicitado por elas. A pesquisa foi desenvolvida a partir das Resoluções N° 466/2012 e N° 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Objetivamos que a pesquisa não apresentasse risco as participantes. Ainda assim, consideramos os aspectos múltiplos que transpassam a vivência destas mulheres. Deste modo a pesquisa foi pensada com o intuito de minorar os impactos desfavoráveis possíveis, em razão da sensibilidade que o tema pode evocar para cada participante.

A escolha pelos instrumentos de coleta de dados (bem como a condução de sua elaboração) contempla a orientação do item b da Resolução N° 466/2012 (CNS, 2012), e visou minimizar riscos e danos, ao mesmo tempo em que manteve o comprometimento com benefícios. Todos os instrumentos foram elaborados de forma cuidadosa e buscaram diminuir tais (possíveis) riscos às participantes durante a fase de realização, assim como em períodos futuros. Buscamos que a condução da pesquisa fosse realizada de forma benéfica às participantes desde os primeiros contatos, e com intuito de proporcionar espaço de acolhimento e escuta qualificada, bem como atenção caso houvesse a

necessidade de encaminhamento das participantes à outros serviços públicos disponíveis.

As participantes foram devidamente informadas sobre todas as etapas da pesquisa, elucidando-se eventuais dúvidas acerca de seu funcionamento via leitura conjunta do TCLE (Anexo K). Uma vez assinado, uma via do documento foi disponibilizada para as participantes.

Análise de Dados

Analizamos qualitativamente as entrevistas e os genogramas através da análise temática (AT; Braun & Clarke, 2006; Terry et al., 2017). Dentre as possibilidades, escolhemos a análise temática reflexiva, que adota a subjetividade dos/as pesquisadores/as enquanto um recurso da pesquisa. É “inerentemente subjetiva”, porque enfatiza a reflexividade e a interpretação de quem pesquisa diante da prática da pesquisa (Braun & Clarke, 2023, p. 3).

É um processo de engajamento entre nós, pesquisadoras, e as participantes da pesquisa, suas histórias e formas de compartilhá-las conosco. O processo de análise de dados, dessa forma, não objetiva promover significados fixos (Braun & Clarke, 2023). Entendemos que podemos apresentar essas realidades com maior autenticidade, ao mesmo tempo em que discutimos e analisamos crítica e reflexivamente os resultado

A análise temática reflexiva realizada foi do tipo indutiva, guiada pelos dados. Portanto “os dados fornecem a base para identificar os significados e a interpretação destes”, ainda que entendamos que nós, enquanto pesquisadoras, não somos uma folha em branco, carregamos nossa posição social e lentes teóricas para esse processo de engajamento e análise dos dados (Terry et al., 2017, p. 22).

Seguimos os seis passos recursivos da análise temática reflexiva estabelecidos por Braun e Clarke (2006) e revisados por Terry et al. (2017) e Braun e Clarke (2020). A duas etapas iniciais consistiram na familiarização da pesquisadora com os dados, um processo

de envolvimento ativo com os dados, com a finalidade de construir o seu primeiro processo de codificação. Para tal, as transcrições das entrevistas foram (re)lidas múltiplas vezes, assim como alguns trechos das gravações foram ouvidos novamente. Também foi providenciada a organização das informações socioeconômicas das participantes em uma tabela – ao indicar o nome escolhido pelas participantes, idade, quantidade e idade do/a(s) filho/a(s), raça, composição familiar e renda pessoal. Na terceira etapa, foram construídos possíveis temas, a partir da criação de padrões de respostas, guiados pelos objetivos da pesquisa/pergunta da pesquisa. Os temas foram revisados na quarta fase e definidos na quinta, ou seja, refinados, definidos e nomeados e posteriormente elaboradas as devidas descrições. A sexta e última etapa consistiu na redação dos temas e sua discussão à luz da psicologia sistêmica feminista e interseccional.

É importante destacar dois pontos: foi realizado um “vaivém constante entre o banco de dados, os trechos codificados e a análise dos dados” produzida no decorrer do/deste processo da pesquisa (Souza, 2019, p. 54). Segundo: reforçamos que o processo de codificação é subjetivo e requer uma postura reflexiva de nós, pesquisadoras. Assim, os temas, que não existem sem quem realiza a pesquisa, portanto são gerados pelo envolvimento com toda a produção levantada junto às participantes e mediado pelas habilidades, valores e a própria história de quem pesquisa (Braun & Clarke, 2020).

Resultados e Discussões

Na Tabela 4, apresentamos as informações principais das participantes da pesquisa, acessadas por meio do questionário sociodemográfico que elas preencheram. Resumidamente, duas participantes se autodeclararam pretas, duas pardas⁵ e uma branca. A mais jovem tem 27 anos e a mais velha, 37. Duas das participantes residem apenas com

⁵ Ao longo deste estudo referimos a essas quatro participantes a partir do agrupamento de pretas e pardas na categoria de negras. A decisão tem por base a “similitude dos indicadores sociais encontrados para ambos nos levantamentos censitários oficiais” e distintos dos autodeclarados brancos, como destacado por Carneiro (2023, p. 20).

os filhos; as demais compartilham o lar com familiares. Duas participantes estão desempregadas e recebem auxílio governamental enquanto renda mensal; as outras trabalham com carteira assinada.

Tabela 4*Características Sociodemográficas das Participantes da Pesquisa*

Nome	Idade	Quantidade e idade dos filhos	Identificação racial	Quantas pessoas residem na casa	Renda pessoal / Atuação Profissional
Lavínia	31 anos	Uma menina, 4 anos	Preta	6	Menos de um salário-mínimo / Desempregada (Recebe Bolsa Família)
Alice	28 anos	Dois meninos (1a6m, 7a) e uma menina (3a)	Branca	4	Menos de um salário-mínimo / Desempregada (Recebe Bolsa Família e Mães de Goiás)
Talita	37 anos	Uma filha, 9 meses	Parda	4	De 1 a 2 salário-mínimo
Aurora	29 anos	Um filho, 6 anos	Preta	2	De 1 a 2 salário-mínimo
Elen	27 anos	Uma filha, 5 anos	Parda	6	De 1 a 2 salário-mínimo

A análise dos relatos das participantes nos apresenta o que elas destacam como momentos significativos em suas jornadas enquanto mães solo: o momento de negociação para entrada na maternidade, a gestação, o parto, a saída dos ex-companheiros da dinâmica parental e a vida que segue a partir desse rompimento. São períodos atravessados pelos sistemas em que estão inseridas, bem como por suas relações.

Na Tabela 5, apresentamos os seis temas construídos para discutir e analisar as falas das participantes.

Tabela 5

Nomeação dos temas da pesquisa

<i>Tema</i>
<i>“Nunca Sonhei em Ser Mãe”</i> : Da Construção da Maternidade Solo
<i>“Se dar em dobro” e os caminhos para a sobrecarga de mães solo</i>
<i>“E simplesmente ele foi, sabe?”</i> : Nasce(u) um filho, desaparece(u) um pai
<i>“Eu Só Me Vejo Como Mãe”</i> : (Des)Encontro Consigo
<i>“Sei Bem Como É Não Ter Pai”</i> : Repetições e Perdas na Maternidade Solo não Escolhida
<i>“Eu Realmente Não Sei o Que Seria de Mim”</i> : Redes de Apoio, Redes de Resiliência

***“Nunca Sonhei em Ser Mãe”*: Caminhos Para a Maternidade (Solo)**

São muitas as influências para que “ser mãe” se torne um objetivo, um sonho, na vida das mulheres, mas a vontade de se tornar mãe é, ainda assim, naturalizada no que diz respeito a elas (Zanello, 2018). Neste tema, exploramos como as participantes construíram suas vivências enquanto mães, bem como o processo de se reconhecer nesse papel e as estratégias que precisaram adotar diante das imprevisibilidades (McGoldrick, 2014b). Como identificamos similaridades nas falas das participantes ao se referirem ao

período gestacional, optamos por enfatizar esse momento de suas vidas neste tema.

A priori, ser mãe não era um objetivo ou sonho das participantes. Até que a maternidade solo se tornasse realidade, elas passaram por diferentes fases desde a gestação até o nascimento de seus/as filhos/as. A primeira pergunta da pesquisa, “Como foi a sua história em se tornar mãe?”, foi respondida de forma similar por elas. Notamos que, no caso das participantes, a vontade de vivenciar a maternidade não foi espontânea e sim desenvolvida, mediada e influenciada pelas relações com os parceiros da época. Talita, por exemplo, afirmou: “*eu falava que eu nunca ia ser mãe!*”. Notamos dois cenários relacionados aos homens que se tornaram pais. Em um deles, a união conjugal favoreceu a vontade de as mulheres exercerem a maternidade, como no caso de Lavínia:

eu nunca sonhei em ser mãe. Eu não pensava em ser mãe, eu sempre trabalhei de babá e gosto muito de criança, mas eu falei “eu nunca vou ser mãe”. Porque eu pensava assim “e o trabalho que dá?” e dá mesmo. Ai depois que eu casei, eu mudei de ideia. Já fiquei doida, agora eu quero ser mãe e quero ser mãe de qualquer jeito. (Lavínia)

No outro cenário, os homens convenceram as companheiras a terem filho(s) juntos ou defenderam a vontade de ser o pai do filho daquela mulher:

Ele quis ter um terceiro filho. Ai ele estava doido querendo e eu fiquei naquela assim de “ah, não sei se eu vou querer ter mais filhos”. Fiquei na dúvida, mas aconteceu. (Alice)

Antes de mim engravidar, ele falava que o sonho dele era ser pai e nunca pensou em ter filho com alguém a não ser comigo. Então querendo ou não, essa parte ele me iludiu. E, tipo, foi me iludindo, foi me iludindo até que me engravidou (...). Ele continuou comigo, mas começou a distanciar depois. Eu falava que a

menstruação estava atrasada, e ele “não, vai vir!”(...) E querendo ou não foi uma parte que sofri muito da minha gravidez, porque tipo ele me iludiu. (Elen)

Conforme indicado por Nichols e Schwartz (2007) "as pessoas são produtos de seu contexto" (p. 112). Para analisar esse conjunto inicial das falas, entendemos que, por mais que as decisões e comportamentos sejam influenciados por interações com membros próximos, como os companheiros da época, a relevância de influências exteriores ao núcleo familiar deve ser também considerada. Em destaque: a cultura e os dispositivos de gênero. Este é um conceito elaborado por Zanello (2016, 2018) e, no que se refere às mulheres, incluem o dispositivo materno e dispositivo amoroso.

Entendemos a maternidade a partir da perspectiva de uma construção histórica. A maternidade foi e segue sendo fomentada no imaginário social como “pura”, “sublime” e “desejada” (Zanello, 2018). É idealizada em formato de amor incondicional e realização pessoal por parte das e para as mulheres.

Na cultura ocidental, também, a cobrança para que as mulheres se tornem mães está relacionada ao casamento, como pode ser observado na fala anterior da participante Lavínia e no que a participante Aurora descreveu como “*o conto de fadas do casamento, com o marido e depois os filhos*”. Não é incomum que mulheres casadas que optam por não viverem a maternidade sejam alvos de julgamentos sociais (Zanello, 2016).

Os conceitos de dispositivo amoroso e dispositivo materno desenvolvidos por Zanello (2016) são elaborados a partir da noção de que a plena realização da mulher acontecerá via o amor e a maternidade. Estas, construções sociais que atravessam os processos de subjetivação das mulheres e as convence de que devem ser assumidos os papéis de “esposa” e “mãe” em culturas sexistas, entre as quais se inclui a brasileira. O dispositivo amoroso implica, portanto, em as mulheres se subjetivarem em relações consigo próprias mediadas pelo olhar do homem que as escolhe. A autoestima é validada

e constituída pela “possibilidade de ‘ser escolhida’ por um homem” (p. 111). É frequente que mulheres entrem na maternidade em razão do dispositivo amoroso: são escolhidas para casar e para serem mães dos filhos de determinado homem (Zanello, 2016, 2018). Mencionamos esse fato há pouco, quando constatamos que as participantes passaram a considerar a maternidade a partir do pedido do então companheiro.

Por entendermos a maternidade enquanto uma construção (Cunha et al., 2020; Nascimento et al., 2022), perguntamos como se deu o processo de se tornar mãe. As participantes relataram sobre a gestação, que foi vivenciada de diferentes maneiras por elas.

Primíparas, Lavínia e Elen compartilharam sentimentos romantizados. Lavínia relatou: *“Eu tava sonhando, sabe? O quartinho dela, decorar o quartinho, sabe? É o sonho de toda mãe, né? Ter o quartinho do filho, tudo decoradinho!”*, Elen disse: *“foi muito gratificante sabe, muito especial, poder gerar um serzinho dentro da gente, ver o crescimento... acompanhar. Fico emocionada de falar *chorou neste momento*”*. Essas falas se alinham às idealizações embutidas na construção social da maternidade enquanto experiência (sempre) positiva (Zanello, 2018). Esse movimento dificulta o reconhecimento de ambivalências e tensões diante do papel e cotidiano maternal/materno.

Alice, Talita e Aurora já haviam engravidado anteriormente. Sobre se tornar mãe, Alice indicou:

*eu sempre gostei de criança, gostava de trabalhar com criança e tal, mas eu não esperava (engravidar), foi assim *pensou um pouco* aconteceu, aí eu logo tive que casar. Casei assim, mais porque eu tive filhos. Assim, depois que eu casei, o pai dos meus filhos quis ter mais filhos.*

A relação entre engravidar e a necessidade de casamento reforça a ideia de que o casamento é priorizado como forma de constituição de família (Borges, 2020). É

importante indicar que Alice passou a vivenciar a maternidade solo a partir da gestação do terceiro filho.

Talita e Aurora tiveram desfechos infelizes em gestações anteriores: Talita perdeu dois filhos recém-nascidos em gestações diferentes e Aurora teve um aborto espontâneo. Ambas não acreditavam poder mais engravidar, sendo, inclusive, desacreditadas da possibilidade por orientação médica. Elas compartilharam em suas falas sentimentos de medo e angústia:

*Foi angustiante, estressante (...). A gente tentava ver Deus em tudo, mas não deixava de *pensando* reviver as situações anteriores, não deixava de reviver, reviver, reviver. A gente reviveu tudo! Eu, no dia que eu fui ganhar, sabe, eu lá na recepção lembrando quando eu fui ganhar minha outra filha, então eu revivi tudo. Foi uma gestação de muito medo. (Talita)*

E aí, de repente, eu tava grávida, né? Então, eu ficava pensando assim, depois... Meu Deus, e agora? Será que eu vou ter outro aborto? Então, eu passei... As trinta e sete semanas e quatro dias do meu filho pensando que, a qualquer momento, que eu podia perder ele. Então foi uma gestação bem difícil. (Aurora)

A experiência da gestação biológica para mulheres cisgênero é transformadora em diferentes aspectos em suas vidas. Ao coexistirem, as mudanças sociais, psicológicas e culturais diante da gestação (Cunha et al., 2020), exercem influência sob o funcionamento psíquico individual e relacional da mulher (Piccini et al., 2008). Ao contribuir para reestruturar a identidade da mulher, a transição para a maternidade provoca mudanças e novas responsabilidades demandadas por esse novo papel (Borges, 2020). Borges (2020) indica que “trata-se de uma vivência psicologicamente complexa” (p. 40), visto que a gestação e o nascimento do/a filho/a podem evocar, na mulher, a mudança de padrões psicológicos internos, reorganizar papéis e relacionamentos interpessoais.

Os trechos aqui apresentados demonstram a pluralidade das experiências das mulheres no início da maternidade, ainda que no período gestacional. O modo como elas vivenciam as mudanças ressoam na construção pessoal da maternidade, bem como na díade mãe-bebê (Piccini et al., 2008). São relatos que ora romantizam ora evidenciam imposições sociais, ora são transpassados por luto e medo, mediados pelas próprias vivências anteriores de cada uma dessas mulheres. Desde já não denotam, portanto, uma maternidade homogêna, estável e ahistórica. Portanto, assim como pontuado por McGoldrick (2014b), é essencial validar as diferenças nas experiências das mulheres.

Recorremos a Minuchin (2008): “famílias são diferentes em diferentes contextos históricos” (p. 37). O caminho percorrido até a monoparentalidade pode diferir entre as famílias monoparentais, bem como seus problemas e suas necessidades particulares (Anderson, 2016). É interessante observar que, ainda que a pesquisa seja sobre maternidade solo, ao relatarem suas experiências gestacionais, as participantes sequer mencionaram essa questão, porque os/as filhos/as eram vistos como um combinado do casal ou entre os cônjuges. As maternidades solo das participantes foram construídas a partir de expectativas, histórias pessoais e relacionais específicas, bem como por mudanças de percursos e combinados, portanto.

“E Simplesmente Ele Foi, Sabe?”: Nasce(u) um Filho, Desaparece(u) um Pai

As histórias que levaram ao abandono paterno são distintas dentre as cinco participantes. Não vamos adentrar em cada uma delas, por fugir dos objetivos aqui propostos. Identificamos, por outro lado, um mesmo momento em que a ausência foi efetivada: a chegada do bebê mostrou-se um marco para que os homens concretizassem a decisão de se ausentar da parentalidade (e conjugalidade). Destacaremos, por conseguinte, o momento do parto como primeiro exemplo, evento este marcante para as participantes. Essa é uma ocasião de vulnerabilidades e expectativas, o que justifica

sentimentos de preocupação e insegurança nas parturientes (Piccini et al., 2008), diante de todos os cuidados que precisam ser dispendidos a elas neste momento final do processo de gestar.

O relato das participantes nos apresentou o fato de que o processo de nascimento de seus filhos foi marcado pela falta dos companheiros. De modo espontâneo em suas narrativas, duas participantes trouxeram recordações que remetem a queixas ou até mesmo a sofrimentos associados à solidão que vivenciaram enquanto parturientes:

quando eu tive ela, eu, me deu uma crise de choro, porque eu via todos os pais acompanhando o nascimento e o dela não tava, né. Aí, nossa, me deu uma crise de choro e eu tive de ser forte. (Lavínia)

(o parto) foi bem difícil, bem doído porque o pai não foi me acompanhar. Eu tive ele (o filho) só, junto na sala de preparo com pessoas me olhando. Inclusive, teve um homem, um marido que estava acompanhando uma mulher grávida. Me viu pelada, assim, sabe? Eu fiquei tão constrangida, nossa, eu fiquei tão chateada no hospital! (Alice)

Talita, por sua vez, não esteve sozinha no momento do parto; foi acompanhada pela irmã. A participante lembrou: “*minha irmã foi e mandou mensagem para ele (o pai) falando assim: ‘óh, a neném nasceu’ (...). Aí ele respondeu minha irmã assim, isso eu ainda na sala de cirurgia. Ele respondeu assim a minha irmã: ‘felicidade pra vocês’.*”.

Aurora foi a única participante que pôde contar com a presença do pai de seu filho durante o momento do parto. Contudo, o abandono paterno ocorreu em seguida:

O nascimento correu tudo bem, ele nasceu perfeito, como diz, né? (...). Então eu fui pra casa, aí as coisas começou a ficar difícil. Foi quando o pai dele foi embora de casa, eu tava desempregada. E simplesmente ele foi, sabe? E eu pensava assim, meu Deus, como que vai ser agora?. (Aurora)

Seja no momento do parto ou alguns meses depois, por motivos que as participantes conhecem ou desconhecem, o nascimento do filho foi o marco em comum para o abandono do então companheiro (e pai). A teoria do ciclo de vida de McGoldrick et al. (2014) trabalha desafios ou problemas enfrentados a partir de um momento de transição no ciclo da vida, ou seja, um momento de considerável importância e, ainda assim, desafiador. Há relevância em considerar a etapa do ciclo da vida em que a família vive ao pesquisar sobre famílias, portanto (Cervený & Berthoud, 2009).

A dificuldade de se adaptar à nova realidade pôde ser observada nos relatos das participantes no que se refere a ser mãe solo. Posto isto, os homens demonstraram não conseguir “se reajustar a um dos momentos críticos da vida” (Nichols & Schwartz, 2007, p. 119). O nascimento de um bebê é considerado um desses momentos (McGoldrick et al., 2014). No que se refere à atuação de terapeutas familiares junto a mães solo, autores/as indicam a importância de que estes auxiliem as mães e a família a perceberem que “o contato contínuo entre pai e filho (...) tem a ver com o melhor interesse do filho” (Anderson, 2016, p. 178) e que “é importante buscá-lo, estabelecer *rapprochement* e incentivá-lo a se tornar um pai responsável. O terapeuta pode facilitar esse processo ajudando a mãe e sua família a perceber que a manutenção do contato com o pai é um benefício para a criança” (Nichols & Schwartz, 2006, p. 295). Não identificamos que as entrevistadas discordem⁶, contudo, a realidade que elas relatam é a de homens indisponíveis para atuarem na paternidade apesar de seus esforços.

Não tem como obrigar uma pessoa a fazer uma coisa que acontece, né? Igual a gente querer ser mãe. Igual: eu não julgo uma mãe que abandona o filho. Eu não julgo um pai, né? Mas assim, é difícil, porque é igual o que eu falei pra você. A gente tem que ir, né? A gente tem que virar mil. (Aurora)

⁶ Vide tema em sequência e o movimento que elas fazem de tentar nutrir a relação, como e da forma que conseguem.

“Se Dar em Dobro” e os Caminhos para a Sobrecarga de Mães Solo

As histórias das participantes nos levaram a entender que os/as seus/as filhos/as foram esperados/as e, pelo menos em certo nível, planejados/as por ambos (então) parceiros. Assim, entendemos que viver e exercer a parentalidade foi um combinado estabelecido em algum momento da relação. Portanto, um projeto de vida em comum.

Quando houve a escolha do homem em não cumprir o acordo anterior, coube às mulheres continuar, em formato solo, a jornada parental. Nesse contexto em que a responsabilidade não foi assumida por ambos, ao homem coube/cabe a escolha, à mulher a sentença: ser mãe solo. Este tema se debruça sobre as formas como as mulheres entrevistadas se sentiram sobrecarregadas no decorrer da (descoberta e vivência da) maternidade solo.

A gente ser mãe solo é isso: Um dia você está bem, você está forte ali, sabe?

Pronta para qualquer coisa! Mas, ao mesmo tempo, você fica com medo, dá medo, porque você pensa assim, e se eu ficar doente, né? Como que vai ser? (Aurora)

Socialmente é esperado que a mulher saiba desempenhar a função de cuidado aos outros quase que de modo natural. Em relação à cultura, as mulheres são as principais responsáveis pela criação dos filhos (McGoldrick, 2014b). Enquanto na verdade, o cuidar envolve a habilidade aprendida de zelar; o que pode ser, perfeitamente, desenvolvido por qualquer pessoa – e não restrito a pessoas do gênero feminino, como aponta Zanello (2016). Contudo, aqui ressaltamos a atuação do dispositivo materno, que implica a constituição das mulheres enquanto “cuidadoras natas” (p. 114). A mesma autora destaca que diferenças físicas historicamente construídas, de modo oposto, binário, entre homens e mulheres auxiliam a desenvolver e justificar desigualdades sociais.

O fortalecimento do capitalismo, durante o século XVIII, contribuiu para a diferenciação entre os sexos inclusive no âmbito público e privado. Teve-se, assim, a

valorização do trabalho remunerado dos homens e o destaque à maternidade e às atribuições domésticas das mulheres (Zanello, 2016). É importante frisar a diversidade de situações e contextos dentre as mulheres: a realidade das mulheres brancas é distinta das negras, desde o período escravagista brasileiro (Zanello, 2018). Destacamos que as mulheres negras já conciliavam papéis na vida pública e privada. Respectivamente, em trabalhos (e remuneração) inferiores se comparados àqueles dos homens brancos e negros, e ao exercer a manutenção dos afazeres domésticos e a maternagem (Gonzalez, 2020).

Um sistema complexo, tal qual a família, é composto por subsistemas, segundo Minuchin (1985). Destacamos, na pesquisa, o subsistema conjugal e o parental das participantes. A união de dois adultos com intuito de constituição familiar, inicia o subsistema conjugal, enquanto a “chegada do primeiro filho, a qual marca um novo nível de configuração familiar”, institui o subsistema parental (Silva & Lopes, 2012, p. 70).

As participantes da pesquisa vivenciaram configurações amorosas distintas. Ainda que todos os casais tenham planejado terem filhos juntos, dois deles não moravam em uma mesma casa (como no caso das participantes Elen e Talita).

A transição para a parentalidade faz com que a família, ao se tornar um grupo de três pessoas, se transforme em um sistema permanente (McGoldrick et al., 2014). McGoldrick et al. (2014) destacam que, mesmo no caso de uma pessoa deixar essa tríade, há a sobrevivência do sistema. No caso da temática da pesquisa, a sobrevivência desse sistema acontece(ria) mesmo diante do distanciamento do homem do papel conjugal e paterno, afinal, o homem ainda é o pai da criança. Ainda que a parentalidade evoque múltiplas responsabilidades essenciais das pessoas envolvidas na decisão em ter filho(s) (Grybowski, 2011), seu exercício é desempenhado de forma desigual e, no caso dos homens pais, até mesmo opcional, conforme as entrevistadas nos apresentaram.

Não ter a presença dele no crescimento dela é horrível. Desde o nascimento dela. E ele não viu ela crescendo, eu queria, né, que ele tivesse visto do nascimento até ela grande. (Lavínia)

Quando a gente foi separando, eu passei um período bem difícil, porque foi no momento que eu estava com recém-nascido e ele queria que eu me virasse (...) parecia que ele queria só registrar o menino, sabe? Como se tivesse a obrigação de registrar e pronto. (Alice)

Em nossa pesquisa, notamos que os pais não somente se ausentaram das relações parentais, como também da relação dialógica com a mãe a respeito de decisões sobre a vida, a saúde e o bem-estar dos filhos. Aqui, faz-se relevante retomar o conceito de coparentalidade, ou seja, a dupla parental e a “extensão dos cuidados dos pais com os filhos, extensão que se manifesta ao dividirem a liderança e se apoiarem no exercício dos papéis parentais” (Weber et al., 2021, p. 3). Localizamos a coparentalidade em um contexto de pós-separação (Weber et al., 2021), no qual os pais negociam, discutem, suas contribuições, responsabilidades e seus papéis direcionados ao(s) filho(s) (Grzybowski, 2011).

A comunicação com os pais que existia, no momento da entrevista, partia da iniciativa das mães. Estas, levavam espontaneamente informações sobre os filhos para o pai – mesmo sem que fossem solicitadas. É um movimento unilateral, que reforça os desafios em preservar e/ou desenvolver a coparentalidade entre mães e pais, mesmo diante da separação do casal.

Existe momentos que ele (pai) aparece. Momentos, né? Um momento em anos (...). Igual, da primeira vez que ele saiu da vida do (nome do filho, quando o bebê tinha menos de 3 meses), ele foi aparecer, ele tinha três aninhos. (Aurora)

É muito difícil ele chegar e mandar recado “(nome da filha) tá bem?” e ele nem pede, assim, foto, eu só mando e ele curte, bota coraçõzinho. (...). Mas isso é uma decisão dele também, ele tinha que ter atitude e falar “minha filha tá bem? Queria fazer chamada de vídeo pra ver ela” ele não chega a perguntar. (Elen)

A omissão e ausência de comunicação/diálogo entre mãe e pai quanto aos cuidados dos filhos, ou seja, as decisões que envolvem formas de cuidado ao longo do desenvolvimento, é mais um dado comum às participantes. Apenas Talita não se queixou da sobrecarga originada por essa dinâmica: *“Se minha filha tiver mal-educada, eu que vou ver, eu que vou corrigir, não quero palpite dele, eu não quero ele lá”*. Elen ao trazer o aspecto educacional da filha, indicou: *“Espero poder estar sempre perto, sempre ensinar, porque se a gente não educar, quem vai? Já não tem pai né, imagina se não educar”*.

As cobranças sociais em obedecer às normas e condições próprias de um imaginário social acerca do que deve ser e como devem comportar as mães podem influenciar o desenvolvimento de sentimentos adversos nas mulheres, como, por exemplo, o estresse (Cunha et al., 2020). No caso de mães solo, as expectativas e/ou julgamento social sobre elas parece ser intensificado, pois apresentam um caráter preconceituoso sobre essas mulheres e suas formas de maternar (Barbosa et al., 2023; Borges, 2020).

A sobrecarga de responsabilidades (Garcia et al., 2023) em que se encontram essas mulheres é expressiva. Para além da gestão de todo o contexto domiciliar, pessoal e materno, as entrevistadas ainda precisam atuar e nutrir, mesmo que intimamente, (n)a relação de seus filhos com seus respectivos pais.

Nessa dinâmica, percebemos que a falta de contato do pai biológico com os filhos torna-se uma preocupação para as mães. De acordo com Talita: *“Eu não quero passar*

pra minha filha o que eu passei com o meu pai. Porque minha mãe também foi mãe solo”.

As participantes da pesquisa viveram sem contato com os pais biológicos por grande parte de suas vidas e trabalharemos esse dado em breve.

A manutenção da relação é feita por quem foi deixada sozinha (a mãe) e para quem também foi abandonado/a (o/as filho/as):

Se eu não falar, se eu não tiver atitude de mandar foto e vídeo, só pra ele acompanhar o crescimento dela pelo menos em foto, ele não fala. E olha que ele é conselheiro tutelar, pra você ver. A pessoa tinha que ter noção ne? Não tá presente, não dá atenção, nem esforço, nem nada. (Elen)

Resgatamos o conceito de dispositivo materno neste momento, enquanto tarefa de cuidado na (precária) relação pai-filho, o que demanda energia física e psíquica para essas mulheres (Zanello, 2018). Essa se caracteriza enquanto mais uma atividade de trabalho (em cuidado) dentro dos afazeres maternos diários.

Nossa cultura dá aos homens a possibilidade de não se ajustar, enquanto as mulheres, em geral, não veem essa possibilidade. É um privilégio masculino frequentemente naturalizado (Parker, 2003). Tomemos, como exemplo, os altos índices de abandono paterno constatados nos registros oficiais dos cartórios de certidões de nascimento sem o nome dos pais (Borges, 2020). No que concerne aos registros oficiais, uma das participantes optou por não colocar o nome do pai do filho no registro de certidão. As demais têm seus filhos registrados com o nome do pai. Ainda assim, é possível afirmar que o registro não é suficiente para garantir a presença e/ou participação financeira e afetiva desses homens.

Os cenários apresentados pelas participantes consistem em pais ausentes, distantes e, muitas vezes, inalcançáveis. Frisamos o fato de um pai realizar o que a participante Elen nomeia de “ajuda”, e identificamos também uma ameaça, visto que há a transmissão

de uma ideia de que ele poderia contribuir ainda menos, como se ele tivesse esse poder de escolha e ela devesse ser grata:

Tipo assim no começo ele pagava 100 real. Não dava nem pra fralda direito. Nem 200 real não dava. Aí tipo, aí depois foi passando pra 150 e aumentou depois pra 200, ele (aumentou). Entendeu? Mas tipo ficou só nisso. Aí eu já falei também de aumentar e ele não aumenta. Até falei de entrar na justiça, mas ele disse que seria pior. Fiquei chateada e disse “então tá bão, faz o que quiser”. Fiquei chateada e disse “você sabe que o tanto que for não dá, né? Nem se for um salário, não da. Quem dirá 200, 300”. Mas tem vezes que ele manda, mas, hoje em dia, 300 e pouco e é isso. (Elen)

Outro pai “auxilia” financeiramente Alice, ao mesmo tempo em que é responsável pelos filhos de 15 em 15 dias, aos finais de semana. Nos casos de Talita, Aurora e Lavínia não há nenhuma forma de interesse ou contato dos pais com seus filhos e, muito menos, participação financeira.

Ele não preocupa em nada assim, de pensar assim: “meu filho tá dormindo bem? Tá debaixo de um teto?” Nunca teve isso. (...) Às vezes, por telefone (busca o contato), mas esse é muito raro, muito raro mesmo. Em dois anos aí, um mês ele participou. Mas aí depois também não participou mais não. (Aurora)

Identificamos que os desafios encarados pelas mulheres diante da maternidade solo são intensificados pela privação de renda.

Mãe solo, uma carga bem pesada, porque a gente tem que se dobrar, né? Se dar em dobro, é ser mãe e pai ao mesmo tempo, né? Eu achei difícil, assim. Porque, sim, você tem o amor em dobro, né? Aí você tem que... eu fico doida, sabe? Eu fico... ah, eu preciso trabalhar, eu preciso dar as coisas pra ela. Eu fico com medo de que falte, porque eu quero dar o melhor que eu nunca tive pra ela. Aí eu fico

muito preocupada, fico com medo de faltar as coisas, que ela me pede as coisas e não tem. Igual, por causa que agora eu não estou trabalhando, só o dinheiro da Bolsa Família aperta, porque eu tenho que ajudar lá em casa também. Então, às vezes, passa semana, até um mês, até eu receber de novo para comprar as coisas para ela. (Lavínia)

O aleitamento materno prolongado foi uma estratégia adotada por Lavínia e Alice no enfrentamento à escassez de alimentação, como pode ser observado a seguir:

Antes muita gente falava de dar mamar tanto para os meus filhos, que fui doida, etc. Não, foi... Foi por nós, por amor, porque o pai não queria comprar nada. Não estava querendo nem comprar o leite dos meninos, não estava querendo nem me ajudar com as coisas. E eu queria conseguir me virar com os meninos. Aí eu me vi assim, ah, eu vou amamentar os dois (a filha do meio e o mais novo). O jeito é ter força, assim, eu vou tentar! (Alice)

Mães solo em situação de pobreza são mais prováveis de passarem por situações de insegurança alimentar e nutricional, adoecimento mental (com maior enfoque em transtornos de ansiedade), bem como impactos na autopercepção da qualidade de vida (nos âmbitos: psicológico, relações sociais e meio ambiente), segundo estudo de Santos (2020). Santos (2020) destaca que “a maternidade solitária é uma condição social agravante para mulheres que vivem na pobreza”, ainda mais se comparadas com aquelas que, em mesma situação, podem contar com a presença dos companheiros (Santos, 2020, p.8).

A pobreza é, de fato, um elemento associado com frequência às configurações familiares brasileiras, cuja chefia familiar é ocupada por mulheres mães solo (Borges, 2020; DIEESE, 2023). Falamos da feminização da pobreza por ser fenômeno de estudo contemporâneo, no qual as desigualdades sociais ocupam eixo central no conceito (Diotto

& Soares, 2022). Não podemos, contudo, reduzir sua complexidade, visto que é “estrutural, envolve os marcadores de gênero, classe, raça e/ou etnia e idade” (p. 4).

Somados a esses fatores, ressaltamos que as rotinas exaustivas que as mulheres precisaram se submeter, em conjunto com alta carga horária de trabalho e estudo para conseguir meios de subsistência para suas famílias, compõem a sobrecarga imputada às mães solo. Esses fatores geram sentimentos conflituosos nas mulheres. Há a necessidade do trabalho e da dedicação no âmbito profissional, assim como há também a busca por conciliar as funções maternas. Sentimentos de culpa e/ou cobrança apareceram nas falas das participantes, por acreditarem que poderiam ser mais presentes na vida de seus filhos.

Quando voltei a trabalhar, olhava uma senhora de meio dia até às cinco, aí eu deixava ela sozinha enquanto eu buscava os meninos na escola. Depois a filha dela chegava e eu ficava com os netos dela até nove horas da noite. (Lavínia)

*Às vezes, eu me cobro muito por não ser totalmente *parou um momento para pensar na palavra* participativa das coisas, porque, como eu trabalho muito, então eu me sinto muito ausente (...) Então, tem vezes, que eu nem vejo ele, porque eu chego e ele tá dormindo. Quando eu trabalho o dia todo, do trabalho eu tenho que ir pra aula, aí eu vou ver ele só no outro dia. (Aurora)*

Eu não tenho tempo disponível. O tempo. Quer dizer, eu queria ter mais tempo com ela (filha). Eu queria não trabalhar. Vou dizer assim: queria ou não trabalhar ou não estudar. Queria desviar de uma dessas duas funções. (Talita)

A vivência da maternidade solo foi acompanhada, em certo período, por sofrimentos psicológicos. Aurora desenvolveu depressão e Alice, síndrome do pânico, assim como teve um episódio psicótico. A depressão pós-parto foi apontada pelas duas participantes, assim como por Lavínia, enquanto possibilidade vivida, contudo sem acompanhamento profissional adequado. Compreendemos que esses sofrimentos foram

intensificados pelos sentimentos de medo, incerteza e solidão relatados, influenciados pela restrição de renda aqui descrita.

Foi um ano assim (o primeiro ano do filho), bem difícil que eu tive... (...) A única coisa que eu pensava é que eu tinha que trabalhar, porque senão eu não ia ter dinheiro para comprar as coisas (pensando) e pagar o aluguel, porque eu morava de aluguel. Quer dizer, eu moro até hoje de aluguel. Mas, assim... na época... tinha que ser eu ali. E foi... e eu não tinha... eu tinha... Eu tinha vergonha de andar na rua, eu olhava assim, eu pensava meu Deus, agora eu sou uma mãe sozinha.
(Aurora)

Eu tive que deixar ela com minha mãe com 4 meses pra eu voltar a trabalhar. Porque a minha meta era conviver com ela, ver ela crescendo e pôr ela já direto na escola com 2 anos. Mas aí eu não tive outra oportunidade, porque eu já tava trabalhando quando eu tava grávida dela, mas aí eu saí de licença e depois de 4 meses eu tive de voltar. Eu fiquei desesperada, mas não podia abandonar o serviço, precisava de dinheiro pra cuidar dela. (Lavínia)

É um estresse familiar multifatorial vivido. De acordo com McGoldrick et al., (2014), esse estresse é exacerbado em “pontos de transição de um estágio para outro no processo de desenvolvimento familiar” (p. 8), sendo que há o predomínio de sintomas no momento em que é interrompido o ciclo familiar que estava em desenvolvimento.

São diferentes situações que coexistiram e influenciaram o viver das participantes, ao considerar suas histórias pessoais e familiares. A escassez de recursos econômicos enquanto realidade cotidiana impacta a saúde mental (Fulmer, 1995; Lima, 2023). O nascimento de um bebê é um momento que carrega uma necessidade de adaptação em distintas áreas da vida familiar e, principalmente, materna (McGoldrick et al., 2014). Naturalmente, as mulheres passam por mudanças hormonais, fisiológicas, psicológicas e

relacionais durante todo o ciclo gravídico-puerperal (Cunha et al., 2020; Piccini et al., 2008) e contam ainda com uma ansiedade acentuada no puerpério, diante de suas demandas de amparo e cuidado (Campos & Féres-Carneiro, 2021).

Dentre as participantes da pesquisa, apenas Alice relatou ter recebido acompanhamento psicológico em meio aos momentos de maiores adversidades em sua maternidade solo, no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs) da cidade de Catalão, Goiás. Pensamos na importância do acompanhamento psicológico no pré-natal e pós-parto ser realizado e mediado por profissionais atentos/as às vivências reais dessas mulheres, ao considerar os aspectos supracitados. Há uma lacuna nas referências de protocolos e programas que discorram sobre os cuidados às mulheres que são mães solo no Brasil. Estes não englobam ações específicas destinadas a elas desde a gestação além de necessitarem considerar aspectos de classe e raça (Nascimento et al., 2022).

Não são estabelecidas, assim, diferenças em práticas de atenção, acolhimento, assistência e cuidado a essas mulheres. Repercussões subjetivas, físicas e sociais também podem ser desconsideradas nesse movimento (Nascimento et al., 2022). Ao tomarmos como ponto de partida a Atenção Básica, local de referência para o desenvolvimento da nossa pesquisa, a atuação de psicólogos/as apresenta limitações em dialogar e intervir junto (d)as especificidades de mulheres mães solo, desde o período gestacional, conforme pesquisa realizada com psicólogos/as atuantes na Atenção Básica (Nascimento et al., 2022). O fato é que são recorrentes as denúncias sobre o racismo em diferentes vias da atenção à saúde e, assim como Carneiro (2023) destaca é “uma prática institucional determinada pela percepção diferencial do valor de cada vida segundo a cor” (p. 71). Assim, essa ausência de práticas voltadas as subjetividades de mulheres que se tornam mães, pode representar desatenção e descaso pelos/as profissionais não buscarem o “reconhecimento e conhecimento dessas singularidades” segundo a racialidade (Carneiro,

2023, p. 70).

Outra fragilidade concentra-se na falta de conhecimento profissional e habilidades daqueles que trabalham diretamente com casais em processo de separação ou separados. São necessárias ações e estratégias que visem à discussão da coparentalidade, psicoeducação parental e outros, enquanto possibilidades interventivas de cuidado com as famílias e seus membros, a fim de criar relações mais saudáveis, ainda que com a dissolução da união (Ahrns, 2014).

O acesso a cuidados em saúde mental é primordial, ainda mais se considerarmos a atuação de profissionais da psicologia com olhares de compreensão do mundo via ações antirracistas e sensibilidade para as desigualdades de gênero, questões tão evidentes na vivência de mães solo. Relembramos que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Brasil, 2011) indicava que as mulheres eram a maior parte da população brasileira e maiores usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS). As mulheres continuam sendo maioria no Brasil: 51,5% da população brasileira é composta por mulheres e 48,5% pelos homens, segundo o último Censo (IBGE, 2022). Elas também permanecem enquanto as maiores usuárias dos serviços ofertados no SUS (Souto & Moreira, 2021) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS; Brasil, 2019). Enfatizamos a vasta possibilidade de atuação de psicólogas/os ao considerar as mães solo, suas famílias, as díades, tríades e tantas outras relações nesses contextos, bem como a importância do fortalecimento do trabalho intersetorial (SUS e SUAS).

Ao conciliar oportunidades de trabalho possíveis (e, por vezes, em vínculos trabalhistas frágeis), com todas as mudanças e desafios citados, entendemos que esta é uma fase do ciclo vital que demanda atenção e cuidados específicos a saúde da mãe (monoparental) e, inclusive, ao subsistema mãe-bebê e sua relação que se encontra (ainda) em construção. Considerando as especificidades das participantes da pesquisa, mulheres

pobres e em grande maioria negras, sem direitos assegurados no âmbito do trabalho, e suas perspectivas de adoecimento, destacamos que políticas públicas de cuidado voltadas a essas mulheres são importantes e necessárias, ainda mais frente à “ineficiência dos programas de governo na garantia de prevenção e cuidado integral à saúde” da população negra do país (Prestes & Paiva, 2016, p. 674).

O trabalho de cuidado direcionado aos filhos e afazeres domésticos ocupa parte considerável no dia a dia das mulheres (Lima, 2023). Mesmo assim, é um trabalho que socialmente não é visto como tal e nem é dotado de valor (de trabalho). A imposição capitalista para gerar lucros atua na desvalorização do trabalho doméstico e cuidado com os filhos (ou pessoas mais velhas) enquanto tarefas cotidianas (Davis, 2016) – tarefas essas comumente direcionadas ao trabalho feminino nas famílias. Somado ao capitalismo, o racismo opera na desvalorização da mulher negra, colocando-a à mercê de papéis vulnerabilizados e marginalizados socialmente (Gonzalez, 2020; Lima, 2023). A interação de racismo, sexismo e opressão de classe compõe a violência social à qual pessoas negras são submetidas (Cardoso & Filice, 2024), o que coloca essa população em “contextos de maior vulnerabilidade ao adoecimento” (Prestes & Paiva, 2016, p. 674).

Diante das vivências enquanto mães solo, as participantes se encontraram em situação de vulnerabilidade social. Essa vulnerabilidade, com duração de anos ou meses, manteve relação com a fragilidade de direitos (não) assegurados enquanto cidadãs, mulheres e mães. A situação de pobreza, a dificuldade(s) em qualificar-se profissionalmente e outros aspectos psicossociais são fatores de risco a serem considerados nesse contexto (Soares & Pereira, 2022) e puderam ser observados ao considerar as realidades das participantes.

(Des)Encontro Consigo: O que Tem de Mulher na Mãe?

As participantes falaram sobre si a partir de suas respectivas funções maternas e da díade mãe-filho. É uma espécie de disposição da mãe ao sacrifício de si, de acordo com Badinter (1985). Demonstraram, assim, dificuldade em resgatar características para além da maternagem: *“Agora eu estou olhando para mim, assim, vendo assim *pensou por um momento*... É como uma pessoa forte, capaz (...) se a gente não falar ‘não! Eu tenho que olhar pra mim e dizer que eu preciso de mim’. Preciso de ser uma mãe forte!”* (Alice).

Discussões feministas denunciam essa espécie de “colagem das ‘identidades’ mãe e mulher” como uma unidade intimamente dependente (Lima, 2021, p. 67). A possibilidade de explorar outros âmbitos da vida para além da maternidade é dificultada porque as mães estão envoltas por suas responsabilidades no cuidado com os filhos.

Pra mulher, mulher mesmo, eu achei que eu perdi, eu fiquei decepcionada comigo por causa do corpo, sabe? Porque, quando eu era solteira, antes de casar, eu era muito vaidosa, sabe? Eu gostava de me arrumar, passar batom, gostava de andar arrumada. E assim, até hoje eu fico assim me achando feia, tentando emagrecer, sabe? (Lavínia)

No caso de mulheres negras e/ou pobres, estas podem enfrentar outro agravante: seu papel pode se limitar ao ser cuidadora desde a infância, em razão da necessária ajuda que precisam dispender à mãe no cuidado com outros membros familiares (irmãos, por exemplo) e nos afazeres domésticos de modo geral (Gonzalez, 2020; Hines, 1995; Zanello, 2018). É a dupla jornada de trabalho que a mulher negra conhece bem, assim como pontuado por Gonzalez (2020).

Noções de que as mulheres são mais do que esposas ou mães são relativamente novas em nossa cultura, visto que elas desempenharam, em grande parte da história, um

papel central nas famílias (McGoldrick, 1995), seja nas suas próprias e/ou também na de outras pessoas (Gonzalez, 2020; Mizael et al., 2021). Entendemos esse papel à luz de uma ambivalência. Devido à sua construção histórica, o papel da mulher vinculado ao cuidado doméstico e materno passou a ser dotado de importância ao direcionar as vidas das mulheres a ocupar esse lugar (significativo) nas famílias (Zanello, 2016, 2018). Por outro lado, é um trabalho não remunerado e desvalorizado, associado, com certa frequência, à ausência de cuidado com essas mulheres no que se refere tanto ao cuidado vindo de quem se relaciona com elas como ao autocuidado (Zanello, 2018).

O próprio processo de incorporar a saúde e os direitos das mulheres nas políticas nacionais de saúde aconteceu nas primeiras décadas do século XX e convergia para especificidades biológicas e o papel social de mãe e doméstica (Brasil, 2011). A noção de “ser mulher” era vinculada a ações materno-infantis, reducionistas portanto. Em termos de mudanças nessas compreensões, elas começaram a ocorrer apenas a partir da década de 80, por influência dos movimentos feministas no Brasil (Brasil, 2011).

“Ser mulher” foi, por muito tempo, considerado como uma existência relacionada aos outros, cuja função é ser esposa e mãe (Badinter, 1985). Ao trabalhar com a noção de que mulheres são personagens “relativas” e “tridimensionais”, Badinter (1985) destacou que “ela (a mulher) só se concebe em relação ao pai e ao filho” (p. 25), mas que há também as aspirações e preferências próprias dessa mulher (por esse fato, o tridimensional). Os excertos abaixo demonstram a ênfase que duas participantes deram à maternidade solo enquanto papel dominante em suas vidas:

Eu acho que a maternidade ofuscou o meu lado mulher, sabe?! Pelo menos por um tempo. Eu acho que vou esperar até a minha filha deixar de ser bebê, dependente, essas coisas. Quando ela crescer mais. Porque essa é uma coisa

também que eu decidi pra mim (ser mãe), que é uma coisa que eu quero pra mim, é isso. Então eu acho que é isso... eu não me vejo ainda assim (mulher). (Talita)

Ai, eu não vou mentir assim pra você. Eu me isolei muito como mulher. Eu só me vejo como mãe. Sabe? Mãe, mãe, mãe (...). Então, assim, eu penso hoje mais na Aurora mãe do que na Aurora mulher. A vida da gente é um desafio. Toda hora você pensa assim. E é engraçado, eu falo que assim, a gente, quando é mãe de solo, você não tem tempo para você ficar depressivo. (Aurora)

À luz do dispositivo amoroso (Zanello, 2018), levantamos a hipótese de que a ausência do companheiro pode ter impactado nesse processo de (re)conhecimento das mulheres após o ciclo gravídico-puerperal, visto que as participantes relataram relações idealizadas, precedidas dos conflitos conjugais/relacionais que se sucederam nos rompimentos. Há uma frustração vivida, neste sentido, entre o que poderia ser (com base na cultura e na centralidade da família nuclear) e ao que, de fato, ocorreu.

Eu falo que, assim, quando você tem uma frustração, igual eu tive que... saber que não existe o amor para sempre, que não existe o feliz para sempre... a vida não é um conto de fada, né? (...) Eu fico com medo de arrumar uma pessoa. Porque, no começo, é mil maravilhas. Começou a convivência.... aí é que estão os problemas. (Lavínia)

Eu chorava dia e noite. Eu ficava pensando: ai meu deus como será minha vida agora? Criar minha filha praticamente sem pai, porque, assim, apesar que eu estava morando com minha mãe, mas não é a mesma coisa (...). As roupas, enxoval... me deu aquele desespero: 'ai meu deus minha filha vai nascer sem roupa!' (...). Porque na boca dele (do pai), ele não queria roupa usada. E eu nunca importei, nós foi criado usando roupa usada, dos outro. E ele falava 'ai eu quero comprar as roupa, não vai comprar usada não', no fim eu tive de

**pensando* não tive vergonha de pedir, pedi uma mulher conhecida e ganhei até demais!* (Lavínia)

Os paradoxos entre as narrativas idealizadas de maternidade e conjugalidade e a experiência real da maternidade solo estão presentes nas falas das participantes. Quando os companheiros saem dos relacionamentos, há um rompimento das expectativas das mulheres e da homeostase de um ideal de sistema familiar, o que demanda a reorganização para algo inesperado (Minuchin, 1985): a monoparentalidade. A separação de um casal é um evento marcante na história das famílias (McGoldrick et al., 2014). Suas repercussões afetam diferentes subsistemas e subjetividades dos membros familiares. No caso das mulheres que são mães, no cenário em que suas identidades são emaranhadas aos papéis de “mãe-esposa”, a separação é um evento ainda mais doloroso, visto que simboliza a perda do papel de “esposa” (Ahrns, 2014). Dentre as participantes da pesquisa, três foram casadas (Alice, Lavínia e Aurora) e as três, em algum momento das entrevistas, verbalizaram sofrimentos vividos em razão das perdas dos ex-companheiros (parental e conjugalmente).

Se atentar ao atravessamento racial nas construções e vivências das maternidades solo é fundamental. Desse modo, fatores sociais como raça e classe precisam ser considerados na família, pois repercutem no seu funcionamento e estrutura (Minuchin, 2008). Existem certos “sentidos punitivos da maternidade de mulheres negras”, que implicam nessas mulheres mães a destituição do poder de errar (Lima, 2021, p. 66). Esses fatores contribuem para que as mulheres negras se anulem e priorizem seu/sua(s) filho/a(s), visto que são as principais responsáveis por ele/a(s). Levantamos essa discussão a partir das participantes negras da pesquisa terem verbalizado a preocupação com seu/a(s) filho/a(s), diante da possibilidade de um novo companheiro em suas vidas colocá-los/as em situação de risco:

Não vou confiar em qualquer um não, né? Porque eu também tenho filha, então eu morro de medo dessa parte também. Minha mãe também é muito cismada. Eu morro de medo. Sempre vou estar de olho, entendeu? Imagina, ter alguém como namorado, depois, depois Deus me livre, querer fazer mal com meus filho, então nunca aconteceu e nunca vai acontecer! (Elen)

mas eu fico com medo, sabe? Eu fico com medo de arrumar uma pessoa. Tá tão difícil, tão perigoso, né? Assim, anda acontecendo tanta coisa ruim, né? Eu fico com medo. Mas eu falo, assim, eu queria, se eu fosse pra eu arrumar uma pessoa, que era uma pessoa que vai cuidar dela como filha, considerar ela como filha, né (...). Minha mãe fala que: “você pode arrumar uma pessoa mas tem que ser uma pessoa boa, que não vai fazer maldade com ela e também não confiar né, de deixar os dois sozinhos também né!” (Lavínia).

O estudo de Lima (2021) apresentou resultados semelhantes relacionados a mulheres negras que são mães solo. A autora discorre sobre a responsabilidade, muitas vezes exclusiva, dessas mães, por um “monitoramento moral pela integridade das filhas e filhos” (p. 70). Tendo em vista a sexualização dos corpos negros e os altos índices de assédio e abuso sexual contra crianças e adolescentes no país (Santos et al., 2024), essas preocupações manifestam. Não realizamos essa afirmação apenas com base na experiência individual das participantes, mas em um movimento relacional, narrativo e cultural, visto que articula dimensões históricas, culturais e familiares (Minuchin, 1990), indicando também a transmissão transgeracional de valores familiares que visam proteger as crianças (McGoldrick et al., 2014), visto que as avós também sinalizaram às mães atenção para a segurança destas.

Recuperamos Gonzalez (2020): “a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais

importante” (p. 64). Ainda assim, está sujeita a significativa carga de discriminação, visto que a exploração fortalecida pela divisão racial e sexual das vidas e do trabalho “fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe” (p. 99).

Uma das formas de desigualdade sexual pautada na exploração dos corpos das mulheres negras (pretas e pardas) é a solidão vivida. A solidão da mulher negra é uma manifestação do racismo enquanto sistema de opressão, resultado da intersecção de marcadores sociais de raça e gênero (Mizael et al., 2021). É frequentemente associada à ausência de parceria afetivo-sexual duradoura, mas não limitada a essa possibilidade.

Neste momento, ressaltamos a solidão das mulheres negras que participaram da nossa pesquisa. Solidão esta manifestada diante da maternidade solo e nas chefias dos lares (Souza et al., 2023), bem como no abandono parental (Mizael et al., 2021).

O estudo de Carrera e Carvalho (2020) buscou averiguar algoritmos racistas e discriminatórios associados a composições familiares. Ao utilizarem três bancos de imagens digitais e as expressões “*black family*” e “*white family*”, dentre os resultados da pesquisa, foi identificada a predominância de mulheres negras representadas sozinhas se comparadas às mulheres brancas – estas acompanhadas com maior frequência de figuras masculinas (leia-se: companheiros). Os resultados dessa pesquisa contribuem para o que autoras/es como Souza et al. (2023) e Mizael et al. (2021) indicam ao discorrer sobre a solidão da mulher negra (pardas e pretas). O conceito de solidão da mulher negra é um “desdobramento identificado na sociedade brasileira atual como resultado de um conjunto de elementos socialmente estruturados remanescentes do racismo moderno” (Carrera & Carvalho, 2020, p. 103). A propagação de estereótipos oriundos do racismo e sexismo, em especial, relacionado às mulheres negras, impacta o modo como elas são socialmente vistas (Gonzalez, 2020).

“Ser-negra” e “ser-mulher” carregam ideias acerca do que é esperado das

mulheres negras (Costa & Rosa, 2021). Características associadas à “força”, “agressividade” e “sexualidade” contribuem para o que Fanon (2020) destacou sobre a coisificação das/os negras/os, suas emoções e seus afetos que os desumaniza. A difusão dos estereótipos, unidos às relações de dominação racial, sexual, social e econômica enfrentadas pelas mulheres negras (Gonzalez, 2020), resultam e contribuem para as diferentes expressões de solidão das mulheres negras – dentre elas, a vivência da monoparentalidade vivida pelas mulheres participantes e retratada na presente pesquisa.

A trajetória de mulheres negras na maternidade solo é marcada por imagens de força e autossuficiência. Esse movimento repercute nas respectivas construções identitárias, compondo uma “única essência”, ao ponto de virar uma “camisa de força sufocante”, capaz de aprisionar as mulheres negras em papéis rígidos, que não as permita demonstração de fraqueza e/ou acolhimento (Lima, 2021, p. 68).

“Sei Bem como É Não Ter Pai”: Repetições e Perdas na Maternidade Solo não

Escolhida

Os genogramas nos auxiliaram a acessar a família extensa das participantes, para além da família nuclear (Penso et al., 2021). As participantes da pesquisa são filhas de mulheres que vivenciaram a maternidade na configuração solo em grande parte da vida. É interessante a menção de que essa repetição foi compreendida por duas participantes (Aurora e Elen) durante a construção do genograma. O fato nos remete à potência reveladora que a construção do genograma detém, a partir desta construção sobre o funcionamento e histórico familiar (Penso et al., 2021). Para além de suas mães, as participantes reconheceram outras familiares que também foram e/ou são mães solo (como pode ser observado nos Apêndices referentes aos genogramas de cada participante)⁷.

⁷ Na família de Aurora: a avó; Lavínia: tias e avó; Talita: irmã e prima; Elen: tia e avó.

Discussões de padrões de repetições geracionais se utilizam de diferentes termos dentro do campo da psicologia sistêmica e terapia familiar. Desde o clássico *processo de transmissão multigeracional* de Bowen (1978), até termos, como, por exemplo, *transgeracionalidade* e *intergeracionalidade* (Falcke & Wagner, 2005). Para as análises deste tema, utilizaremos o termo *transgeracional* no que se compete a tais repetições familiares.

Os padrões repetitivos de relacionamento aprendidos no âmbito da família são um elemento assinalado por diversos autores/as da terapia sistêmica familiar (Bowen, 1978; Carter & McGoldrick, 1995; Minuchin et al., 2007; Nichols & Schwartz, 2007). Com frequência, acontecimentos de uma geração (e até de gerações anteriores) repetem-se na seguinte, uma vez que “as famílias repetem a si mesmas” (McGoldrick et al., 2012, p. 32). Assim notamos na fala de Lavínia: “*Eu fui criada sem pai, minha mãe foi minha mãe e meu pai, eu não tive amor de pai, não sei o que é amor de pai. Aí eu ficava com medo, sabe?*”. É compreendido que a família dispõe de uma história que contempla a família extensa, e, portanto, se expande para além da família nuclear (Penso & Costa, 2010).

A tendência das interações e relações familiares se repetirem (McGoldrick et al., 2012) está relacionada a processos de legado, heranças e transmissões familiares, segundo Botton et al. (2015). Portanto, a transgeracionalidade é trabalhada pelas autoras, como “parte da estrutura do núcleo familiar”, na qual valores e crenças são transmitidos de mães e pais para seus filhos (p. 44).

Modelos culturais, hegemônicos, de paternidade e maternidade impactam a forma como as gerações atuais vivem e compreendem a parentalidade, assim como a maneira dos filhos reproduzirem a maternidade e paternidade futuramente (Botton et al., 2015). O processo de transmissão, que se repercute em padrões de relacionamentos repetidos, também é visível nas relações conjugais (Penso et al., 2021). Repetições de padrões

conjugais e parentais foram observados em diferentes gerações, no que se refere às participantes deste estudo. A elaboração dos genogramas nos apresenta que os pais das participantes foram ausentes de seus papéis parentais durante a maior parte da vida das filhas. Às mães coube permanecer e cuidar. As famílias “não existem em um vácuo social, e a estrutura de qualquer tipo de família é parcialmente determinada pela cultura na qual existe” (Dallos, 1991, p. 4). Dessa forma, existem imagens de família, bem como de papéis dos membros desse sistema familiar, oriundos da cultura ocidental a serem interpretados e internalizados pelos seus componentes (Dallos, 1991).

É a partir dessa discussão que abarcamos os mitos familiares enquanto construções sociais, que funcionam a fim de evitar que a família precise confrontar conflitos e tensões capazes de ameaçar a viabilidade da (con)vivência e (co)construção familiar – perturbam a homeostase, portanto (Dallos, 1991). Propomos essa relação com base na repetição de padrões familiares das participantes (que aqui, interpretamos que assumem a função de mitos) no que concerne aos papéis parentais cristalizados: à paternidade cabe o relacionamento distante, por vezes, ausente, enquanto é demandada da maternidade a presença constante, se não devocional aos filhos/as. Assim, os mitos funcionam como transmissores de dinâmicas relacionais atravessadas pelo tempo e pelas gerações (Penso et al., 2021).

Somada à ausência nos lares, as participantes não foram próximas de seus respectivos pais ao longo de suas vidas, como mencionado. Alice, Aurora e Talita destacaram, inclusive, a falta que sentiram do progenitor durante a infância. As participantes tiveram certo contato e convivência com o pai no início da infância apenas. Quando foi acordado entre os progenitores finalizar o relacionamento amoroso, esses pais saíram das casas e das vidas das filhas. Alice conseguiu se reaproximar de seu pai durante

a adolescência. No caso de Lavínia e Aurora, a reaproximação se deu na vida adulta. Talita e Elen não se reaproximaram até os dias atuais.

O meu pai quando ele separou da minha mãe, ele sumiu, assim (...). Ele passava muito tempo sem ver, sem saber o que aconteceu com os filhos dele, onde estão os filhos dele. E eu sentia muita falta dele (...) nossa eu era apaixonada no meu pai! (Aurora)

Discutir transgeracionalidade no contexto das mulheres entrevistadas, nos permite construir relações com o conceito de perda ambígua. Perdas ambíguas são perdas incompletas ou incertas relacionadas a alguém que não morreu, mas cuja ausência repercute em um luto não resolvido, inerente à perda da identidade de quem a sofre, com sentimentos e pensamentos conflitantes (Boss, 1999). De acordo com a autora, por serem vagas envolvem processos torturantes e estressantes em razão da confusão que podem desencadear na(s) pessoa(s). Dentre os cenários trabalhados pela autora, falamos, portanto, de perdas relacionais, que podem emergir em contextos familiares atravessados pelo divórcio ou pela ausência de um dos cuidadores (seja ela real ou percebida). São, afinal, circunstâncias similares àquelas que as participantes nos apresentaram tanto em sua família de origem, quanto no rompimento com os pais biológicos de seus filhos.

Dentre todas as perdas em relacionamentos, a perda ambígua é a mais devastadora, visto que ela permanece sem elucidação (Boss, 1999). Ao considerar as histórias trazidas pelas entrevistadas, associamos a perda ambígua que viveram quando seus pais saíram de casa, seguida da perda do contato com eles por um longo período, à solidão que as mulheres experienciaram diante do abandono paterno. Talita lembrou que a mãe *“fez eu cobrar muita presença do meu pai sempre que ele não queria”* e, por isso, *“eu já senti o vazio. Eu sei que eu não consigo suprir. Eu sei que vai ser um vazio na vida dela”*.

Revela-se, portanto, o medo de que os filhos sofram o que elas sofreram. A

incerteza pode remeter à incompreensão, ao não saber se a perda (do pai) foi fatídica ou temporária. Afinal, “quanto maior a ambiguidade envolta em uma perda, mais difícil é dominá-la” (Boss, 1999, p. 7). Recuperamos que a perda, em uma perspectiva sistêmica, é compreendida enquanto uma “transição maior que rompe os padrões de interação do ciclo da vida”, assim, demanda uma reorganização da família ao implicar desafios de adaptação que são compartilhados entre os membros (McGoldrick & Gerson, 1995, p. 149).

Eu não sou registrada no nome dele (do pai) porque, logo depois do meu nascimento, ele casou e tudo. Então eu vejo assim: Quando ela (a filha) quiser procurar (o pai da filha), eu vou deixar. Eu vou ensinar ela o caminho e ela vai, quando ela quiser, porém eu não vou procurar. Sabe? (...). Eu hoje sou o que sou. Meu pai fez falta? Fez. Mas eu sou essa que está aí, sem ele. (Talita)

Os genogramas de Lavínia e Talita (Apêndices B e D) nos informam o desconhecimento das participantes sobre a família paterna. Aurora, por sua vez, apresentou informações parciais (Apêndice F). O conceito de perda ambígua nos leva a refletir que essas ausências de dados (e vínculos) também podem representar perdas relacionais confusas e sem elucidações. Isso posto, é importante considerar que a recuperação da história transgeracional de famílias brasileiras em situação de exclusão social e pobreza nem sempre é possível, por variados fatores (Penso et al., 2021). Mesmo assim, o resgate parcial das relações e de suas histórias, ainda que haja ausências, é importante para a compreensão das dinâmicas e relações familiares.

“Eu Realmente não Sei o que Seria de Mim”: Redes de Apoio, Redes de Resiliência

A rede de apoio apresenta atuação fundamental nas vidas das mães solo que participaram da pesquisa. Identificamos cenários que compõem esses espaços de auxílio, em diferentes âmbitos. Um deles é composto pelo auxílio pago, que é o caso da babá do

filho de Aurora. Aurora é a única participante que reside distante da sua família e, segundo a participante, é por essa razão que precisou recorrer à contratação dos serviços de uma babá de confiança. Ainda assim, Aurora refere-se à babá enquanto membro da família, mais especificamente à figura de avó:

Eu falo que ela é como se fosse uma avó. Eu brinco com ela: “A senhora faz muito papel de vovó com o meu filho” (...) a gente criou um vínculo ali de... além de dela só olhar a ele, mas assim, parece que... Você sente como se ela fosse vó mesmo, sabe? Tem um afeto, tanto é de mim com ela e do meu filho com ela também. Ele fala é vovó.

Outro cenário comum refere-se à família ampliada. Nos quatro demais casos, são familiares próximos, da família ampliada, com ênfase nas mães das participantes (ou seja: as avós), que se disponibilizam a participar do processo de cuidado e educação das crianças. Alice afirmou que, por não ter contato com a mãe, a pessoa de referência no auxílio com os filhos é seu pai. Segundo ela, *“ele tem depressão também, ele me entendeu mais. Foi o que me entendeu mais, eu acho que ele sabe que me ajudou mais”*. As outras três participantes, Lavínia, Talita e Elen, indicaram o papel fundamental exercido por suas respectivas mães, no que concerne aos netos e, conseqüentemente, às filhas. Assim como Lavínia ilustra: *“Se não fosse minha mãe, eu realmente não sei o que seria de mim”*. A relevância dessas relações familiares das participantes foram narradas durante as entrevistas, mas também destacadas por elas no decorrer da construção dos genogramas.

Para além das mães e do pai mencionados, tias e irmãos foram apontados por elas enquanto outros membros que compõem a rede de apoio. São pessoas que convivem na mesma casa ou que moram perto, havendo certa convivência, portanto. São redes de apoio que, no que se refere à presença de crianças na família, dispõem uma proteção necessária (Hines, 1995), bem como fortes laços intergeracionais que atuam ao

desempenhar apoio emocional (Charles et al., 2008). A cooperação e uma extensa rede familiar são fatores destacados por Minuchin (2008) enquanto características de famílias latinas e negras, o que pôde ser observado no relato de três famílias de mulheres negras da pesquisa (Lavínia, Talita e Elen), bem como na família de Alice.

Interessante pontuar que a rede de apoio também exerce importância financeira, como observamos no caso de Talita e Elen:

minha mãe sempre foi minha rede de apoio, meu irmão também, e me ajudou.
(Elen).

A minha irmã me ajuda demais também, sabe? Em questão de olhar a minha filha, financeiramente também. É muito legal. Às vezes, eu tô muito apertada e ela ‘Talita, vai lá, a farmácia tá aberta, pode ir lá buscar o que você precisar’ sabe? Eu tenho a minha madrinha que me ajuda muito. Me ajuda financeiramente, me ajuda olhando a minha filha, sabe? Então minha rede de apoio, graças a Deus, da minha família é muito grande. (Talita)

Destacamos a participação de renda das avós (mães das participantes) em gastos despendidos aos netos. Em alguns casos, como Lavínia, sua mãe é a fonte primária de assistência, a chefe da família, portanto. Em famílias pobres esta é uma realidade recorrente, havendo tendência em sobrecarregar econômica e emocionalmente a avó, mãe da mãe, em grande parte dos cenários (Hines, 1995; Lima, 2021; Santos, 2022).

A maioria das participantes moram junto com suas mães e outros membros familiares que integram a unidade familiar ampliada (irmãos, tios e padrastos também estão presentes nos lares). Em famílias pobres, a estrutura familiar ao longo dos estágios do ciclo de vida é comumente uma família de “progenitor único” (Fulmer, 1995, p. 479), como é o caso das participantes da pesquisa. Com esse apontamento, o Fulmer (1995) afirmou que a unidade familiar é, na verdade, uma rede ampliada composta por três ou

quatro gerações, em que a figura da avó materna (na maioria dos casos) é a responsável pelos cuidados com os netos, enquanto as mães trabalham fora de casa. Esse cenário pôde ser observado no sistema familiar de Lavínia, Talita e Elen.

Interessante salientar que as participantes que contam com auxílio financeiro de membros familiares que constituem suas respectivas redes de apoio, não se encontraram na mesma situação de vulnerabilidade socioeconômica que as demais. Elen, Talita e Alice possuem redes de apoio compostas por mais de uma pessoa da família, que não necessariamente residem no mesmo domicílio e que auxiliam financeiramente em despesas diversas, com recorrência.

O mesmo não acontece com Lavínia e Aurora, que enfrentam a instabilidade econômica intensificada desde o nascimento de seus filhos. Estas possuem redes de apoio frágeis, e poucos recursos financeiros. Lavínia conta com o auxílio (financeiro) da mãe aposentada, principal responsável pela casa, e Aurora não tem ajuda/auxílio de nenhum membro da família: *O que aconteceu é que eu ganhei cesta básica das pessoas. Ganhei dinheiro pra comprar frutas, coisas que o meu filho precisava, leite. Então foram seis meses (...). As pessoas batiam na minha porta para poder dar as coisas pra nos ajudar.* (Aurora).

Notamos que a importância da rede de apoio é, também, financeira, ainda que existam apoios sociais que visem à garantia de direitos às cidadãs mães por meio de programas de transferência de renda⁸. No entanto, isso não garante que todas as mulheres mães solo serão contempladas com o auxílio desses programas.

A rede social pessoal, enquanto recurso de sobrevivência e identidade, oferta apoio emocional, simbólico, instrumental e financeiro (Sluzki, 2006). Através desse olhar

⁸ Destacamos aqui os programas de transferência de renda de ordem federal (Bolsa Família) ou estadual referente ao Estado de Goiás (Mães de Goiás), que algumas das participantes da pesquisa relataram ser beneficiárias.

acerca das interações das redes sociais significativas, destacamos que Lavínia e Aurora compartilharam que receberam doações comunitárias em mais de uma ocasião, e o quanto elas foram importantes para seus meios de sobrevivência em diferentes quesitos (alimentação, roupas, fraldas). Quando as redes estão reduzidas ou frágeis, como no caso das participantes citadas acima, há o aumento da vulnerabilidade psicológica e social. Os programas citados no parágrafo anterior e as doações vindas de membros da comunidade podem ser compreendidos enquanto agentes dessas redes sociais, mas são redes insuficientes e, por vezes, descontinuadas.

Em famílias de baixa renda a importância dos relacionamentos na rede familiar consegue ser ainda mais significativa se comparada às famílias de classe média. A rede familiar é mais necessária e deve ser mais forte para garantir a sobrevivência dos membros (Fulmer, 1995). Hines (1995) indica que, em famílias negras pobres, a interdependência emocional e financeira é ainda maior. A história das mulheres pobres no Brasil reflete que elas sempre se ajudaram, e ao fazerem parte do “matriarcado da pobreza”, evitam com que a degradação fosse ainda mais significativa em suas condições de vida (del Priore, 2020, p. 211).

As famílias pobres são componentes de uma população necessitada de variados recursos, segundo Hines (1995). Por essas famílias, são traçadas “estratégias adaptativas às condições de pobreza” (Fulmer, 1995, p. 479), mas que, muitas vezes, são insuficientes para assegurar a dignidade em vida. A vigência de um sistema social excludente, pautado na dominação de classe, raça e gênero, atua a corroborar a vulnerabilização e marginalização de pessoas pobres. Esta, no contexto brasileiro atual (e histórico), é imposta, em sua grande maioria, às pessoas negras (Gonzalez, 2020), e originárias da colonização e do sistema escravocrata (Lima, 2021). Em um recorte familiar, há um

crescimento substancial, nos últimos anos, de lares chefiados por mulheres negras, em configuração monoparental (DIEESE, 2023; IBGE, 2024a).

As estruturas racistas e classistas historicamente forjadas violentam cotidianamente, via opressão racial e econômica, as vidas, relações e corpos com base na raça e classe (Gonzalez, 2020). A maior parte da população do Brasil é negra, composta por pretos/as (10,6%) e pardos/as (45,3%; IBGE, 2024b). Quanto às desigualdades sociais, as pessoas negras ou pardas ocupam os maiores índices associados à pobreza (IBGE, 2024). A pobreza pode “obrigar a família mais sadia a dar-se por vencida, especialmente quando existem aspectos societais que servem para mantê-la numa posição de miséria e impotência” (Hines, 1995, p. 442).

A solidariedade impulsiona e fortalece essas famílias no seguimento da vida, apesar das diversas manifestações de escassez. Em especial as famílias negras podem apresentar considerável capacidade de ressignificação, em seus respectivos (e particulares) processos de resiliência (Costa & Rosa, 2021). Esse movimento também é impulsionado por atitudes solidárias entre as pessoas que nutrem afetos em comunidade, sendo familiares ou não.

A transmissão geracional nos processos de superação das diversas manifestações de racismo impacta os “simbolismos associados a mulheres negras e de significados compartilhados em manifestações negras” (Prestes & Paiva, 2016, p. 682). “Ser forte” enquanto característica associada às mulheres negras, como apontado anteriormente, “pode ser compreendido como uma escolha, como necessidade ou ainda como exigência contingente ao panorama de múltiplas adversidades” (Prestes & Paiva, 2016, p. 682). A crença familiar é, assim, construída, afinal: são entendimentos e/ou premissas duradouros tomados enquanto uma verdade (Dallos, 1991). Há um componente emocional nas

crenças familiares, bem como cultural (Dallos, 1991), espaços estes onde se localiza o racismo (sofrido e reforçado, respectivamente).

Identificamos também recursos extrafamiliares, como indicado por Hines (1995), encontrados pelas famílias. São espaços e/ou instituições que atuam enquanto fonte de auxílio cotidiano às mulheres e suas vivências na maternidade. Nesse sentido, entendemos a creche enquanto serviço essencial para as mães solo que participaram da pesquisa. A creche desempenha papel de proteção, cuidado e alimentação, frente aos contextos de pobreza e escassez: *“ontem eu falei pra minha mãe: ‘mãe, meu deus do céu, amanhã não tem creche, não tem uma fruta pra comer, não tem uma bolacha aqui em casa!’”* (Lavínia).

A adaptação no ambiente de trabalho enquanto uma rede de apoio possível foi um ponto destacado apenas por Talita: *“Aqui no trabalho mesmo: ali tem um tapetinho da minha filha. Porque, de vez em quando, eu venho e eu trago ela, se ela acorda ou ela não quer ficar no tapetinho, um dos meus patrão pega ela pra me dar liberdade de fazer alguma coisa. Até aqui eu tenho uma rede de apoio!”*.

Identificamos que as redes sociais que fazem parte do conjunto de laços interpessoais dessas mulheres e mães são fontes de apoio, portanto. Para além da família e, também, ao considerá-la, relações de trabalho e amizade, integração comunitária e práticas sociais são capazes de ajudar as mães (e seus/suas filhos/as), promovem bem-estar, possibilitam mudanças e novas construções identitárias (Sluzki, 2006). Todos esses são elementos que integram aspectos psicossociais e, ao considerarmos a saúde mental dessas mães e suas possibilidades de enfrentamento aos desafios da maternidade solo, são contextos que precisam ser considerados por exercerem influência direta em suas vidas.

Destacamos a importância dos laços familiares – e/ou solidariedade familiar, como Charles et al. (2008) referem – e comunitários que circundam as relações e vidas

das mulheres participantes. Como indicado em outros momentos da pesquisa, o isolamento e estresse financeiro são fatores de risco proeminentes para famílias que enfrentam adversidades (Hawley, 2013). O apoio solidário, financeiro e estrutural que as participantes conseguiram localizar em outras pessoas e espaços foi e é fundamental para que elas enfrentem limitações e dificuldades impostas em suas maternidades solas e possam caminhar de encontro a vidas possíveis, sendo protagonistas e podendo exercer a escolha de como viver suas relações (inclusive na maternagem).

É notável que as mulheres desenvolveram atitudes resilientes diante das adversidades que compõem suas respectivas maternidades solo. Para Walsh (2016), resiliência é a capacidade de se recuperar e suportar desafios durante a vida. No caso de Aurora, por exemplo, a resiliência se estende para outros campos da vida, para além da maternidade e também ao considerá-la:

“eu pus uma criança no mundo pra sofrer!” eu pensava desse jeito, sabe (...) Aí um dia eu ganhei, eu ganhei o curso (técnico) que eu faço. Então, aí quando eu comecei a fazer o curso, nossa, eu achei tão difícil porque... Eu tenho que conciliar tudo, né? Você ter cabeça ali pra poder fazer. Aí eu olhava pro (nome do filho), até hoje eu olho pra ele e falo assim, “é, daqui a pouco a mamãe vai vencer, vai vencer!”, porque, assim, eu fico muito ausente, né? (Aurora)

A resiliência familiar é um termo trabalhado por Walsh (2006), a partir da noção de *coping* e processos adaptacionais da família enquanto uma unidade funcional. Desse modo, mesmo diante de eventos adversos, inesperados e/ou de crise, a ação da resiliência é um processo ativo de resistência, que atua no desenvolvimento e identificação de recursos e respostas diante dos desafios enfrentados. A resiliência é o processo de acessar recursos pessoais e coletivos, por intermédio de elementos como: autonomia, sentido de

vida, otimismo e autoconfiança (Costa & Rosa, 2021). Assim, diante de adversidade(s), a recuperação e o crescimento pessoal positivo são possibilitados (Walsh, 2016).

Os relatos das participantes indicam que a resiliência foi influenciada por suas redes relacionais via relações familiares, ao identificarem recursos potenciais e contribuições positivas, bem como é destacado por Walsh (2016). O processo de construção da relação entre mãe e filho(s) enquanto potência transformadora da vida (pessoal e familiar) é um exemplo desse cenário. A circunstância de abandono anterior a que as mulheres foram submetidas desencadeou dificuldades e sentimentos diversos (n)às participantes que não as resumem atualmente. Elas lembraram os episódios adversos que enfrentaram e como se sentiram, mas verbalizaram também que a relação construída com os filhos é significativa para elas. O afeto é elemento fundamental nesse cenário e contribui(u) para que essas mulheres conseguissem desenvolver estratégias criativas para dar continuidade a vida, em novos lugares e, talvez, novos papéis:

Meu filho ele é uma criança incrível. Nossa, ele é alegre, amoroso (...) eu aprendi a dar carinho, a receber carinho através dele. Então, foi onde eu comecei a fazer sentido de tudo e aí eu comecei a ter mais vontade ainda de correr atrás de segurança, estabilidade pra nois. (Aurora)

Ela me renovou, me fez mais madura, me fez enxergar as coisas, amadurecer, ter amor, minha alegria ela. (Lavínia)

Eu me sinto guerreira do mesmo jeito. Porque tô sempre tentando dar do bom e do melhor pra minha filha, mesmo na falta, do que faltou (do progenitor), sabe...

(Elen)

Considerações Finais

Ao caminhar para a finalização desta pesquisa, é importante destacar que as problemáticas vividas pelas participantes enquanto mães solo são entendidas por nós

como expressões de violência, fortalecidas em um sistema patriarcal-racista (Gonzalez, 2020). Defendemos a relevância em nomear essa dinâmica como violenta, visto que pode ser sutil a muitos olhares, o que pode(ria) auxiliar a explicar a incipiência de pesquisas relativa à temática no Brasil, sendo tão frequente a chefia feminina dos lares via maternidade solo (DIEESE, 2023). Contudo, são violências reforçadas no cotidiano dessas mulheres que sozinhas (e com suas respectivas redes de apoio) buscam meios de cuidar e manter um projeto de família que, um dia, fora pensado a dois, mas cuja manutenção diária não contou com a ação conjunta.

As entrevistas e o processo de entrar em contato com as experiências narradas das vidas das participantes, nos permite afirmar que esse formato de monoparentalidade feminina é mais uma expressão das violências e opressões de gênero. São violências às mulheres mães, a partir de mais uma manifestação do patriarcado que imputa às mulheres o “dar conta”. Em um contexto de desigualdades sociais (raciais, de gênero e econômicas), as mulheres são direcionadas a ocupar espaços de maior vulnerabilidade. Ainda assim, elas conseguem subverter o lugar da não-escolha imputado à maternidade solo em razão de um pai que optou por ser ausente e, enfim, escolher ao insistir em uma maternidade possível, ainda que perpassada por abandonos.

A resiliência é fundamental para a sobrevivência de mulheres mães solo e suas famílias. No caso das participantes da pesquisa, notamos expressões de resiliência a partir do desenvolvimento de alternativas de resistência à solidão e à sobrecarga materna, via laços familiares (Costa & Rosa, 2021) com, principalmente, outras mulheres. Notamos as funções fundamentais exercidas pelas mães, irmãs, tias das participantes, e por prestadoras de serviço (babás, professoras, cuidadoras nas creches). Esse dado nos remete à potência que reside no encontro de ações empáticas e solidárias, bem como à força desse apoio entre as mulheres. Ressaltamos, contudo, que esses elementos por si só não dão

conta de cessar a privação de direitos de existência, bem como de recursos financeiros, visto que reforçam (ainda mais) o papel social das mulheres associado ao cuidado.

O desenvolvimento da pesquisa nos remeteu a faltas ao considerar a ausência paterna e também para além dela. A existência de psicólogos/as no contexto da saúde pública é necessária, bem como atuações interventivas pautadas em perspectivas de prevenção e promoção de cuidados em saúde mental, para além de atuações psicopatologizantes, que considerem os determinantes sociais em saúde e as desigualdades sociais com base na raça, classe e gênero. Profissionais de diferentes setores, dentro do próprio serviço público em Unidades Básicas de Saúde e hospitais, podem minorar os impactos adversos que as mulheres viveram e sentiram nos diferentes momentos de solidão (seja no momento no parto ou no puerpério).

A necessidade de um cuidado intersetorial personalizado no setor público que atenda às demandas específicas das mães solo demanda maior atenção para o direcionamento da construção de políticas públicas que garantam direitos básicos como moradia, renda, alimentação para essas mulheres e suas famílias. Constatamos, em nossa pesquisa, que os períodos mais críticos enfrentados, inclusive com privação de recursos emocionais e financeiros, foram aqueles após o nascimento dos filhos das participantes. Nesse período, as mulheres vivenciaram o desamparo, que somente não foi intensificado devido à ação familiar e comunitária.

Falamos dessas faltas, visto que, se elas se mantiverem conservadas em práticas indiferentes às realidades plurais das mulheres, se tornarão mais uma manifestação violenta contra as mães solo. São violências simbólicas e institucionais que perpetuam a crença de que todas as mulheres que são mães dividem as mesmas oportunidades e vivências.

Como as funções maternas são concebidas em nossa sociedade enquanto naturais

para as mulheres, a tendência é uniformizar experiências e desconsiderar aspectos raciais e de classe, em um sistema de desigualdades historicamente construído e (ainda) reforçado nos dias atuais. Desafios, privações e adoecimentos são, assim, mascarados ou lidos enquanto comuns, minimizando as várias repercussões que apresentam nas vidas das mulheres mães. Afinal, dentro do próprio campo da maternidade solo, observamos a heterogeneidade de possibilidades e experiências.

Por se tratar de uma pesquisa sobre maternidade, consideramos que o tema pode evocar nas participantes os ideais culturais acerca do que se espera de mulheres que são mães. Uma das limitações da pesquisa reside nessa questão, visto que as experiências podem ter sido narradas de forma a minorar a possibilidade de julgamentos e estereótipos externos vinculados à maternidade solo. Tendo em vista que o modo como o casal vivenciou a conjugalidade influencia em como eles desempenham a parentalidade e a coparentalidade (Silva & Lopes, 2012), pensamos que poderíamos também ter explorado o histórico relacional das mulheres com os pais de seus/suas filhos/as a partir das entrevistas. Uma especificidade a ser considerada é a localidade de realização da pesquisa, pois como se trata de Unidades Básicas de Saúde da Família localizadas em um contexto específico, temos que considerar as fragilidades deste local (cidade interiorana e sua cultura, bem como os recursos financeiros e intersetoriais que esta possui). Ainda assim, as limitações podem atuar enquanto ponte de contribuição para outras pesquisas, a fim de trabalhar a maternidade solo em outros contextos, com outras mulheres, em outras regiões e situações e, inclusive, pensar em intervenções no campo da psicologia (em contextos clínicos ou comunitários, por exemplo) com mulheres que são mães solo e suas famílias.

Estudos como o presente visibilizam as narrativas de mulheres diante do abandono sofrido, de suas histórias de recomeços (e) a partir da maternidade solo. Esperamos

contribuir para a construção de cuidados no campo da psicologia e da saúde mental dessas mulheres e de suas famílias, bem como à política de direitos das mulheres que são mães, que vivenciam a jornada da maternidade solo mesmo diante de lutos, solidão e desamparo.

Referências

- Ahrons, C. R. (2014). Divorce: An unscheduled family transition. In M. McGoldrick, B. Carter & L. Garcia-Preto (Orgs.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4. ed.; pp. 290–304). Pearson.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Anderson, C. M. (2016). A diversidade, pontos fortes e desafios das famílias monoparentais. In F. Walsh, *Processos normativos da família* (4. ed.; pp.164–187). Artmed.
- Badinter (1985). *Um amor conquistado – O amor materno*. Nova Fronteira.
- Barbosa, C. F., Pires, E. O., & Di Gregório, M. F. A. (2023). Mães solo: Disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. *ODEERE*, 8(2), 19–40. <https://doi.org/10.22481/odeere.v8i2.13341>
- Borges, L. (2020). Mãe solteira não, mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, 1(1), 1–23. <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>
- Boss, P. (1999). *Ambiguous loss: Learning to live with unresolved grief*. Harvard University Press.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M. & Strey, M. N. (2015). Os Papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a05.pdf>

- Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. Jason Aronson.
- Brasil. (2011). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes* (1. ed.).
- Brasil. (2019). *Boletim 7 – Mulheres no SUAS-2: Metade das mulheres que são responsáveis familiares recebem o benefício do Programa Bolsa Família e 7,3% recebem o Benefício de Prestação Continuada*. Ministério do Desenvolvimento Social. <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/03/Boletim-7-Mulheres-no-SUAS-2-1.pdf>
- Brasil. (2024b). *Informe Ministério da Igualdade Racial (MIR) - Monitoramento e avaliação - nº. 3 - Edição Censo Demográfico 2022*. <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf>
- Brasil. (2024a, 8 de março). *Dia 08 de março: As mulheres no Sistema Único de Assistência Social*. Blog Rede SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://blog.mds.gov.br/redesuas/dia-08-de-marco-as-mulheres-no-sistema-unico-de-assistencia-social/>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2),77–101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. In H. Cooper (Ed.), *APA Handbook of research methods in psychology: Vol. 2. Research designs* (pp. 5–71). APA.

- Braun, V., & Clarke, V. (2020). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling and Psychotherapy Research, 21*(1), 37–47. <https://doi.org/10.1002/capr.12360>
- Braun, V., & Clarke, V. (2023). Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be(com)ing a *knowing* researcher. *International Journal of Transgender Health, 24*(1), 1-6. <https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2129597>
- Campos, P. A., & Féres-Carneiro, T. (2021). Sou mãe: e agora? Vivências do puerpério. *Psicologia USP, 32*, 1–9. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200211>
- Cardoso, L., & Filice, R. C. G. (2024). Violência e autodefinição de mulheres negras em insubmissas lágrimas de mulheres, de Conceição Evaristo. In C. O. Alves et al. (Orgs.), *Psicologia e relações étnico-raciais: Diálogos interdisciplinares para o presente-futuro* (pp. 33–56). Tecnopolitik.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo da racialidade: A construção de um outro como não ser como fundamento do ser*. 1ª ed, Zahar.
- Carrera, F., & Carvalho, D. (2020). Algoritmos racistas: A hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. *Galaxia, (43)*, 99–114. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020141614>
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed.). Artmed.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. In L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (pp. 25–37). Artmed.
- Charles, N., Davies, C. A., & Harris, C. (2008). *Families in transition: Social change, family formation and kin relationships*. The Policy Press.

- Conselho Nacional de Saúde. (2012, 12 de dezembro). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Ministério da Saúde.
<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016, 7 de abril). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Ministério da Saúde.
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Costa, T. S., & Rosa, L. A. (2021). Compreensões sobre a construção subjetiva de mulheres negras. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, 13(38), 22–45. <http://dx.doi.org/10.31418/2177-2770.2021>
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens* (3. ed.). Penso.
- Cunha, A. C. B., Eroles, N. M. S., & Resende, L. M. (2020). “Tornar-se mãe”: Alto nível de estresse na gravidez e maternidade após o nascimento. *Interação em Psicologia*, 24(3), 279–287.
<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/62768/42626>
- Dallos, R. (1996). *Sistemas de creencias familiares: Terapia y cambio*. Paidós.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- del Priore, M. (2020). *Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000*. Planeta.

- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2023). *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. DIEESE. <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>
- Diotto, N., & Soares, E. (2022). *Perspectivas feministas no judiciário: Desafios enfrentados pelas mães nas ações de família* [Apresentação de trabalho]. 18º Seminário internacional: Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rio Grande do Sul, Brasil. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/22233>
- Eakin, J. M. (2016). Educating critical qualitative health researchers in the land of the randomized controlled Trial. *Qualitative Inquiry*, 22(2), 107–118. <https://dx.doi/10.1177/1077800415617207.qix.sagepub.com>
- Falcke, D., & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Coord.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25–46). EDIPUCRS.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora.
- Fulmer, R. H. (1995). Famílias de baixa renda e famílias com formação profissional: Uma comparação da estrutura e do processo de ciclo de vida. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed.; pp. 468–496). Artmed.
- Garcia, C. F. M., Guerra, J. S., Nunes, W. M., & Santos, H. M. F. (2023). Mãe solo: Saúde mental, estigma, patriarcado e poder. *Brazilian Journal of Education*, 1(2), 60–75. <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2023.V1N2-05>

- González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano ensaios, intervenções e diálogos* (1. ed.). Zahar.
- Goodrich, T. J. (2003). A feminist family therapist's work is never done. In L. B. Silverstein & R. J. Goodrich (Orgs.), *Feminist family therapy: Empowerment in social context* (pp. 3–6). APA. <https://doi.org/10.1037/10615-000>
- Grzybowski, L. S. (2011). Ser pai e ser mãe: Como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio? In A. Wagner et al. (Orgs.), *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (pp. 105–115). Artmed.
- Hawley, D. R. (2013). The ramifications for clinical practice of a focus on family resilience. In D. S. Becvar (Ed.), *Handbook of family resilience* (pp. 31–50). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3917-2>
- Hines, O. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed.; pp. 440–467). Artmed.
- Hoffman, L. (2006). A reflexive stance for family therapy. In S. McNamee & K. L. Gergen (Eds.), *Therapy as Social Construction* (pp. 7-24). SAGE Publications.
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. (2022). *Indicadores IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Terceiro Trimestre de 2022*. IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_3tri.pdf
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. (2024a). *Censo demográfico 2022 - Composição domiciliar e óbitos informados, Resultados do universo*. <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Composicao%20domiciliar%20e%2>

0obitos%20informados%20-%20Resultados%20do%20universo%20-%2020241024.pdf

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. (2024b, 14 de novembro). *Painel Cor ou Raça*. <https://www.ibge.gov.br/painel-cor-ou-raca/>

Ito, R., Conceição, M. I. G., & Silva, I. M. da. (2019). Conjugalidade ontem e hoje. In C. Antloga, K. T. Brasil, S. R. Lordello, M. Neubern & E. Queiroz (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea - Volume 4* (pp. 53–70). Technopolitik.

Lima, A. C. B. (2023). *Maternidade 'solo', decolonialidade e modos de subjetivação* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54320>

Lima, T. A. (2021). “Mãe solo é mãe sozinha”: *tecendo vivências de mães negras, em Fortaleza – CE e região metropolitana* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira]. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63971/3/2021_dis_talima.pdf

McGoldrick, M. (2014). Women and the Family Life Cycle. In M. McGoldrick, B. Carter, & L Garcia-Preto (Eds.), *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4^a ed.; pp. 46-62). Pearson.

McGoldrick, M., & Gerson, R. (1995). Genetogramas e o ciclo de vida familiar. In B. Carter & M. McGoldrick, M. (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed.; pp. 144–166). Artes Médicas.

McGoldrick, M., Carter, B., & Garcia-Preto, N. (2014). Self in context: Human development and the individual life cycle in systemic perspective. In M.

- McGoldrick, B. Carter, & L Garcia-Preto (Eds.): *The expanded family life cycle: Individual, family, social perspectives* (4ª ed.; pp. 21-44). Pearson.
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar* (3. ed). Artmed.
- McNamee, S., & Gergen, K. L. (2006). *Therapy as social construction*. SAGE Publications.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56(2), 289–302.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.2307/1129720>
- Minuchin, P., Calapinto, J., & Minuchin, S. (2007). Working with families of the poor (2. ed.). The Guilford Press.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento & tratamento*. Artmed.
- Minuchin, S., Lee, W.-Y., & Simon, G. M. (2008). *Dominando a terapia familiar*. Artmed.
- Minuchin, S., Nichols, M. O., & Lee, W. (2011). *Evaluación de familias y parejas: Del síntoma al sistema*. Paidós.
- Mizael, T. M., Barrozo, S. C. V., & Hunziker, M. H. L. (2021). Solidão da mulher negra: Uma revisão da literatura. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, 13(38), 212–239.
<https://dx.doi.org/10.31418/2177-2770>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49–55.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A terapia feminista da família: Por uma psicologia comprometida. *Psicologia Clínica*, 19(2), 117-131.
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v19n2/a09v19n2.pdf>
- Nascimento, A. M. V. S., Martins, D. M., B., Bonfim, C. B., & Bernardo K. J. C. (2022). Maternidade solo e interseccionalidades: Práticas de cuidado no contexto da atenção básica. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4393.
<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2022.e4393>
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar conceitos e métodos* (7. ed). Artmed.
- Pachá, P., & Moreira, L. V. de C. (2022). Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. *Synesis*, 14(1), 162–179.
<https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/2127/3261>
- Parker, L. (2003). Bringing power from the margins to the center. In L. B. Silverstein & T. J. Goodrich (Eds.), *Feminist family therapy: Empowerment in social context* (pp. 225–238). Haworth Press.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3. ed.). Sage Publications.
- Penso, M A. & Costa, L. F. (2010). Os Processos de Transmissão Geracional e a Compreensão Sistêmica de Diferentes Problemáticas. *Revista Brasileira de Terapia de Família*, 2(1), 25-37. <https://doi.org/10.60114/rbtf.v2i1.112>
- Penso, M. A., Costa, L. F. & Ribeiro, M. A. (2021). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In: M. A. Penso & L. F. Costa, A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção (pp. 9-23). Summus.

- Piccini, C. A., Gomes, G., Nardi, T., & Lopes, R. S. (2008). Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 63–72.
<https://www.scielo.br/j/pe/a/dmBvk536qGWLgSf4HPTPg6f/?format=pdf&lang=pt>
- Prestes, C. R. S., & Paiva, V. S. F. (2016). Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: Vulnerabilidades, direitos e resiliência. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 673–688. <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162901>
- Raiher, A. P. (2016). Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. *Informe Gepec*, 20(1), 116–128. <https://doi.org/10.48075/igepec.v20i1.13531>
- Santos, A. C. D. (2022). *A experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do Centro de Referência em Assistência Social* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN.
<https://repositorio.ufrn.br/items/83410e42-895a-4154-bcf9-853f9a821aa1>
- Santos, L. M. T. D. (2020). *Repercussões da maternidade solitária na insegurança alimentar domiciliar, na saúde mental e na qualidade de vida entre mulheres em situação de pobreza* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40908>
- Santos, P. R. dos, Santos, P. R. dos, Brandão, A. P. S., & Andrade, M. I. de. (2024). Análise do perfil de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil no período de 2019-2023. *Revista FT*, 28(139), 225–238.
<https://doi.org/10.69849/revistaft/th102410300928>
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

- Silva, I. M., & Lopes, R. C. S. (2012). As relações entre os subsistemas conjugal e parental durante a transição para a parentalidade. *Pensando Famílias*, 16(1), 69–90.
- Sluzki, C. E. (2006). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas* (3ª ed). Casa do Psicólogo.
- Soares, G. S., & Pereira, A. C. C. (2022). Possibilidades de criação monoparental feminina em contexto de vulnerabilidade social. *Conjecturas*, 22(8), 512–536. <https://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1235>
- Souto, K., & Moreira, M. R. (2021). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde Debate*, 45(130), 832–846. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113020>
- Souza, K. N., Silva, A. V., & Ferreira, R. (2023). “Pra nós que somos negras, tudo é mais difícil”. Cartografia de uma mulher negra em sofrimento psíquico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 33, 1–21. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202333070>
- Souza, L. K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: Conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>
- Terry, G., Hayfield, N., Clarke, V. & Braun, V. (2017). Thematic Analysis. In: C. Willig & W. Stainton-Rogers, *The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology* (pp. 17-37). SAGE.
- Thurler, A. L. (2009). *Em nome da mãe: O não reconhecimento paterno no Brasil*. Mulheres.
- Walsh, F. (2006). *Strengthening family resilience* (2. ed.). Guilford.

- Walsh, F. (2016). Family Resilience: Strengths Forged Through Adversity. In F. Walsh, Normal Family processes: growing diversity and complexity (4^a ed.; pp. 399-427). The Guilford Press.
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A experiência da coparentalidade na guarda compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(57), 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>
- Wendt, N. C., & Crepaldi, M. A. (2008). A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 302-310. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200008>
- Zanello, V. (2016). Dispositivo materno e processos de subjetivação: Desafios para a Psicologia. In V. Zanello & M. Porto (Orgs.), *Conselho Federal de Aborto e (não) desejo de maternidade(s): Questões para a Psicologia* (pp. 103–122). CFP.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1^a ed.). Appris.

Considerações Finais

O desenvolvimento dos três principais estudos, parte e produto deste processo de doutoramento, buscou trabalhar as maternidades solo de mulheres brasileiras. A construção de uma pesquisa que destaca o protagonismo feminino frente a um cenário de abandono, incerteza e quebra de confiança determinada por ex-companheiros, se posiciona ao, intencionalmente, buscar contribuir (e reconhecer) para perspectivas emancipatórias de mulheres em situações similares.

As pesquisas nos conduziram a entender que diante de uma cultura machista e patriarcal, que fomenta as desigualdades de gênero nas relações heterocisnormativas, há restrições das condições de vida de mulheres que se tornam mães solo, em decorrência da escolha do homem que é pai em se ausentar da parentalidade. Entendemos que, quando os homens se ausentam da dinâmica parental que um dia fora planejada a dois e se tornam pais inalcançáveis e/ou indisponíveis para as responsabilidades parentais e co-parentais, há a expressão de uma violência de gênero contra as mulheres. Nesse movimento, elas foram colocadas em situação de vulnerabilidade de diferentes ordens: afetiva, econômica e social. Sentimentos de solidão foram relatados por todas as participantes, bem como privações financeiras e empobrecimento da vida cotidiana, a partir de uma monoparentalidade que não fora planejada e inicialmente não passou por um processo de escolha da(s) mulher(es). Em especial, considerando-se que a monoparentalidade feminina é historicamente alvo de preconceitos e estereótipos que buscam desvalorizar as experiências dessas mulheres (na maternidade e para além dela).

Em uma pesquisa que busca compreender a monoparentalidade feminina a partir de um cenário específico (o rompimento de um combinado e a responsabilização exclusivamente feminina pelo cuidado), é importante destacar, sempre que possível, que esse é um dentre os vários caminhos que podem conduzir a mulher à monoparentalidade.

Realizamos esse movimento a fim de evitar a ideia de que todas as mães solo têm as mesmas condições de vida e igualdade de recursos e possibilidades disponíveis. Também destacamos a importância de considerar os atravessamentos raciais e de classe. São as histórias e características das participantes da pesquisa que nos levam a pensar sobre quais contextos são alcançados pela terapia familiar, bem como entender e reconhecer as especificidades de cuidado às mulheres mães solo.

Três percursos metodológicos distintos compuseram a presente pesquisa (uma revisão narrativa de literatura, uma revisão de literatura do tipo integrativa e um estudo realizado a partir de entrevistas narrativas, construção de genograma e questionário sociodemográfico), ainda que com objetivos em exercício de diálogo. Ancorada no pensamento sistêmico novo-paradigmático e o construcionismo social, pensamos em um fazer na terapia de família feminista interseccional capaz de reconhecer a complexidade, as histórias e as relações de poder que situam a(s) maternidade(s) (solo) e suas relações com outras pessoas e instituições – bem como as ausências de relações.

Em razão da orientação qualitativa, é interessante recuperar que em pouco se concorda entre os/as pesquisadores/as qualitativos/as, mas há concordância quanto a relevância da subjetividade do/a pesquisador enquanto recurso de pesquisa (Braun & Clarke, 2023). Sem dúvidas há o atravessamento da maternidade nestas páginas. Um inicial tema de pesquisa pensado para o doutoramento (repensado e modificado), que acompanhou minha construção contínua na minha própria maternidade, enquanto psicóloga pesquisadora (e mãe) e ser humano em um mundo desigual. Estes são elementos que me remetem aos pensamentos processual, contextual e (principalmente) ao relacional que Vasconcellos (2019) associa ao pensamento sistêmico novo-paradigmático. Assim, “no sentido de estar necessariamente relacionado ao

sujeito/observador” (p. 158). Entendo que a condução da pesquisa se deu a partir de muitas relações, portanto.

Foram papéis que auxiliaram nas reconstruções subjetivas vividas e ressignificadas, e que se entrelaçaram durante o processo de desconstruções e construções da presente pesquisa. Atuaram no modo de entrevistar, acolher e compreender as participantes da pesquisa, tanto diante dos contatos estabelecidos quanto ao revisitar as transcrições, em articular com teorias e discussões que fossem sensíveis e ao mesmo tempo mantivessem um senso crítico nas análises propostas.

Deste modo o conhecimento e os significados construídos enquanto situados em um contexto específico, são, portanto, parciais, provisórios (Braun & Clarke, 2023). Entendemos o caráter “parcial” e “provisório” enquanto fundamental para uma temática como a que fora aqui trabalhada, vide a sua complexidade. Em acréscimo: o que é constante é a mudança, a evolução (Anderson & Goolishian, 2006). É preciso dar continuidade às provocações construídas, possibilidades recuperadas e denúncias realizadas.

No percurso da busca em compreender as experiências de mães solo, reconhecemos dinâmicas violentas relacionais perpetradas por homens que são pais, mas que escolheram e escolhem não cumprir as responsabilidades e obrigações paternas. A violência no cenário, não se finda no fenômeno, pelo contrário, abre espaço para que outras violências possam vir a ocorrer. Como recorda Thurler (2009), “o insulto sexista *filho da mãe* é uma fórmula popular que esconde a injúria sobre o que se pensa da mulher, genitora do interlocutor” (p. 66), discurso este que produz estereótipos sobre essas mulheres, e capaz de repercutir em toda a família.

A maternidade solo decorrente da ausência paterna trata-se de uma questão social naturalizada. As pesquisas nos auxiliaram a entender que no Brasil contemporâneo afeta

predominantemente mulheres negras e pobres (DIEESE, 2023; IBGE, 2024), e suas repercussões são ainda mais desafiadoras para as mulheres desses grupos, em razão das desigualdades sociais que fomentam o racismo e classismo em nossa sociedade. Ainda assim, os resultados dos estudos indicam que as “vivências de mulheres negras que emergem, resistem e se ressignificam num cotidiano opressor que as tenta anular, mas não consegue, jamais conseguirá” (Cardoso & Filice, 2024, p. 45). Acrescentamos que esse processo que as permite ressignificar é possibilitado na presença de outras pessoas, a partir das relações. Estas, a partir de sua presença e auxílio, atuaram para amenizar os sentidos construídos por elas e reforçados culturalmente nos sentimentos de perda e solidão. As participantes que se sentiram sozinhas diante da ocorrência da maternidade solo ressignificaram a escolha de ser (mãe só), dentro de suas possibilidades relacionais.

O vínculo da pesquisa a um Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, nos leva a almejar contribuir para que outros/as profissionais privilegiem as próprias vozes e experiências de seus clientes (e/ou pacientes, interlocutores), em um movimento que promova a justiça em relações gendradas e que incentive, ilumine práticas anti-patologizantes ao lidar com os impactos das questões sociopolíticas (Daneshpour, 2023) nas construções identitárias e relacionais dos seres humanos.

Enquanto terapeutas de família, é preciso auxiliar os clientes a desenvolver identidades de grupo múltiplas e dimensionais, o que proporciona flexibilidade em suas vidas, e também a se adaptarem em diferentes circunstâncias pelo caminho (McGoldrick & Hardy, 2019). Uma terapia de família que busca compreender como a sociedade define relações de raça, gênero, cultura e classe é fundamental para entender como todas as famílias e seus processos são estruturados e no caso da maternidade solo não seria diferente. Este movimento não é habitual, contudo, a autora e o autor indicam a relevância de o/a terapeuta ir de encontro as necessidades de diferentes pessoas, de diferentes

histórias de vida e culturas. Deste modo, ao discorrer sobre questões que dizem respeito às experiências de mulheres na monoparentalidade, entende-se que a saúde mental não é fenômeno isolado dentro desta discussão. A saúde mental ocorre mediada por interações entre os indicadores sociais como classe, raça, regionalidade, condições de vida, entre outros (Daneshpour, 2023).

Diante de uma cultura cuja tendência é tratar com normalidade a escolha do homem em ser ausente diante da paternidade (Zanello, 2018), tem-se como um importante desafio preservar (ou desenvolver) a coparentalidade na dupla parental, apesar da ruptura da relação conjugal (Weber et al., 2021). Ao considerar as limitações apontadas nos três estudos, pensamos na relevância de outras pesquisas irem de encontro aos possíveis desdobramentos da temática, com outras pessoas que, inclusive, compõem as dinâmicas das famílias monoparentais femininas ou até mesmo que explorem especificamente como se dão construções resilientes destas mulheres. Que o fazer científico se transforme em práticas interventivas a partir de construções dialógicas com as mulheres que são mães solo e suas famílias. São plurais as possibilidades de cuidado no campo dos saberes psicológicos críticos para/com as famílias monoparentais femininas e as subjetividades de todos os seus membros. Por fim, ressaltamos, a importância de psicólogos/as se atentarem e investigarem como as relações de dominação nas relações amorosas e parentais são construídas e impactam nos subsistemas familiares.

Referências

- Anderson, H., & Goolishian, H. (2006). The client is the expert: A not-knowing approach to therapy. In S. McNamee & K. L. Gergen (Eds.), *Therapy as social construction* (pp. 25-39). SAGE Publications.
- Braun, V., & Clarke, V. (2023). Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be(com)ing a *knowing* researcher. *International Journal of Transgender Health, 24*(1), 1-6. <https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2129597>
- Cardoso, L., & Filice, R. C. G. (2024). Violência e autodefinição de mulheres negras em insubmissas lágrimas de mulheres, de Conceição Evaristo. In C. O. Alves (Eds.), *Psicologia e relações étnico-raciais: Diálogos interdisciplinares para o presente-futuro* (pp. 33–56). Tecnopolitik.
- Daneshpour, M. (2023). Social justice and mental health: Linking societal and relational issues matters. *Eye on Psi Chi: The Magazine of the National Honor Society in Psychology, 27*(4), 32-34. <https://doi.org/10.24839/2164-9812.Eye27.4.32>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2023). *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho*. DIEESE. <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>
- IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo demográfico 2022 - Composição domiciliar e óbitos informados, Resultados do universo*. IBGE. <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Composicao%20domiciliar%20e%20obitos%20informados%20-%20Resultados%20do%20universo%20-%2020241024.pdf>
- McGoldrick, M. & Hardy, K. (2019). The Power of naming. In M. McGoldrick & K. V. Hardy (Eds.), *Re-visioning family therapy* (pp. 3-27). The Guilford Press

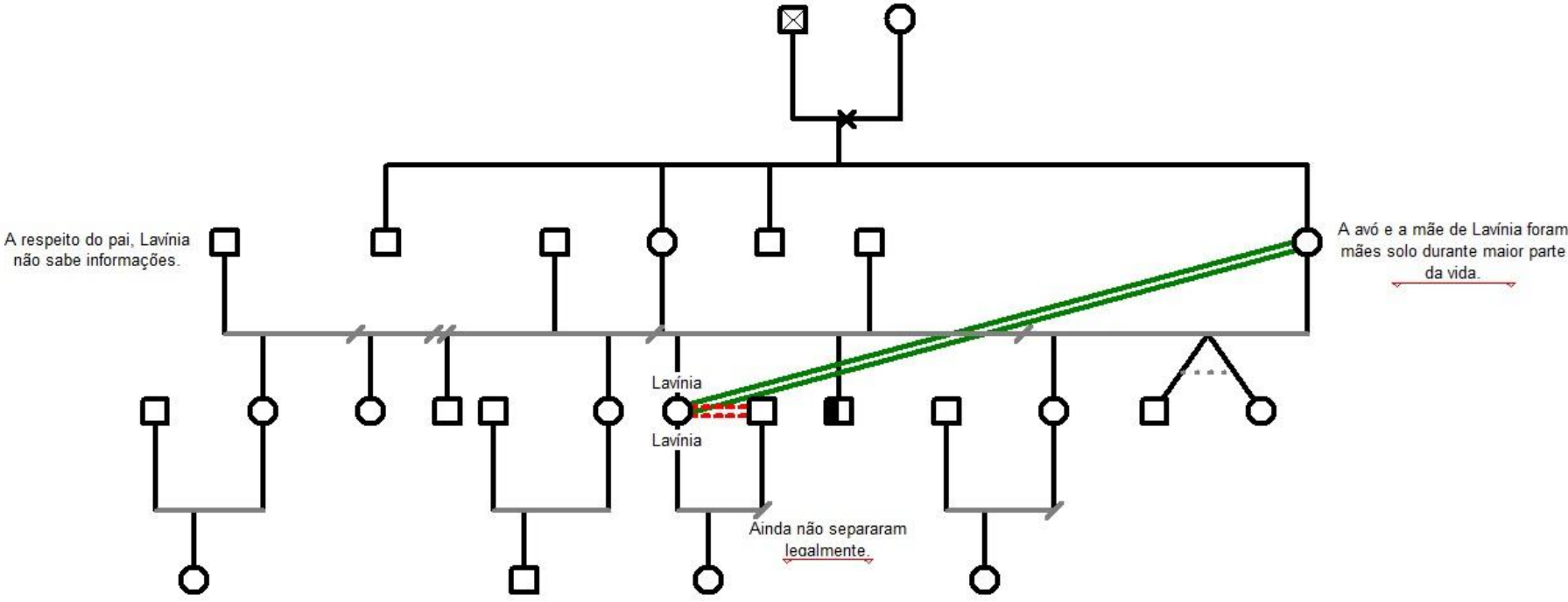
- Thurler, A. L. (2009). *Em nome da mãe: O não reconhecimento paterno no Brasil*. Mulheres.
- Vasconcellos, M. J. E. (2019). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência* (11ª Ed.). Papirus.
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A experiência da coparentalidade na guarda compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(57), 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1ª ed.). Appris.

Anexos

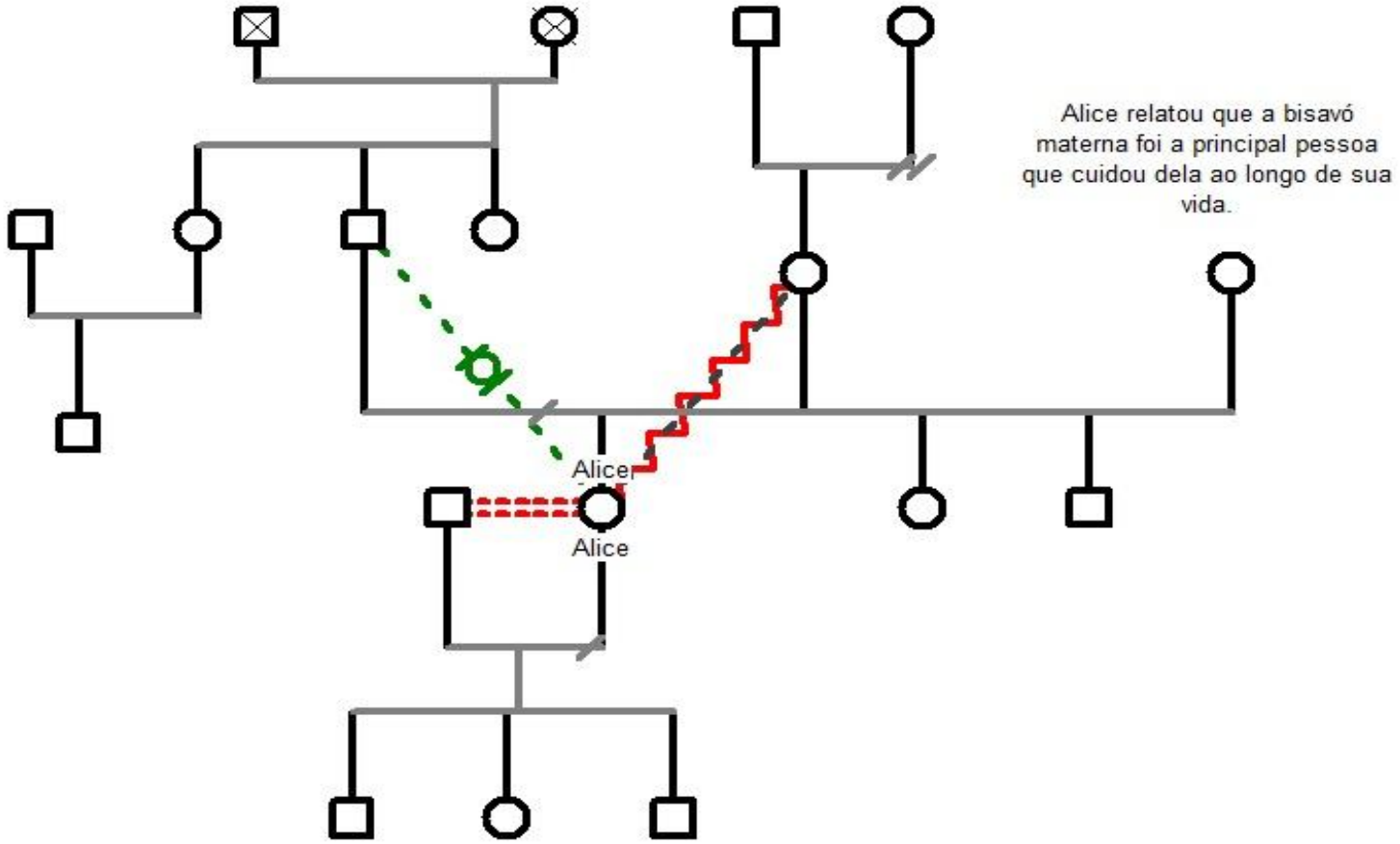
Anexo A - Roteiro das Entrevistas Narrativas

1. Como foi a sua história de se tornar mãe?
2. Como foi para você se tornar mãe?
3. Como você vê as transformações do bebê?
4. Como se transformou a sua relação com o bebê desde o nascimento até hoje?
5. E como você percebe sua vivência enquanto mulher?
6. E como você percebe sua vivência enquanto mãe solo?
7. O que você mais gosta de ser mãe? Quais dificuldades você enfrenta?
8. Caso mais de um/a filho/a: Quais são as principais diferenças entre primeiro e segundo filho? / Como foi para você se tornar mãe de um segundo filho?
9. Quem são as pessoas que mais te apoiam na sua maternidade? Quem são as pessoas que você pode contar como mãe?
10. Existem instituições/lugares que te apoiam enquanto mãe? Quais são elas?
11. Qual sua relação com o pai desse bebê? Você pode nos contar um pouco sobre a história de vocês dois?
12. Qual a participação desse pai na criação do bebê?
13. No que você e o pai do bebê concordam em relação a criação do bebê?
14. No que vocês discordam? Como vocês resolvem essas discordâncias?

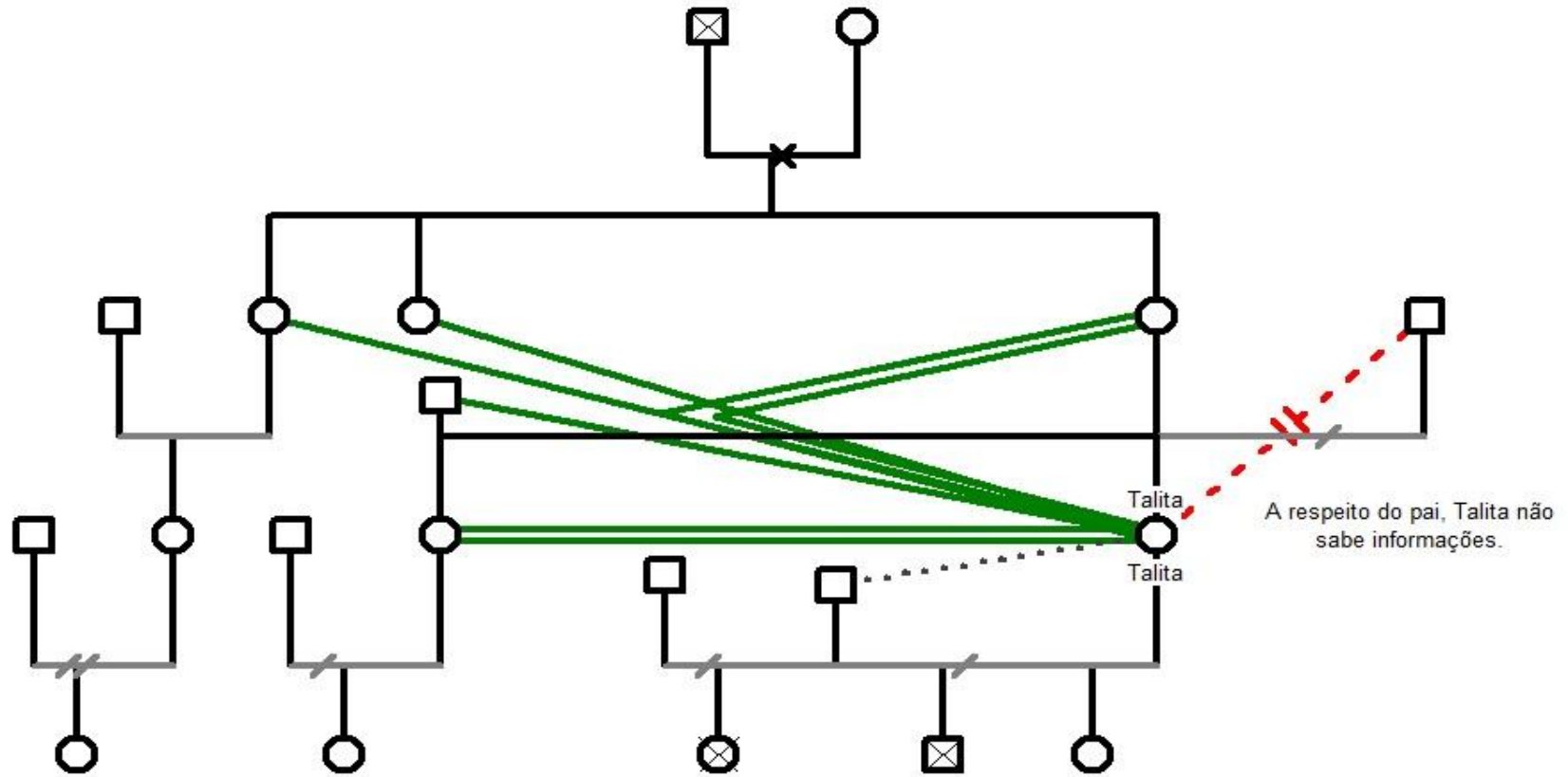
Anexo B - Genograma da Participante Lavinia



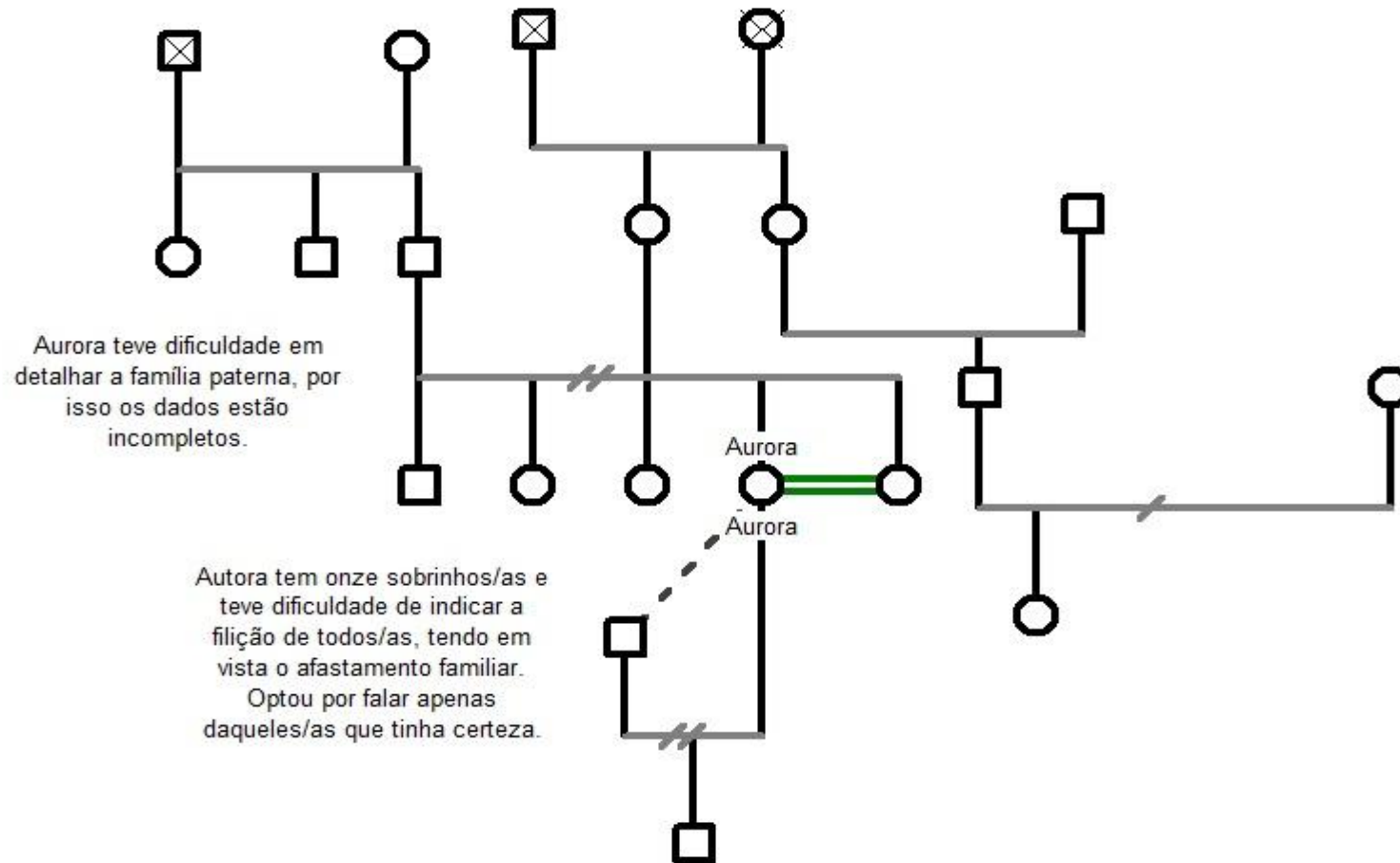
Anexo C - Genograma da Participante Alice



Anexo D - Genograma da Participante Talita



Anexo E - Genograma da Participante Aurora



Anexo G - Perguntas Norteadoras para Construção do Genograma

O que aprendeu com ser mãe na sua família?

O que aprendeu com ser mulher na sua família?

O que aprendeu com ser pai na sua família?

O que aprendeu com ser homem na sua família?

Tem outras mães solo na sua família?

Caso positivo, como era a relação do restante da família com essas mães solo? Como eram vistas?

Anexo H - Questionário Sociodemográfico

Identificação:

1.1 Nome: _____

1.2 Dia, Mês e Ano de Nascimento: ____/____/____

1.3 Idade: _____ anos.

1.4 Qual a cor ou raça que você se identifica? _____

1.5 Você participa de alguma Religião? Caso afirmativo, especifique:

1.6 Natural de (cidade de nascimento): _____

Estado: _____

1.7 Orientação sexual: _____

2. Relacionamento afetivo e familiar:

2.1 Qual seu estado civil? _____

2.2 Quantos filhos você tem? _____

2.3 Qual a idade dele(s): _____

2.4 Qual o sexo do(s) filho(s): _____

3. Escolaridade:

3.1 Assinale a sua escolaridade:

 Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo Curso técnico incompleto

- () Curso técnico completo
- () Ensino Superior incompleto
- () Ensino Superior completo
- () Pós-Graduação incompleta
- () Pós-Graduação completa

Caso queira especificar: _____

4. Residência:

4.1 Local de residência (Bairro): _____

4.2 Você mora: () casa () apartamento () chácara () barraco em lote

() Outros: _____

4.3 Você mora: () sozinha () com família () com parentes () com amigas/os

() Outros: _____

4.4 Sua residência é: () alugada () própria () cedida () outros:

4.5 Quantas pessoas moram em sua residência (contando com você?) _____

_____ pessoas.

5. Trabalho:

5.1 Você tem trabalho remunerado?

() Sim. Que atividade você exerce? _____

() Não. () Atualmente desempregada.

5.2 Quais atividades já desenvolveu?

5.3 Renda pessoal em salário mínimo (SM):

- menos de um SM de 1 a 2 SM de 2 a 3 SM de 3 a 4 SM
 acima de 4 sem rendimento

5.4 Renda familiar em salário mínimo (SM):

- menos de um SM de 1 a 2 SM de 2 a 3 SM de 3 a 4 SM
 acima de 4 sem rendimento

6. Assistência Social:

É beneficiária de algum programa de transferência de renda governamental?

Sim. Qual? _____

Não.

Já foi beneficiada de algum programa de transferência de renda governamental?

Sim. Qual? _____

Não.

Anexo I - Parecer Favorável para Realização da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Saúde mental de mães solo: repercussões em decorrência do abandono paterno da função"

Pesquisador: Isadora Oliveira Rocha

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61721122.0.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.777.699

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa realizada a nível de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) da Universidade de Brasília. O estudo está centrado nas questões atinentes às vivências da maternidade solo causada pelo abandono paterno e os impactos desta realidade na saúde mental das mulheres mães no pré e pós-parto. A pesquisa será realizada na cidade de Catalão, Goiás, na Unidade Básica de Saúde da Família CAIC com mulheres que já são assistidas pela referida instituição.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Investigar a ocorrência de impactos na saúde mental de mães solo, em razão da paternidade não assumida.

Objetivos específicos: a) Identificar aspectos favoráveis e desfavoráveis à vivência da maternidade solo em dois momentos: pré-parto e pós-parto; b) Analisar o tornar-se mãe solo, a luz de interseccionalidades como raça, condição socioeconômica e configuração familiar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora, a pesquisa espera não apresentar riscos as participantes. Ainda assim, consideram-se os aspectos múltiplos que transpassam o período gestacional e puerperal, de maneira singular para cada mulher. Em razão desta realidade, a pesquisa foi pensada com o

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.777.699

intuito de minorar os impactos desfavoráveis possíveis, em razão da sensibilidade que o tema pode evocar ao discorrer e refletir sobre a maternidade solo para cada participante. Ao considerar sobre os benefícios e riscos da pesquisa, a escolha pelos

instrumentos de coleta de dados contempla a orientação do item b) da Resolução Nº 466/2012 (Brasil, 2012), porque visa minimizar riscos e danos, ao mesmo em que mantém o comprometimento com o máximo de benefícios. Todos os instrumentos foram elaborados de forma cuidadosa, pois buscam diminuir tais (possíveis) riscos nas vidas das participantes durante a fase de realização, assim como em períodos futuros. A pesquisadora responsável pela pesquisa informa que, caso necessário, apresenta condições em prestar auxílio na modalidade de intervenção psicológica breve e/ou encaminhamentos a outros serviços às participantes.

Acerca dos benefícios, afirma-se que a pesquisa se compromete em proporcionar espaço de acolhimento, escuta qualificada e a visibilidade para as questões retratadas e vivenciadas pelas participantes. O estudo parte da premissa da inexistência de serviços assistenciais voltados ao pré-natal psicológico destas mulheres, dentro da perspectiva de políticas públicas. Logo, trabalha-se com a hipótese da escassez destes serviços e, neste contexto, o estudo busca oferecer este espaço seguro de compartilhamento às participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em geral, a pesquisa está adequada às exigências éticas para a realização de pesquisas com seres humanos, na área de ciências humanas e sociais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para fins de apreciação para esta análise, além da documentação já considerada anteriormente, que subsidiou a elaboração do parecer datado em 25 de setembro de 2022, foram apresentados:

- TCLE Revisado;
- Projeto de pesquisa revisado;
- Projeto de pesquisa revisado / Brochura.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Consideradas as devidas adequações sugeridas no parecer datado em 25 de setembro de 2022, a pesquisadora ainda manteve o texto explícito no TCLE de que a "Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco", o que não procede, haja vista que, paradoxalmente, no mesmo TCLE são informados os riscos inerentes à participação na pesquisa. Desta feita, sugere-se retirar o trecho aqui citado.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.777.699

Por entender que, uma vez retirado o trecho citado, inexistam outras questões de natureza ética na pesquisa que justifiquem qualquer impedimento adicional, conclui-se pelo parecer favorável à sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1963585.pdf	26/09/2022 15:49:51		Aceito
Brochura Pesquisa	Revisado_Brochura_Projeto_de_pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha_PDF.pdf	26/09/2022 15:49:31	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Revisado_Projeto_de_pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha_PDF.pdf	26/09/2022 15:46:55	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_revisado_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	26/09/2022 15:39:43	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Instrumentos_coleta_dados_Pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	17/08/2022 09:28:08	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Cronograma	Cronograma_Isadora_O_Rocha.pdf	17/08/2022 09:24:40	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Carta_revisao_etica_Isadora_O_Rocha.pdf	15/08/2022 10:51:29	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Orçamento	Orcamento_Isadora_O_Rocha.pdf	15/08/2022 10:46:47	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Carta_de_encaminhamento_Pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	15/08/2022 10:45:26	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	15/08/2022 10:37:44	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Profa_Dra_Isabela_Machado_da_Silva.pdf	15/08/2022 10:37:17	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Instituicao.pdf	15/08/2022 10:36:01	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Preenchida_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	15/08/2022 10:17:36	Isadora Oliveira Rocha	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.777.699

Necessita Apreciação da CONEP:



Não

BRASILIA, 25 de Novembro de 2022

Assinado por:
MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Anexo J - Parecer Favorável para Realização da Pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO - UFCAT									
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP										
Elaborado pela Instituição Coparticipante										
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA										
Título da Pesquisa: "Saúde mental de mães solo: repercussões em decorrência do abandono paterno da função"										
Pesquisador: Isadora Oliveira Rocha										
Área Temática:										
Versão: 1										
CAAE: 61721122.0.3001.0164										
Instituição Proponente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CATALAO										
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio										
DADOS DO PARECER										
Número do Parecer: 6.239.353										
Apresentação do Projeto:										
<p>O projeto de pesquisa intitulado: "Saúde mental de mães solo: repercussões em decorrência do abandono paterno da função", está vinculado ao Instituto de psicologia, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGPsicc), da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, tem como pesquisadora principal Isadora Oliveira Rocha foi submetido a Plataforma Brasil (PB) em 01/06/2023, versão 1. Trata-se de uma pesquisa sob orientação do professora Dra. Isabela Machado da Silva, que também é membro da equipe de pesquisa (informações dos arquivos Revisado_Brochura_Projeto_de_pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha_PDF.pdf de 26/09/2022; PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056890.pdf de 01/06/2023).</p>										
<p>As informações elencadas abaixo foram retiradas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056890.pdf de 01/06/2023:</p>										
<p>Resumo: A maternidade solo em razão do abandono paterno é uma realidade histórica e ao mesmo tempo contemporânea no contexto brasileiro. A proposta deste estudo é evidenciar a vivência de famílias monoparentais, chefiadas por mães. As experiências desta configuração familiar e suas repercussões na saúde mental de mulheres mães, não oriunda da escolha materna em exercer a maternidade solo, mas sim, por motivação do abandono paterno da função. Assim, a presente pesquisa tem enquanto objetivo geral investigar a ocorrência de impactos na saúde</p>										
<table border="0"> <tr> <td>Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Bairro: Setor Universitário</td> <td>CEP: 75.704-020</td> </tr> <tr> <td>UF: GO</td> <td>Município: CATALAO</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (64)3441-7609</td> <td>E-mail: cep@ufcat.edu.br</td> </tr> </table>			Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as		Bairro: Setor Universitário	CEP: 75.704-020	UF: GO	Município: CATALAO	Telefone: (64)3441-7609	E-mail: cep@ufcat.edu.br
Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as										
Bairro: Setor Universitário	CEP: 75.704-020									
UF: GO	Município: CATALAO									
Telefone: (64)3441-7609	E-mail: cep@ufcat.edu.br									



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAE



Continuação do Parecer: 6.239.353

mental de mães solo, em razão da paternidade não assumida. Para tanto, é proposta uma pesquisa longitudinal com mulheres heterossexuais em dois períodos distintos: pré-natal e puerpério. Na primeira fase da pesquisa, as mulheres gestantes responderão a um questionário sociodemográfico e a uma entrevista semiestruturada individualmente. No segundo momento, uma nova entrevista semiestruturada individual será agendada com as participantes em momento oportuno para cada uma delas, assim como cada participante construirá a sua linha de vida demarcando os eventos mais significativos. Como técnica de análise de dados será empregada a análise temática. Posteriormente, os temas gerados serão discutidos à luz da orientação teórica em psicologia sistêmica, e associações com referenciais de raça, classe e gênero com a finalidade de, qualitativamente, explorar a complexidade da temática.

Hipótese: A maternidade solo apresenta potenciais riscos à saúde mental da mulher gestante e puérpera brasileira. Objetiva-se acessar quais repercussões possíveis podem ser essas, bem como a existência de fatores positivos nesta relação de construção da maternidade solo.

Metodologia Proposta: A pesquisa tem enquanto delineamento exploratório. As participantes serão mulheres gestantes heterossexuais, em configuração de maternidade solo em razão do abandono paterno da função (independentemente se primigesta ou múltipara). A pesquisa será realizada na cidade de Catalão, Goiás, na Unidade Básica de Saúde da Família CAIC. Sobre a escolha pelo local da coleta de dados, faz-se relevante destacar que a pesquisadora principal do estudo não possui relação e/ou vinculação institucional ao campo da pesquisa. A escolha pela instituição ocorre por três motivos: a) a pesquisadora residir atualmente na cidade de Catalão, Goiás; b) a instituição ser localizada na região mais vulnerável da referida cidade em termos socioeconômicos e de serviços públicos disponibilizados; c) a instituição atender o maior número de gestantes em razão da quantidade de bairros direcionados ao acompanhamento pré-natal, dentre as outras Unidades Básicas de Saúde da cidade, de acordo com levantamento realizado junto a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, Goiás. Os bairros atendidos são: Primavera, Teotônio Vilela, Vila União, Vila Multirão, São José, Jardim Paulista, Bairro dos Lucas, Vale do Sol, Parati, Elias Safatle, Boa Sorte, Monsenhor e Parque Imperial. Assim, espera-se ter acesso a um número significativo de participantes ao estudo. A seleção das participantes será realizada por conveniência e aceitação destas, uma vez que todas são assistidas pela instituição anteriormente mencionada. A pesquisa possui caráter qualitativo e longitudinal, a ser realizada nos períodos de cuidados pré-natais e, posteriormente, durante o puerpério (pós-parto). Contará com dois conjuntos de instrumentos de

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufcat.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAE



Continuação do Parecer: 6.239.353

coletas de dados, portanto: a) questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada; b) técnica da linha de vida e entrevista semiestruturada, respectivamente, na primeira e segunda etapa da pesquisa. Todo o processo de coleta de dados será realizado individualmente. As entrevistas contarão com recursos de gravação de áudio e voz e serão posteriormente transcritas. A entrevista relacionada ao pós-parto será agendada via contato telefônico com cada participante, em momento oportuno para cada uma delas. Os dados coletados serão analisados à luz da análise temática, em diálogo com perspectivas sistêmicas em Psicologia, raça, classe e gênero. O projeto de pesquisa está em processo de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS), da Universidade de Brasília. Será desenvolvido a partir das Resoluções Nº 466/2012 e Nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Referências: Brasil. (2012). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº. 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal. Brasil. (2016). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

Metodologia de Análise de Dados: Os dados serão analisados qualitativamente. A escolha pela metodologia qualitativa baseia-se em privilegiar olhares de análise críticos, contextualizados e que considerem elementos mediados por relações desiguais de poderes e socialmente situadas, para alcançar os objetivos específicos do estudo (Eaking, 2016). A análise temática será empregada como ferramenta de tratamento e análise de dados. A medida que a transcrição das entrevistas for realizada, códigos iniciais serão elaborados. As transcrições das entrevistas serão lidas repetidamente, com a intenção de gerar categorias de análise e, em momento posterior, a definição dos temas (Braun & Clarke, 2006; Braun & Clarke, 2012). Nestes, se concentram os resultados da pesquisa. Todo este processo será realizado por dois juízes independentes. Posteriormente, os códigos serão comparados para que os eixos temáticos possam ser definidos e nomeados. Finalizada esta etapa, a produção do relatório final será realizada. Os dados serão discutidos à luz de orientação teórica em psicologia sistêmica, em diálogo com referenciais de classe, raça e gênero, ao considerar a complexidade da temática. Referências: Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101. Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2012). Thematic Analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf & K. J. Sher (Eds), *APA Handbook of Research*

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufca.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAZ



Continuação do Parecer: 6.239.353

Methods in Psychology. Vol. 2: Research Designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological (pp. 57-71). American Psychological Association. Eaking, Joan. (2016). Educating critical qualitative health researchers in the land of the randomized controlled Trial. Qualitative Inquiry, 22(2), 107-118.

Desfecho Primário: Espera-se que a pesquisa consiga alcançar um número significativo de participantes e colaboradoras, com a finalidade de visibilizar as questões associadas a maternidade solo em publicações nacionais, internacionais e eventos, analisada à luz do contexto histórico brasileiro. A partir da realização deste estudo objetiva-se, também, facilitar discussões concernentes as políticas públicas voltadas as mulheres gestantes e puérperas, que não escolheram a maternidade solo e sim foram impostas em razão do abandono paterno da função. Pensar em estratégias que acompanhem o desenvolvimento destas mulheres mães, assim como de seu(s)/sua(s) filho(s)/a(s), é fundamental, portanto. Enquanto desfecho primário da pesquisa, salienta-se também a importância desta ser elaborada à luz de discussões no campo da saúde mental e de ações interventivas no campo da Psicologia, ao mesmo tempo em que não se exclui o diálogo com outras áreas do saber (serviço social, educação), visto que a complexidade da temática é conhecida e defendida pelas pesquisadoras.

Critério de Exclusão: Mulheres em vivência da maternidade solo no período da adolescência (12 a 18 anos de idade), segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Referência: BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

Objetivo da Pesquisa:

As informações elencadas abaixo foram retiradas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056890.pdf de 01/06/2023:

Objetivo Primário:

Investigar a ocorrência de impactos na saúde mental de mães solo, em razão da paternidade não assumida.

Objetivo Secundário:

a) Identificar aspectos favoráveis e desfavoráveis à vivência da maternidade solo em dois

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufcat.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAZ



Continuação do Parecer: 6.239.353

momentos: e) pré-parto e pós-parto; b) Analisar o tornar-se mãe solo, a luz de interseccionalidades como raça, condição socioeconômica e configuração familiar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações elencadas abaixo foram retiradas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056890.pdf de 01/06/2023:

Riscos: A pesquisa objetiva não apresentar riscos as participantes. Ainda assim, considera-se os aspectos múltiplos que transpassam o período gestacional e puerperal, de maneira singular para cada mulher. Em razão desta realidade, a pesquisa foi pensada com o intuito de minorar os impactos desfavoráveis possíveis, em razão da sensibilidade que o tema pode evocar ao discorrer e refletir sobre a maternidade solo para cada participante. Ao considerar sobre os benefícios e riscos da pesquisa, a escolha pelos instrumentos de coleta de dados contempla a orientação do item b) da Resolução N° 466/2012 (Brasil, 2012), porque visa minimizar riscos e danos, ao mesmo em que mantém o comprometimento com o máximo de benefícios. Todos os instrumentos foram elaborados de forma cuidadosa, pois buscam diminuir tais (possíveis) riscos nas vidas das participantes durante a fase de realização, assim como em períodos futuros. A pesquisadora responsável pela pesquisa, caso necessário, apresenta condições em prestar auxílio na modalidade de intervenção psicológica breve e/ou encaminhamentos a outros serviços públicos às participantes. Tais fatos são possibilitados visto que esta se trata de uma pesquisa longitudinal, com um vínculo esperado a ser estabelecido entre pesquisadora e participante(s). A supervisão e acompanhamento próximo, associados à pessoa da orientadora da pesquisa também precisa ser destacada enquanto importante ação que diminui os possíveis riscos das participantes no presente estudo. Referência: Brasil. (2012). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução N°. 466, de 12 de dezembro de 2012. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

Benefícios: O convite em participar da pesquisa busca ser benéfico às participantes. Tal fato justifica-se pela pesquisa se comprometer em proporcionar espaço de acolhimento, escuta qualificada e a visibilidade para as questões retratadas e vivenciadas pelas participantes. A maternidade solo em razão da não escolha da mulher, mas sim por abandono paterno da função é realidade de 26.6% de mulheres brasileiras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2015). Além deste fato, compõe a realidade histórica do país (Thurler, 2009). Paradoxalmente,

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufcaz.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAE



Continuação do Parecer: 6.239.353

precisa-se investigar a existência de serviços assistenciais voltados ao pré-natal psicológico destas mulheres, dentro da perspectiva de políticas públicas. Trabalha-se com a hipótese da escassez destes serviços e, neste contexto, o presente estudo busca oferecer este espaço seguro de compartilhamento às participantes. Os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados nas duas fases da pesquisa também buscam oferecer espaço benéfico para a participação das colaboradoras da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas contam com questões elaboradas a partir de estudo teórico acerca da temática da pesquisa, em consonância com a revisão de literatura realizada. A preparação das perguntas, assim como a postura, modo de realização, condução e recepção das participantes, por parte da pesquisadora que realizará as entrevistas, busca(rá) representar mais este modelo de atenção e cuidado (Queiroz, 1991). Outro instrumento a ser utilizado consiste na técnica da linha de vida é definida por Poletto et al (2014) enquanto a construção de um painel, a partir de papel pardo e canetões, que objetiva identificar temporalmente eventos significativos da vida do/a participante. Esta técnica valoriza a narrativa das participantes visto que, a partir da fala, fornece significados singulares às experiências vividas e a possibilidade de consolidar tais vivências (e memórias destas). Por fim, o questionário sociodemográfico, utilizado na primeira fase da pesquisa possui identificações pontuais acerca da vida das participantes, e tem por finalidade o acesso de informações gerais acerca das pessoas envolvidas na pesquisa. As participantes serão devidamente informadas sobre todas as etapas da pesquisa, e elucidadas acerca de seu funcionamento via leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O documento, elaborado a partir das orientações da Resolução Nº 510/2016 (Brasil, 2016), também será entregue em uma via para a participante. Referências: Brasil. (2016). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). Síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE. Mariana Pasquali; Kristensen, Christian Haag; Grassi-Oliveira, Rodrigo & Boeckel, Mariana Gonçalves. (2014). Uso da técnica da linha de vida em terapia familiar sistêmica cognitivo-comportamental. Revista Brasileira e Terapia Comportamental e Cognitiva. 17(1), 68-80. Queiroz, Maria Isaura Pereira. (1991). Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, LTDA. Thurler, Ana Liése. (2009). Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres.

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufcae.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAE



Continuação do Parecer: 6.239.353

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa já aprovada em de 25 de Novembro de 2022, no centro coordenador da pesquisa, INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB, sob Parecer no. 5.777.699.

A pesquisa será realizada em nível de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) da Universidade de Brasília. O estudo está centrado nas questões atinentes às vivências da maternidade solo causada pelo abandono paterno e os impactos desta realidade na saúde mental das mulheres mães no pré e pós-parto. A pesquisa será realizada na cidade de Catalão, Goiás, na Unidade Básica de Saúde da Família CAIC com mulheres que já são assistidas pela referida instituição. Trata-se de instituição coparticipante da pesquisa, conforme documento Declaracao_Instituicao.pdf de 15/08/2022, e indicado o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE representado por Keteriny Daniela B. Fernandes, como centro coparticipante.

Não se trata de pesquisa com dispensa de TCLE.

No desenho da pesquisa (arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056890.pdf de 01/06/2023), informa-se que "A pesquisadora principal do estudo não possui relação e/ou vinculação institucional ao campo da pesquisa (Unidade Básica de Saúde da Família – CAIC, em Catalão - GO). A escolha pela instituição ocorre por três motivos: a) a pesquisadora residir atualmente na cidade de Catalão; b) a instituição ser localizada na região mais vulnerável da referida cidade em termos socioeconômicos e de serviços públicos disponibilizados; c) a instituição atender o maior número de gestantes em razão da quantidade de bairros direcionados ao acompanhamento pré-natal, dentre as outras Unidades Básicas de Saúde da cidade, de acordo com levantamento realizado junto a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão."

As participantes são da cidade de Catalão/GO cujo grupo é composto por 40 participantes que "Ao atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos, todas as fases da pesquisa acontecerão de maneira individual em conjunto às participantes."

Há um orçamento no valor de R\$ 4.100,00, a ser custeado com bolsa; embora tenha indicado nas informações básicas da pesquisa ser realizada com financiamento próprio.

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufca.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAT



Continuação do Parecer: 6.239.353

Sobre início e término da pesquisa, traz no arquivo Cronograma_atualizado_IsadoraORocha.pdf de 31/05/2023, setembro de 2023 e dezembro de 2024; respectivamente, considerando o envio do relatório final aos Comitês de Ética que apreciaram este protocolo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

O CEP/UFCAT orienta à pesquisadora que o TCLE que deve ser utilizado é o TCLE_Atualizado_IsadoraORocha.pdf postado na PB em 31/05/2023, e que neste sentido, qualquer alteração no TCLE ou outro documento no decorrer da pesquisa, deverá ser apresentado ao CEP/coordenador na forma de Emenda.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o relato, o meu parecer ao presente protocolo é de aprovado, smj. deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFCAT considera este protocolo Aprovado. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme Resolução CNS no. 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS no. 510/16, art.28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2056890.pdf	01/06/2023 19:22:26		Aceito
Outros	Elucidacoes_Outros.pdf	01/06/2023 19:21:55	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_Atualizado_IsadoraORocha.pdf	31/05/2023 15:38:09	Isadora Oliveira Rocha	Aceito

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as escadas)
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufcat.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO - UFCAT



Continuação do Parecer: 6.239.353

Ausência	TCLE_Atualizado_IsadoraORocha.pdf	31/05/2023 15:38:09	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada_IsadoraORocha.pdf	31/05/2023 15:37:54	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso_Assinada_IsadoraORocha.pdf	31/05/2023 15:13:54	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Cronograma	Cronograma_atualizado_IsadoraORocha.pdf	31/05/2023 15:12:58	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Brochura Pesquisa	Revisado_Brochura_Projeto_de_pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha_PDF.pdf	26/09/2022 15:49:31	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Revisado_Projeto_de_pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha_PDF.pdf	26/09/2022 15:46:55	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_revisado_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	26/09/2022 15:39:43	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Instrumentos_coleta_dados_Pesquisa_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	17/08/2022 09:28:08	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Carta_revisao_etica_Isadora_O_Rocha.pdf	15/08/2022 10:51:29	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Isadora_Oliveira_Rocha.pdf	15/08/2022 10:37:44	Isadora Oliveira Rocha	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Profa_Dra_Isabela_Machado_da_Silva.pdf	15/08/2022 10:37:17	Isadora Oliveira Rocha	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CATALAO, 14 de Agosto de 2023

Assinado por:
Adriana Freitas Neves
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120 Setor Universitário, Bloco Didático I, segundo piso (subindo as
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 75.704-020
UF: GO **Município:** CATALAO
Telefone: (64)3441-7609 **E-mail:** cep@ufcat.edu.br

Anexo K - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Narrativas de mães solo: (sobre)vivências a partir do abandono paterno da função”, de responsabilidade de Isadora Oliveira Rocha, Psicóloga e estudante de doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a experiência de ser mãe solo, a partir das narrativas de mulheres que vivenciam essa condição em decorrência do abandono paterno da função. Enquanto objetivos específicos: a) Investigar os desdobramentos do abandono paterno da função na vivência das maternidades solo das participantes da pesquisa; b) Refletir acerca do processo de tornar-se mãe solo, a luz de interseccionalidades como raça e condição socioeconômica. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio dos seguintes instrumentos: 1. aplicação de questionário sociodemográfico; 2. realização de uma entrevista; 3. construção de um genograma familiar. São estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa proporcionar espaço de acolhimento, escuta qualificada e a visibilidade para as questões retratadas e vivenciadas pelas participantes. Entendemos que a temática pode evocar distintos sentimentos. É importante destacar que você será acompanhada em todo o processo e, caso sinta necessidade, a pesquisadora possui condições em prestar auxílio na modalidade de intervenção psicológica breve a

partir de escuta acolhedora e cuidadosa, assim como e/ou encaminhamentos a outros serviços.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 64 98105-2678 ou pelo e-mail isadora.oliveirarochoa@gmail.com .

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília e pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Catalão. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura da participante

Isadora Oliveira Rocha .

Assinatura da pesquisadora

Catalão, _____ de _____ de 2024.